

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR****N.º 695, DE 2013****(Do Poder Executivo)****MSC 140/2013****AV 275/2013**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1359, de 17 de dezembro de 2010, que outorga permissão a Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Matupá, Estado do Mato Grosso.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CF. Apreciação: PROPOSIÇÃO SUJEITA À Apreciação CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 140

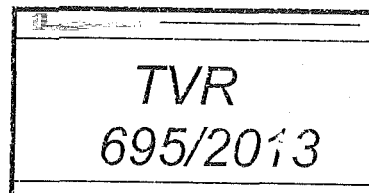
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 605, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Orlândia - SP;
- 2 - Portaria nº 606, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Pontal do Paraná - PR;
- 3 - Portaria nº 610, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Califórnia - PR;
- 4 - Portaria nº 613, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Cambira - PR;
- 5 - Portaria nº 659, de 21 de julho de 2010 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Holambra - SP;
- 6 - Portaria nº 660, de 21 de julho de 2010 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Igarapu do Tietê - SP;
- 7 - Portaria nº 661, de 21 de julho de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Guarani d'Oeste - SP;
- 8 - Portaria nº 719, de 3 de agosto de 2010 – Inhandava Promoções Ltda., no município de São José do Ouro - RS;
- 9 - Portaria nº 722, de 3 de agosto de 2010 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de Claraval - MG;
- 10 - Portaria nº 736, de 20 de agosto de 2010 – Rádio FM Conquista Ltda., no município de Santa Maria do Oeste - PR;
- 11 - Portaria nº 737, de 20 de agosto de 2010 – Rádio Reserva FM Ltda., no município de Reserva - PR;
- 12 - Portaria nº 865, de 17 de setembro de 2010 – M.N. Carvalho & CIA Ltda – ME., no município de Salvaterra - PA;



140/13



2

- 13 - Portaria nº 881, de 29 de setembro de 2010 – Sistema de Comunicação do Agreste Ltda., no município de Traipu - AL;
- 14 - Portaria nº 882, de 29 de setembro de 2010 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Bilac - SP;
- 15 - Portaria nº 883, de 29 de setembro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Santa Clara d'Oeste - SP;
- 16 - Portaria nº 897, de 5 de outubro de 2010 – Sistema Millenium de Radiodifusão Ltda., no município de Guapé - MG;
- 17 - Portaria nº 910, de 14 de outubro de 2010 – Deo Volente Ltda., no município de Monte Aprazível - SP;
- 18 - Portaria nº 913, de 14 de outubro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Três Fronteiras - SP;
- 19 - Portaria nº 914, de 14 de outubro de 2010 – Oliveira & Perin Assessoria e Comunicações Ltda., no município de Rio dos Índios - RS;
- 20 - Portaria nº 972, de 26 de outubro de 2010 – Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda., no município de Setubinha - MG;
- 21 - Portaria nº 1.150, de 23 de novembro de 2010 – Canari Participações S.A., no município de Iguaba Grande - RJ;
- 22 - Portaria nº 1.151, de 23 de novembro de 2010 – Safira Radiodifusão Ltda., no município de Catanduvas - PR;
- 23 - Portaria nº 1.152, de 23 de novembro de 2010 – Fundação João XXIII, no município de Rio Negro - PR;
- 24 - Portaria nº 1.153, de 23 de novembro de 2010 – V.P.D Empresa de Radiodifusão Ltda-ME., no município de Bom Jardim - RJ;
- 25 - Portaria nº 1.266, de 3 de dezembro de 2010 – Rádio e Televisão Som das Águas Ltda., no município de Lambari - MG;
- 26 - Portaria nº 1.281, de 7 de dezembro de 2010 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Pilar - AL;
- 27 - Portaria nº 1.299, de 9 de dezembro de 2010 – Magalhães & Cassimiro Ltda., no município de Paula Cândido - MG;
- 28 - Portaria nº 1.300, de 9 de dezembro de 2010 – Carmorela Indústria e Comércio Ltda., no município de Piracema - MG;
- 29 - Portaria nº 1.350, de 17 de dezembro de 2010 – Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda., no município de Tombos - MG;
- 30 - Portaria nº 1.358, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Vera Ltda., no município de Nossa Senhora do Livramento - MT;
- 31 - Portaria nº 1.359, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda., no município de Matupá - MT;
- 32 - Portaria nº 1.360, de 17 de dezembro de 2010 – E.F. Comunicações Ltda., no município de Nova Olímpia - MT;

33 - Portaria nº 1.415, de 28 de dezembro de 2010 – Rádio Tigre FM Ltda., no município de Novo Oriente - CE;

34 - Portaria nº 1.416, de 28 de dezembro de 2010 – Star FM Ltda., no município de Senador Pompeu - CE;

35 - Portaria nº 123, de 17 de maio de 2011 – Cataia FM Ltda., no município de Magalhães Barata - PA;

36 - Portaria nº 216, de 6 de junho de 2011 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Cidade Gaúcha - PR;

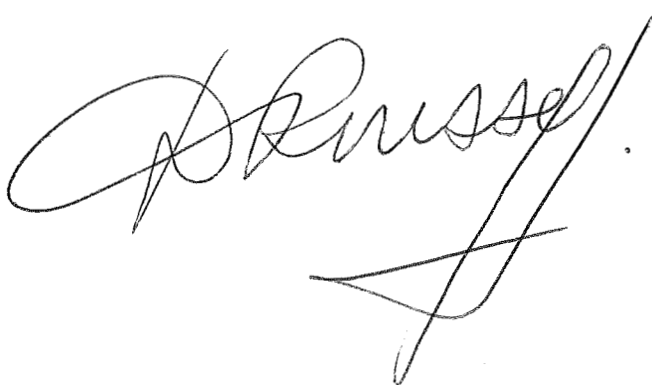
37 - Portaria nº 217, de 6 de junho de 2011 – Rede Brasil de Radiodifusão Limitada, no município de Nova Friburgo - RJ;

38 - Portaria nº 218, de 6 de junho de 2011 – Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda., no município de Alto do Rodrigues - RN;

39 - Portaria nº 221, de 6 de junho de 2011 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Sagres - SP; e

40 - Portaria nº 222, de 6 de junho de 2011 – Sistema Max Digital de Comunicações Ltda., no município de Santana da Ponte Pensa - SP.

Brasília, 9 de abril de 2013.

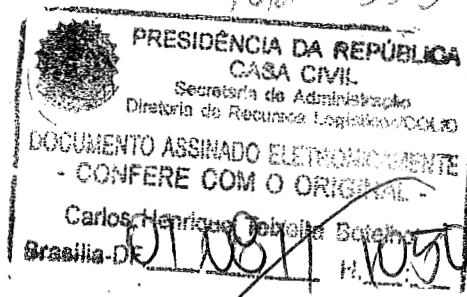
A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Russel', with a large, sweeping flourish extending from the bottom right.



FMC

02/08/2011

Port. 1359



EM nº. 513/2011 - MC

Brasília, 14 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 097/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Matupá, Estado de Mato Grosso.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda. (Processo nº 53670.001086/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*

PUBLICADO NO DIÁRIO  
OFICIAL DE 21/12/10  
Página: 84 Seção: 1  
ANOTADO POR: *for*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1359 ,DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001086/2002, Concorrência nº 097/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Matupá, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**

*Em 513/11*

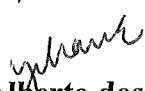


30

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Nota Informativa nº 706/2011/SAG – C. Civil - PR

<p><b>Aprovo.</b></p> <p>Em 22 de novembro de 2011.</p> <p> <b>Luiz Alberto dos Santos</b> Subchefe</p>	<p><b>Assunto:</b> Portaria de outorga de permissão para deliberação do Congresso Nacional, conforme o art. 223, § 3º da Constituição Federal. (Processo nº 53670.001086/2002-31).</p>
--	--

Senhor Subchefe,

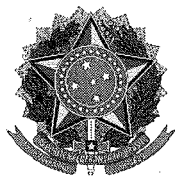
1. Trata-se de Portaria do Ministério das Comunicações, encaminhada por meio da **Exposição de Motivos nº 513/2011-MC, de 14 de julho de 2011**, com a finalidade de outorgar permissão à **Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda.** para explorar os serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de **Matupá**, Estado de **Mato Grosso**, para ser submetida à apreciação do Congresso Nacional, conforme estabelecido no artigo 223, § 3º, da C. F.

2. Informo a Vossa Excelência que, tendo em vista a manifestação favorável contida na **NOTA Nº 2402 – 2.17/2010/CLL/CONJUR-MC/AGU** e na **COTA Nº 0345/2011/RZL/CONJUR-MC/AGU**, concluindo que a matéria cumpriu todas as praxes técnicas e jurídicas, bem como as justificativas constantes na mencionada exposição de motivos, esta assessoria não identificou óbices ao encaminhamento da matéria ao Congresso Nacional, observada a necessária oitiva da Subchefia para Assuntos Jurídicos (SAJ) desta Pasta.

Era o que tinha a informar.

Brasília, 21 de novembro de 2011.

**GISELLE SANTA CRUZ SILVA**  
Assessora



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**Nota Técnica SAJ nº 453/2012 – TCA**

**EM:** EM nº 513/2011-MC

**Anexo:** -

**Interessado:** Ministério das Comunicações

**Assunto:** Serviço de Radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM). Encaminhamento ao Congresso Nacional - Portaria de outorga de autorização para execução do serviço. Viabilidade jurídica da proposta.

**NUP:** 53670.001086/2002

Senhor Subchefe,

**I – RELATÓRIO**

1. Trata-se da proposta de encaminhamento ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal, consubstanciada na Exposição de Motivos nº 513/2011-MC, expedida pelo Ministério das Comunicações, cujo objeto é a outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), em favor da entidade **Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 33.703.356/0001-40, na localidade de Matupá, no Estado do Mato Grosso.

2. Para a análise desta Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República - SAJ/PR foram disponibilizados os seguintes documentos: (i) Exposição de Motivos solicitando à Presidência da República o encaminhamento da portaria ao Congresso Nacional, para deliberação, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição Federal; (ii) Parecer 2402-2.17/2010/CLL/CONJUR-MC/AGU, da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, que atesta o cumprimento dos requisitos legais para a concessão da outorga; (iii) Portaria nº 1359/2010, expedida pelo Ministro de Estado das Comunicações, que outorga a permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada; e (iv) Nota Técnica nº 706/2011, emitida pela Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil – SAG/PR por meio do qual referido órgão atesta que não se opõe ao encaminhamento da Portaria ao Congresso Nacional.

3. É o relatório.

## II – ANÁLISE JURÍDICA

4. A Constituição Federal, em seu art. 223, determina que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. **O § 3º do mesmo artigo determina que o ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.**

5. A outorga dos serviços de radiodifusão é regida pela Lei Federal n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelo Decreto Federal n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e legislação complementar.

6. Em regra, a outorga para execução dos serviços de radiodifusão deverá ser precedida de procedimento licitatório, conduzido pelo Ministério das Comunicações, observadas as disposições legais e regulamentares, em especial os art. 10 a 16 do Decreto Federal n.º 52.795/63.

7. Consoante o Decreto Federal n.º 52.795/63, a outorga para a execução de serviços de radiodifusão será feita através de **(a) concessão**, quando se tratar de serviços de radiodifusão sonora de caráter nacional ou regional e de televisão; ou **(b) permissão**, para a execução de serviços de radiodifusão de caráter local.

8. Nos termos da legislação vigente, **as concessões serão outorgadas diretamente pelo Presidente da República, por decreto, às entidades vencedoras da licitação (art. 29 do Decreto Federal n.º 52.795/63) e as permissões serão outorgadas pelo Ministro de Estado das Comunicações aos vencedores do certame licitatório (art. 32 do Decreto Federal n.º 52.795/63).** Em ambos os casos, a legislação determina que a outorga somente *“entrará em vigor após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, publicada em ato competente”*.

9. No caso concreto, consoante o Parecer elaborado pela Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, o procedimento legal para a expedição da outorga, **na modalidade “permissão”**, foi devidamente cumprido, ensejando a expedição da competente portaria de outorga, nos termos do art. 32 do Decreto Federal n.º 52.795/63.

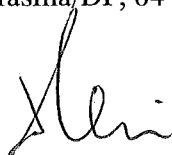
10. Nesse sentido, considerando que a competência para a análise do cumprimento dos requisitos legais bem como para a expedição da portaria de outorga é atribuída ao Ministério das Comunicações, **conclui-se pela pertinência do encaminhamento do pleito ao Congresso Nacional para a adoção das providências pertinentes, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal de 1988.**

86

### III – CONCLUSÃO

11. Diante de todo o exposto, opina-se pelo encaminhamento do feito ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Brasília/DF, 04 de janeiro de 2012.

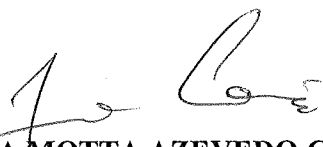


**TIAGO CRIPA ALVIM**

Assessor da Subchefia para Assuntos Jurídicos  
da Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Em 05/01/2012.



**IVO DA MOTTA AZEVEDO CORRÊA**

Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República

MC 00000 EM

Brasília, de de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 097/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Matupá, Estado de Mato Grosso.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda. (Processo nº 53670.001086/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,



**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**  
Ministro de Estado das Comunicações

**CONCORRÊNCIA Nº 097/2001**

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.004765/2001

ASSUNTO: Concorrência Nº 097/2001/SSR/MC. Permissão de Serviço de Radiodifusão Sonora em frequência Modulada, nas localidades de MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA e PARANAÍTA, todas no Estado do Mato Grosso. Concorrência já homologada para as localidades de Nortelândia e Paranaíta/MT. Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Matupá, com adjudicação do objeto à entidade RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Nova Olímpia, com adjudicação do objeto à entidade E.F COMUNICAÇÕES LTDA. Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Nossa Senhora do Livramento, com adjudicação do objeto à entidade RÁDIO VERA LTDA.

Senhor Consultor Jurídico,

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos da Concorrência nº 097/2001 - SSR/MC em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do referido procedimento licitatório, para as localidades de MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA e PARANAÍTA, todas no Estado do Mato Grosso.

2. No que concerne às localidades de NORTELÂNDIA e PARANAÍTA, já houve apreço por esta CONJUR, resultando na elaboração do PARECER/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 1871 – 2.17/2009 e NOTA/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 1389 – 2.17/2009 (respectivamente às fls. 243/247 e fls. 256/257 – processo piloto), em que se concluiu pela homologação do certame, com adjudicação do objeto às entidades vencedoras DORNER E GRIGOLETTO LTDA. e SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., respectivamente, conforme se verifica nos Despachos do Ministro de 30.09.2009 (fl. 250) e de 28.12.2009 (fl. 260).

3. Não seria despidendo frisar que houve nos autos a ANULAÇÃO definitiva do procedimento, a partir da fase de habilitação, da entidade SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., para as localidades de MATUPÁ, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA e PARANAÍTA, haja vista a não apresentação da declaração conforme o Anexo II do edital, conforme o acostado na citada NOTA/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 1389 – 2.17/2009 (Despacho do Ministro de 28.12.2009 – fl. 260).

4. Dar-se-á prosseguimento, portanto, às demais localidades, que se encontram, outrossim, na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

5. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalva-se que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, *in verbis*:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.



§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.”

6. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL

JUSTEN FILHO<sup>1</sup>:

“Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito.”

7. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.
8. Preliminarmente à manifestação das possíveis homologações para as três localidades restantes, faz-se mister emitir juízo acerca das medidas adotadas pela CEL quanto à identificação de supostas infrações praticadas por algumas das licitantes, senão, veja-se.
9. A ata de reunião da CEL, de 11.11.2008 (Ata nº 093/2008 – fls. 215/219), detectou semelhança na formatação das propostas de preços de algumas empresas, o que poderia levar à dedução de que algumas delas detinham conhecimento sobre as propostas de outras. Por cautela, resolveu a CEL converter o julgamento em diligência, a fim de esclarecer as similitudes apontadas, quais sejam: (i) as propostas das empresas RÁDIO CLUBE FM ARENÓPOLIS LTDA e RÁDIO SOM DA TERRA LTDA. para a localidade de Nova Olímpia; (ii) as propostas de RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA. e de RÁDIO VERA LTDA., para as localidades de Matupá, Nossa Senhora do Livramento e Nova Olímpia; e (iii) as propostas das entidades SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA., SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA., SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA., para a localidade de Nova Olímpia e entre essas três últimas e SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para a localidade de Paranaíta.
10. Embora as entidades tenham sido intimadas a se manifestar (inclusive, com publicação de avisos, conforme fl. 222 e fl. 225 do processo piloto), mantiveram-se inertes a respeito.
11. Em seguida, fora elaborada a INFORMAÇÃO Nº 19/2009/CEL-SSR/MC, acostada às fls. 226/228 do processo piloto (aprovada pela CEL por intermédio da Ata de Reunião Nº 074/2009 – fl. 229). Quanto à primeira semelhança, entre as propostas das empresas RÁDIO CLUBE FM ARENÓPOLIS LTDA e RÁDIO SOM DA TERRA LTDA, foram as mesmas preenchidas à máquina datilográfica; afirma a CEL que houve diligência, mas que, ao final, não se deparou com subsídios suficientes a que se pudesse concluir por alguma eventual fraude – afinal, o modelo utilizado para apresentação da proposta de preço fora justamente o extraído do edital; ademais, continua esse Órgão, “as pessoas que subscrevem as propostas são

1 JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481

diferentes, não há rubrica ou qualquer outro elemento ou traço que possa conduzir a uma conduta tipificada por lei como crime, ou que possa sustentar indício consistentes.” Realce-se que nenhuma das entidades ora citadas fora vencedora nas localidades a que concorreram.

12. Quanto às empresas RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA. e RÁDIO VERA LTDA. (segundo grupo), “de igual forma não se verificam semelhanças ou fatos que possam conduzir a uma conclusão de que as empresas têm alguma comunicabilidade”. Acrescente-se que houve a desclassificação da entidade RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA., haja vista sua dissolução (distrato social e baixa no CNPJ), conforme registrado na Ata Nº 009/2009 (fl. 223 do processo piloto).

13. Quanto ao terceiro grupo, é apontada, outrossim, semelhança entre a formatação das propostas das entidades SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSE LTDA., SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA., SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA. e SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA. Afirma a CEL na Informação em comento: “em que pese a maioria se auto intitular como sistemas de comunicação, da mesma forma que o primeiro [grupo de empresas] não tem qualquer elemento que possa vincular uma empresa a outra, seja o quadro societário, data de constituição, assinatura das propostas ou rubricas.” Aduz, todavia, o fato de duas destas empresas compartilharem o mesmo endereço - SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSE LTDA. e SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA.

14. Além do mais, fora identificado que as duas entidades *supra* constituíram mesmo procurador (GUSTAVO GROSZEWICZ) para representá-las no certame, a saber, as entidades SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSE LTDA. (fl. 38 do processo da entidade) e SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. (fl. 39 do processo da entidade).

15. Em conclusão, sugeriu-se que fossem desclassificadas as empresas SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSE LTDA. e SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA (mesmos endereço e procurador) e que fossem desconsideradas as suspeitas dirigidas às demais entidades, “vez que não é possível se apontar indícios consistentes de crime”.

16. Acatada a Informação da CEL, procedeu-se à desclassificação das entidades sugeridas, conforme Aviso publicado no DOU de 25.08.2009 (fl. 237 do processo piloto), não constando nos autos recursos em face desta decisão.

17. Faz-se imprescindível destacar, ainda, que nenhuma das empresas supracitadas (cujas propostas apresentaram alguma semelhança etc.) sagrara-se vencedora para as localidades a que concorreram.

18. Ato contínuo, foram os autos encaminhados a esta CONJUR, ao que se sucederam as homologações já apontadas para as localidades de Nortelândia e Paranaíta, além da anulação da habilitação da entidade SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., conforme já relatado nos parágrafos 2 e 3 do presente parecer.

19. Como já consignado, foi dada oportunidade às interessadas para que se manifestassem, em observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa – embora tenham se mantido inertes, conforme já anunciado.

20. Primeiramente, deve ser salientado que a licitação pública é um procedimento que respeita certos princípios e diretrizes, sendo regida pela Lei 8.666, de 1993, cujo art. 3º, *caput*, aduz:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da

impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

21. É notório que para obtenção da proposta mais vantajosa, a competição entre os licitantes deve ser a mais ampla possível. Assim, qualquer conduta que possa restringir esta competitividade é contrária à legalidade e aos objetivos do próprio certame. O caráter competitivo das licitações é tão relevante que afrontá-lo é crime, segundo a Lei 8.666, de 1993, *in litteris*:

“Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”

22. A mesma lei criminaliza a quebra de sigilo das propostas:

“Art. 94. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.”

23. Quanto ao fato de um único procurador representar mais de uma licitante numa mesma concorrência, pode-se entender que não é o ideal. Por isso mesmo, o novo edital do Ministério das Comunicações veda tal possibilidade. Não obstante, o edital da Concorrência 097/2001 não traz proibição acerca de um mesmo procurador representar mais de uma proponente no certame.

24. Nas licitações de radiodifusão, por vezes, o procurador apenas comparece às sessões públicas, munido dos envelopes lacrados das licitantes. Neste caso, não haveria afronta a princípios regentes do certame ou às normas pertinentes. Claro que tal fato pode consistir, em certos casos, em representação de interesses contrapostos. Aí sim, surge o problema.

25. O artigo 355 do Código Penal criminaliza o patrocínio infiel, *in verbis*:

#### **“Patrocínio infiel**

Art. 355 - Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

#### **Patrocínio simultâneo ou tergiversação**

Parágrafo único - Incorre na pena deste artigo o advogado ou procurador judicial que

defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias.”

26. Necessário que se especifique que em Direito Penal prevalece a ideia da tipicidade, isto é, somente é crime o fato típico, exatamente como delineado na lei. Não cabe analogia com relação à tipificação.

27. O jurista Julio Fabbrini Mirabete<sup>2</sup> explana:

“O crime do art. 355 somente pode ser praticado por advogado, que é o bacharel legalmente habilitado pela inscrição na Ordem dos Advogados, a defender interesses em juízo, ou por procurador judicial, a quem também é permitida tal atividade. [...]”

28. A jurisprudência citada pelo mesmo autor sinaliza que a inexistência de relação judicial e de traição de dever profissional descaracterizam o crime. Vejamos:

“Inexistência de relação judicial: crime não caracterizado - TACRSP: ‘para a configuração do delito de patrocínio infiel exige-se que a conduta do agente seja praticada em relação a causa judicial (civil ou penal), de forma que a atuação extrajudicial do advogado ou procurador não pode dar lugar ao crime em questão, embora possa significar transgressão disciplinar.’ (RT 580/352)

Inexistência de traição do dever profissional: crime não caracterizado-TACRSP: ‘Inocorre o delito de patrocínio infiel se o Advogado não trai o seu dever profissional, prejudicando interesse que lhe é confiado em causa judicial.’ (RJDTACRIM 39/405).

Simples dano potencial: crime não caracterizado - TJSP: ‘Patrocínio infiel. Inocorrência de efetivo prejuízo. Anulação do processo divisório em que se manifestaria. Simples dano potencial, elemento insuficiente para a consumação do delito. Ordem concedida para o trancamento da ação penal.’ (RJTJESP 23/400-1).”

29. Vê-se que o dano potencial não basta para configuração do delito de patrocínio infiel, o que significa que seria mister a ocorrência de dano efetivo, isto é, efetivo patrocínio de interesse de uma licitante em detrimento da outra. Ademais, a jurisprudência é clara ao restringir a aplicação do dispositivo legal à atuação judicial, afastando a incidência do crime em caso de atuação extrajudicial.

30. Claro que se poderia argumentar que uma conduta que alcança tamanha reprovação a ponto de ser prevista no ordenamento jurídico como crime deveria, no mínimo, ter alguma repercussão em âmbito administrativo.

31. Trata-se da preservação da moralidade no certame. Todavia, consoante já mencionado, o Edital não traz expressa vedação à eleição de procurador comum por diversas licitantes numa mesma concorrência pública.

32. A proibição deveria sim constar do instrumento convocatório, tanto que foi incluída no novo modelo de edital dessa Pasta.

33. Porém, à medida que não consta a proibição, fica difícil penalizar as licitantes que se valeram de procurador comum, a menos que se comprove dano efetivo ao interesse de uma em detrimento de outra. Cláusulas editalícias devem contar com interpretação a mais favorável possível às licitantes, quando lhes faltar clareza. Em outros termos, nos casos cuja redação do Edital não seja clara, cristalina, não se pode requerer que a licitante faça interpretação extensiva. O Tribunal de Contas da União possui decisão no sentido de que deve prevalecer a interpretação mais favorável ao concorrente, se pairar dúvida sobre dispositivo do instrumento convocatório:

“Análise:

A audiência se resume na resolução de duas questões: a possibilidade de se exigir do

licitante certidão de inexistência de débitos não inscritos em dívida ativa e a exigência de certidões de regularidade fiscal não suficientemente especificadas no edital de licitação.

Quanto a esta última questão, entendemos que a forma de comprovação da regularidade fiscal deverá estar suficientemente detalhada no Edital, não cabendo à Comissão de Licitação fazer interpretação extensiva dos requisitos de habilitação presentes no instrumento convocatório.

Ainda assim, caso duas ou mais interpretações forem possíveis, deverão ser admitidos os licitantes que atenderem a quaisquer delas. Estes deverão ser habilitados, até mesmo, por isonomia, caso contrário, aqueles que não conhecerem a jurisprudência das Comissões restarão prejudicados.(...)"

**(Acórdão 1848/2003 – Plenário) (grifos nossos).**

34. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar a presença de dano efetivo decorrente da representação por procurador comum, bem como qualquer afronta ao sigilo das propostas, ao princípio da competitividade, à efetiva concorrência e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Se à coincidência de procurador entre proponentes associar-se a inobservância das normas e princípios que regulam o certame, não há que se falar em tolerância, em virtude disso.

35. No caso em tela, a Comissão Especial de Licitação aponta para coincidências e formatação na documentação e procurador comum com relação a algumas proponentes.

36. As propostas formuladas pelas empresas possuem identidade de formatação de empírica constatação, apresentando-se como indícios de que esse grupo de empresas, conhecendo as propostas de preço umas das outras, não leve a efeito um dos princípios mais caros à licitação, qual seja, o da efetiva concorrência entre as proponentes.

37. Todavia, não é o mesmo caso apontado pela Consultoria Jurídica com relação a entidades que ofertaram propostas escalonadas. Naquele caso, havia maiores coincidências, posto que além da identidade de formatação e procurador, havia ainda a identidade de denominação (rádios com firmas que remetiam a números, por exemplo, RÁDIO 810 LTDA, RÁDIO 1010 LTDA) e, mais grave, **propostas de preço literalmente escalonadas**, visto que iam sendo colocadas de forma decrescente, com diferença de dois ou três reais, sucessivamente. Note-se que havia um escalonamento em valores constantes da primeira à última proposta. A proximidade entre os preços era de tal ordem, que o coeficiente do valor ponderado das propostas das empresas resultava, por vezes, rigorosamente o mesmo, ensejando o sorteio. Assim, nestes casos (o que não fora configurado no certame em análise), as coincidências eram maiores e evidenciavam mais claramente a ligação entre as empresas envolvidas, o que demandou sua desclassificação superveniente em diversas concorrências no Ministério das Comunicações, sem sequer se manifestarem, embora lhes tivesse sido ofertada a oportunidade de exercer o contraditório e a ampla defesa.

38. No caso que ora se examina, a Consultoria Jurídica entende que há menos coincidências, o que demanda maior cautela.

39. No que pertine às licitantes com o mesmo procurador, é de evidenciar, no caso em apreço, que o mesmo não fora responsável pela assinatura das propostas (mas, sim, os respectivos sócios-gerentes), o que poderia demandar que sua função restringira-se a apenas entregar os envelopes intactos. Assim, realce-se, a existência de procurador comum, *por si só*, não basta para configurar eventual fraude (mesmo porque não consta vedação editalícia); buscaram-se, pois, mais elementos.

40. O que mais chama atenção é a *identidade de formatação* das propostas técnicas e de preço. Mesmo intimadas a se manifestar, as entidades mantiveram-se inertes. Diante do quadro, decidiu a CEL por desclassificar as concorrentes SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. e SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA, visto que apresentaram: (i) mesmo endereço; (ii)

idêntico procurador e (ii) semelhante formatação de proposta – o que evidenciava, pois, indícios de conluio. Ainda assim, as entidades não recorreram da decisão. Opina-se, ainda, que deveria se averiguar se para tais licitantes há ou não a necessidade de aplicação de sanção administrativa (suspensão do direito de licitar ou declaração de inidoneidade ou multa).

41. Exaurida a análise quanto à decisão da CEL em desclassificar as entidades supramencionadas (objeto da referida INFORMAÇÃO Nº 19/2009/CEL-SSR/MC), constata-se que *há localidades para as quais não se sagraram vencedoras as empresas envolvidas nos indícios de conluio. Nessa esteira, não haveria sentido em atrasar o certame para estas localidades, uma vez que as vencedoras não estariam envolvidas na suposta fraude, senão, veja-se.*

## **I - MATUPÁ**

42. Quando do último advento dos autos a esta CONJUR, fora elaborada a REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 88 – 2.17/2009 (fls. 102/102-v – processo da entidade Nº 53670.001086/2002), por intermédio da qual foram requisitadas diligências no sentido de (i) averiguar se à época da entrega da documentação de habilitação a entidade RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. (a que se sagrara vencedora) estava em atividade; e (ii) a necessidade de o contrato social ser visado por advogado (sendo que esta última exigência restou superada em virtude de novo posicionamento desta CONJUR em dispensá-la).

43. Em resposta, elaborou a CEL a Certidão de fl. 103, cujo teor certifica que a entidade em comento, por não possuir outorgas para exploração de serviços de radiodifusão, revelava-se inativa em 25 de abril de 2002, visto que não possuía outro objetivo social além da execução do citado serviço. Ainda sobre o tema, faz-se anexar extrato retirado do sítio eletrônico da Receita Federal, em que se verifica a situação cadastral ativa da entidade (fl. 111).

44. Em seguida, depara-se com documentos (fls. 104/109) a atestar o cumprimento da Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1/2006, além da Certidão de fl. 110, em que se declara a inexistência de recursos pendentes de análise.

45. Ressalte-se, ainda, que deverá ser dado cumprimento ao disposto no item 12.2 do edital (fl. 40 do processo piloto), cujo teor versa sobre a necessidade de ser apresentada cópia do ato de assentimento prévio, nos seguintes termos *in verbis*:

“A proponente deverá apresentar à Comissão Especial de Licitação, até 30 (trinta) dias após a publicação da homologação do resultado da licitação, cópia do ato de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.”

46. Restadas cumpridas as exigências editalícias e uma vez que a entidade sagrada vencedora não está envolvida nas suspeitas de conluio a que se fez referência acima, opina-se pela homologação do certame para a localidade de MATUPÁ/MT, com adjudicação do objeto à licitante RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA., devendo a entidade providenciar o preenchimento do item 12.2 do edital (assentimento prévio), conforme mencionado no parágrafo 45 *supra*.

## **II – NOVA OLÍMPIA**

47. Quanto à localidade de Nova Olímpia, inicialmente havia se sagrado vencedora a entidade SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., no entanto, conforme já anunciado, fora a sua

habilitação anulada; em segundo lugar, consta a entidade E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. (fl. 104 do processo desta entidade Nº 53670.001101/2002).

48. Nos autos em questão fora emitida requisição (REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 93-2.17/2009 – fl. 105 do processo da entidade), de modo a que o contrato da entidade fosse devidamente visado por profissional de advocacia – o que restou prejudicado, conforme novo posicionamento desta CONJUR.

49. Às fls. seguintes verificam-se extratos que foram anexados pela CEL, em cumprimento à já mencionada Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1/2006; por fim, à fl. 113, depara-se com Certidão em que se declara a inexistência de recursos pendentes de análise. Ressalta-se, todavia, que a consulta à fl. 106 foi formulada com argumento de pesquisa equivocado (“F E F COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.”), uma vez que o nome da entidade vencedora é “E.F. COMUNICAÇÕES LTDA”, o que deve ser sanado.

50. Uma vez que restaram cumpridas as exigências editalícias e que a entidade sagrada vencedora não está envolvida nas suspeitas de irregularidades, opina-se pela homologação do certame para a localidade de NOVA OLÍMPIA/MT, com adjudicação do objeto à licitante E.F. COMUNICAÇÕES LTDA., devendo a entidade providenciar o preenchimento do item 12.2 do edital (assentimento prévio), consoante mencionado no parágrafo 45 *supra*.

### **III – NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**

51. No que concerne à localidade de Nossa Senhora do Livramento, inicialmente havia se sagrado vencedora a entidade SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., no entanto, conforme já anunciado, fora a sua habilitação anulada; em segundo lugar, consta a entidade RÁDIO VERA LTDA (fl. 133 do processo desta entidade Nº 53670.01095/2002).

52. Insta mencionar que houve interposição de recurso pela entidade SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. em face da habilitação da entidade RÁDIO VERA LTDA – recurso que fora conhecido, mas não provido, conforme Despacho do Exmo. Ministro de 08.07.2004 (fl. 78 do processo da entidade), fundamentado no PARECER/MC/CONJUR/BRN/Nº 0718-2.21/2004 (fl. 73-75).

53. Registre-se, ainda, que a entidade RÁDIO VERA LTDA. fora apontada na INFORMAÇÃO Nº 19/2009/CEL-SSR/MC, por apresentar a formatação da proposta semelhante a da entidade RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA. (a qual fora posteriormente desclassificada, consoante já anunciado no parágrafo 12 da presente peça). Verifica-se, também, ao consultar os processos de ambas as entidades, que as mesmas detinham o mesmo procurador, a saber, ANTONIO GOMES TRIUNFO (fl. 40 e fl. 41, respectivamente, dos processos das entidades). Ocorre que as propostas das entidades não foram assinadas pelo procurador citado – o que leva a concluir, outrossim, que sua função possa ter se restringido apenas à entrega dos envelopes, além do que, conforme sobejamente apontado, não há vedação no edital. Nesse sentido, opinou a CEL por desconsiderar as suspeitas envolvendo as empresas citadas, haja vista a inexistência de indícios mais robustos, diferentemente das entidades desclassificadas – o que pareceu razoável.

54. Nos autos em questão fora emitida requisição (REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 92-2.17/2009 – fl. 134 do processo da entidade), de modo a que o contrato da entidade fosse devidamente visado por profissional de advocacia – o que restou prejudicado, conforme novo posicionamento desta CONJUR.

55. Às fls. seguintes verificam-se extratos que foram anexados pela CEL, em cumprimento à já mencionada Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1/2006; por fim, à fl. 141, depara-se com Certidão em que se declara a inexistência de recursos pendentes de análise. Ressalta-se, todavia, que a consulta à fl. 134 foi formulada com argumento de pesquisa equivocado (“RÁDIO CLUBE DE VERA CRUZ LTDA.”), uma vez

que o nome da entidade vencedora é "RÁDIO VERA LTDA", o que deve ser sanado.

56. Também no presente caso restaram cumpridas as exigências editalícias, opinando-se, pois, pela homologação do certame para a localidade de NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, com adjudicação do objeto à licitante RÁDIO VERA LTDA., devendo a entidade providenciar o preenchimento do item 12.2 do edital (assentimento prévio), segundo o mencionado no parágrafo 45 *supra*.

57. Deve ser corrigida a numeração dos autos, a partir da fl. 133.

#### IV – DA CONCLUSÃO

58. Em razão do exposto, opinamos pelo seguinte:

I – Que a CEL averigüe a necessidade de se aplicar às entidades desclassificadas SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. e SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. sanção administrativa (suspensão do direito de licitar ou declaração de inidoneidade ou multa), em razão do exposto na INFORMAÇÃO Nº 19/2009/CEL-SSR/MC;

II - Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Matupá/MT, com adjudicação do objeto à entidade RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.;

III - Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Nova Olímpia/MT, com adjudicação do objeto à entidade E.F COMUNICAÇÕES LTDA.; e

IV - Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Nossa Senhora do Livramento/MT, com adjudicação do objeto à entidade RÁDIO VERA LTDA.

58. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Excelentíssimo Ministro das Comunicações e, após, à CEL, para providências ulteriores.

À consideração superior.

Brasília, 30 de novembro de 2010.

CAMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO

Advogada da União

Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos

De acordo. Ao Gabinete do Excelentíssimo Ministro das Comunicações e, após, à CEL, conforme o sugerido.  
Em // 2011



**RODRIGO ZERBONE LOUREIRO**

Consultor Jurídico



*Assinado eletronicamente por: Rodrigo Zerbone Loureiro*

MC 00000 EM

513

Brasília, 14 de

7

de 20 .

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 097/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Matupá, Estado de Mato Grosso.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda. (Processo nº 53670.001086/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 03 de dezembro de 2010, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro de Estado das Comunicações

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 21.12.10	
Página: 84	Seção: 1
ANOTADO POR: <i>per</i>	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1359 , DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001086/2002, Concorrência nº 097/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Matupá, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA DO MC EM GOIÁS**

PROCESSO Nº **53670.001086/2002** DV

DATA DE ENTRADA: **25 / 04 / 2002**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CÓPIA 1



INTERESSADO:

**RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.**

ASSUNTO:

**FREQUÊNCIA MODULADA**

OUTROS DADOS:

**MATUPÁ E NORTELÂNDIA/MT**

*Renata*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/10/2002

**CONCORRÊNCIA N.º 097/2001-SSR/MC**

**MOVIMENTAÇÕES**

Seq	SIGLA	CÓDIGO	DATA	Seq	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	CAR/SCE		05/10/11	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO  
- SENAPRO -



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA DO MC NO ESTADO DE GOIÁS**

Comissão de Assessoramento Técnico

Serviço Público Federal  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em \_\_\_\_\_

**TERMO DE INSTAURAÇÃO**

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o número **53670.001086/2002**, desta Delegacia, com os documentos que instruem a proposta da proponente **RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em **FREQUÊNCIA MODULADA**, Grupo de Enquadramento A, nos termos da Concorrência n.º **097/2001- SSR/MC**.

TOTAL DE FOLHAS = **(47) FOLHAS**

LOCALIDADE(S): **MATUPÁ E NORTELÂNDIA/MT**

Goiânia, 25 de abril de 2002.

**LUIZ JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**  
Presidente da Comissão de Assessoramento Técnico/GO



# **RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**

## **EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 097 / 2001 – SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO - PERMISSÃO DE F M**

### **S U M Á R I O**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### **1.0 - Documentação para Habilitação**

##### **1.1 - Habilitação Jurídica**

- 1.1.1 - Contrato Social
- 1.1.2 - Certidão Simplificada da Jucemat/MT
- 1.1.3 - Declaração (Anexo II)
- 1.1.4 - Carteira de Identidade/CPF, dos Sócios
- 1.1.5 - Certidão Civil (últimos 5 anos), dos sócios
- 1.1.6 - Certidão Criminal (últimos 5 anos), dos sócios
- 1.1.7 - Certidão Protestos (últimos 5 anos), dos sócios
- 1.1.8 - Certidão de Quitação da Justiça Eleitoral, sócios

##### **1.2 - Qualificação Econômico – Financeira**

- 1.2.1 - Balanço de Abertura
- 1.2.2 - Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata

##### **1.3 - Regularidade Fiscal**

- 1.3.1 - CNPJ / MF
  - 1.3.2 - Inscrição Estadual
  - 1.3.3 - Alvará Municipal de Funcionamento
  - 1.3.4 - Certidão Negativa do INSS
  - 1.3.5 - Certidão Negativa do FGTS
  - 1.3.6 - Certidão Negativa da Receita Federal
  - 1.3.7 - Certidão Negativa da Fazenda Nacional
  - 1.3.8 - Certidão Negativa da Fazenda Estadual
  - 1.3.9 - Certidão Negativa da Fazenda Municipal
- Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 8.12.72

# HABILITAÇÃO

## JURÍDICA

42  
Lapso  
43



- CONTRATO SOCIAL -

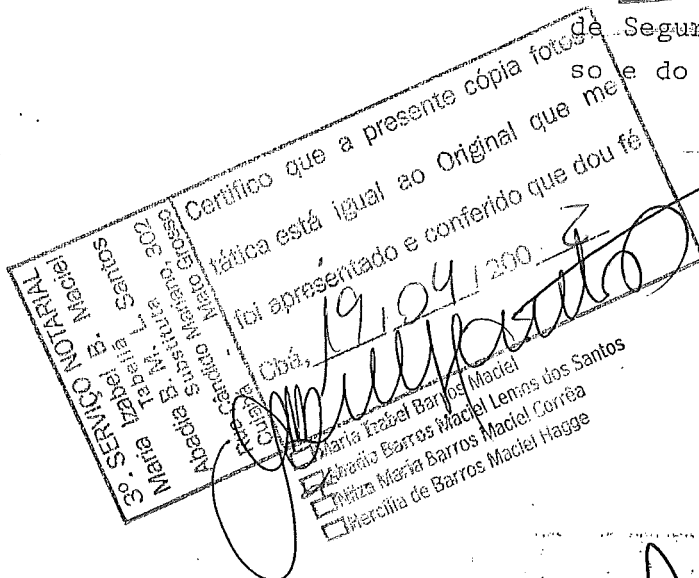
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 19/04/2007

ISAAC PEREIRA DO NASCIMENTO

Brasileiro, Casado, Comerciante, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá, Estado' de Mato Grosso, portador da cédula de identidade RG nº 085 179, expedida pelo Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso em 14 de outubro de 1.985, e do CPF/MF Nº 072 280 741 /49;

EZEQUIEL JOSÉ ROBERTO

Brasileiro, Solteiro, Economista, Residente e domiciliado na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, à Rua Ramiro F. Falcão, nº 35 Bairro Coophamil, portador da cédula de Identidade Rg. nº 238 239, expedida pelo Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e do CPF/MF nº 241 029 111/20;



CONSTITUEM,

entre si, e na melhor forma do direito, Sociedade Comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a saber:

*[Handwritten signatures and initials]*



29 MAR 1990

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8.12.10



SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
CERTIDÃO: Certifica que este documento foi  
registrado sob número 200.344.899 e data estampados mecanicamente.

TOPO GILBERTO TEIXEIRA  
Secretaria Geral

SERVIÇO NOTARIAL  
SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
NOME M. A. Maciel Cordeiro  
Abadia P. M. L. dos Santos  
Heredita de R. Maciel Hoage  
RUA CÂNDIDO MONTANO, 302  
TELEFONE: 624 - 0547  
CURIBA - MATO GROSSO

200.344.899  
CURIBA - MATO GROSSO

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade denominar-se-á RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA, e terá como finalidade a execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer de onda média, frequência modulada, sons e imagens (televisão, onda curta e onda tropical, mediante autorização prévia do Ministério das Comunicações, na forma da Lei e da legislação vigentes.

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 19/04/2002

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da Sociedade, e de acordo com o que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1.963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, informativo, cultural e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a suportaçãõ dos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da Sociedade têm como endereço a cidade de Peixoto de Azevedo, no Estado de Mato Grosso, à Av. Principal S/Nº.

CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, mas, em virtude de se tratar de entidade que somente pode, rigorosamente, funcionar por autorização prévia do Governo Federal, em ato de outorga publicado em Diário Oficial da União, suas atividades somente terão início a partir da data em que o Ministério das Comunicações deferir o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome. Se necessário, em caso de dissolução serão observados os dispositivos da Lei nº 4.761/64.

CLÁUSULA QUINTA

19/04/2002  
Ministério das Comunicações  
Confere com o original  
foi apresentado  
Maria Izabel Barros Maciel  
Abadia Barros Maciel Lenos dos Santos  
Nilza Maria Barros Maciel Corrêa  
Herculia de Barros Maciel Hayge

GO PUBLICO FEA  
MINISTERIO DAS COMUNICACOL  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/12/10

SECRETARIA  
JUNTA DO  
CAR  
reintegrado

SERVICIO DE NOTIFICACAO

5a TAB. DE NO. 49

200

1995

Substitutas

Maria Izabel Moraes Maciel

Miza M. B. Maciel Correa

Abadio B. M. L. dos Santos

Herclia de B. Maciel Hogue

RUA CANDIDO MARIANO, 302

TELEFONE: 624 - 0567

CUJABA - MATO GROSSO

ESTARIA DE INDUSTRIA COMERCIAL E TURISMO  
A COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
CERTIDÃO: Certifico que este documento foi  
elaborado sob número e data estampados mecanicamente.

GILBERTO C. TEIXEIRA  
Secretaria Geral

## CLÁUSULA SEXTA

~~CONFIRMAÇÃO~~ CO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
~~CONFERE COM O ORIGINAL~~

## CLÁUSULA SÉTIMA

CLÁUSULA OITAVA

A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionário um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos.

CLÁUSULA NONA

A Sociedade não poderá deter concessões ou permissões de serviços de radiodifusão sonora em geral no país, além dos limites fixados no artigo 12 Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967.

### CLÁUSULA DÉCIMA

O Capital Social é de Cr\$ 600.000,00 (Seiscentos mil cruzeiros), representado por 600 (seiscentas) cotas, no valor, cada uma, de Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros) e subscritas pelos sócios da forma que se segue:

[illegible]

Proseimento

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Em, 8.1.1990

29 MAR 1990

SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 CERTIDÃO: Certifico que este documento foi  
 registrado sob número 700344899 e está estampado mecanicamente.  
 JOÃO GILBERTO C. TEIXEIRA  
 Secretário Geral

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 REGISTRADO 700344899\*

SERVIÇO NOTARIAL  
 TABELIA  
 Maria Izabel Dantas Maciel  
 Substituta  
 Nilza M. B. Maciel Corrêa  
 Abadia B. M. L. dos Santos  
 Hercílio de B. Maciel Hooge  
 RUA CÂNDIDO MARIANO, 202  
 TELEFONE: 624 - 0547  
 GUARÁ - MATO GROSSO



COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR
ISAAC PEREIRA DO NASCIMENTO -	60	- Cr\$ 60.000,00
EZEQUIEL JOSÉ ROBERTO	540	- Cr\$ 540.000,00
TOTAIS: -	600	- Cr\$ 600.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO: De acordo com o artigo 2º "in fine" do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1.919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do Capital Social.

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 19.04.2002

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

A integralização do Capital Social será efetivada em moeda corrente nacional pelos sócios, a saber:

a. 50% (cinquenta por cento), ou sejam Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), neste ato,

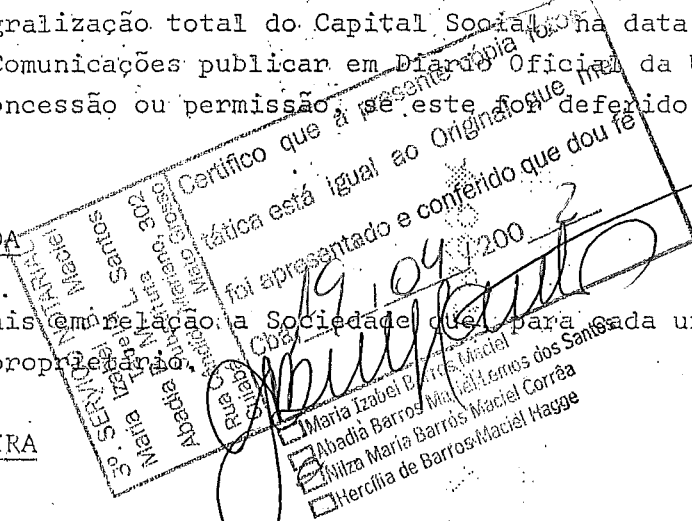
b. 50% (cinquenta por cento), ou sejam, Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), como integralização total do Capital Social, na data em que o Ministério das Comunicações publicar em Diário Oficial da União o ato de outorga da concessão ou permissão, a ser este ato que deferido em nome da Sociedade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

As cotas são individuais em relação à Sociedade, e para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

A Sociedade será administrada pelo sócio ISAAC PEREIRA DO NASCIMENTO, nas funções de DIRETOR-GERENTE, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em Juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões comerciais e sociais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de cauções, sendo certo, porém, que a sua investidura no cargo, na forma da Lei, somente se efetivará após a prévia aprovação de seu nome pelo Ministério das Comunicações.



*[Signature]*

*[Signature]*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 EM 8/1/90

29 MAR 1990

RECEBIMOS 200349

SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO  
 FUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 CERTIDÃO: Certifico que este documento foi  
 registrado no número e data estampados mecanicamente.  
 JOÃO GILBERTO TEIXEIRA  
 Secretário Geral

SERVIÇO NOTARIAL  
 TABELIA  
 Maria Izabel Santos Martel  
 Nilza M. A. Abreu Correa  
 Abundia B. M. L. dos Santos  
 Hercília de B. Marcel Hooge  
 RUA CÂNDIDO MARIANO, 302  
 TELEFONE: 824 - 0547  
 CUIABÁ - MATO GROSSO

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

O Diretor Gerente terá como remuneração mensal a quantia fixada em comum acordo, até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do Imposto de Renda.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 19/04/2000

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA

O uso da denominação social, nos termos da Cláusula Décima-Terceira, deste Instrumento, é vedado em fianças, avais e outros atos de favor estranhos aos interesses da Sociedade, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios. Toda autorização prévia do Ministério das Comunicações, nos termos do estipulado na Cláusula Quinta do presente Contrato Social e, para esse fim, o sócio-retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade. Em qualquer eventualidade, os sócios remanescentes terão, sob o qual preferênci na aquisição das cotas do sócio retirante.

CLÁUSULA DÉCIMA-SETIMA

Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito os lucros e o Capital, apurados no último Balanço Geral Anual, ou em novo Balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento ou interdição, depois de seis meses da data da aprovação do Balanço Geral Anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga seis meses após a data da aprovação dos citados haveres. O Capital Social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados na Decisão nº 21/63, do então CONTEL, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 1.964. Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito continuarem na Sociedade, e com isso concordarem todos os demais sócios, deverão aqueles indicarem quem os represente no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Ministério das Comunicações e tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o quadro social.

19/04/2000  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 19/04/2000  
Obs.: Maria Isabel B. dos Santos, Ricardo Barros, Antônio dos Santos, Luiz Manoel O. Nogueira, e Hélio de Barros Nogueira.

Assinatura

Assinatura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Ed. 1

29 MAR 1990

JURAMA-2881 20034489

SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 CERTIDÃO: Certifico que este documento foi  
 registrado no número e data estampados mecanicamente.

SERVIÇO DE NOTAS  
 MARIA IZABEL RIBEIRO MARCEL  
 subscritas

MUN. M. B. MARCEL CORRÊA  
 Abadia B. M. L. dos Santos  
 Barão de B. Marcel Augusto  
 RUA CÂNDIDO MARIANO, 302  
 TELEFONE: 624-0547  
 EXMBA - MATO GROSSO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Em. 8/1

29 MAR 1990

SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 CERTIFICADO  
 Registrado em número 20034499 e que estampados mecanicamente.

JOÃO GILBERTO C. TEIXEIRA  
 Secretário Geral

SERVIÇO NOTARIAL  
 33. ONÍCIO  
 TABELA  
 Maria Izabel dos Santos  
 Maria M. B. Maciel Costa  
 Abadio B. M. L. dos Santos  
 Marcelina de B. Maciel Hoogse  
 RUA CÂNDIDO MARIANO, 302  
 TELEFONE: 624 - 0547  
 CUIABÁ - MATO GROSSO

20034499  
 REGISTRADO

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA

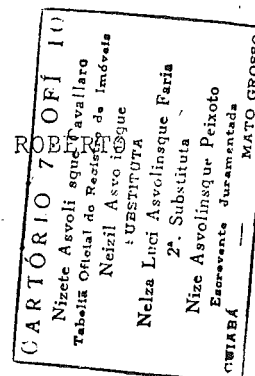
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8.1.1990



Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1.919, a cuja fiel observância, bem como das demais cláusulas deste Compromisso, se obrigam Diretores e demais sócios-cotistas.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente Contrato Social em três vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas da Lei.

Peixoto de Azevedo, 22 de março de 1.990  
Certifico que a presente cópia foi autenticada e conferida com o original que me foi apresentado e conteúdo que do mesmo consta.  
19/04/1990  
ISAAC PEREIRA DO NASCIMENTO  
EZEQUIEL JOSÉ ROBERTO  
USO DA DEMONSTRAÇÃO POR QUEM DE DIREITO



Reconheço por semelhança a firma de EZEQUIEL JOSÉ ROBERTO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA  
Cuiabá, 23 de março de 1990  
Em testemunho de verdade  
Nizete Asvolsque Cavallaro  
TABELARIA DO 7º. OFÍCIO  
MATO GROSSO  
ISAAC PEREIRA DO NASCIMENTO  
Diretor-Gerente

TESTEMUNHAS:

1. Sydele Souza  
SYDELE SOUZA



Reconheço a firma supra de Isaac Pereira do Nascimento  
Em test. de verdade  
2. MARCOS

2. Quê dos do Bon Despacho e Silva  
EROTÉDIS DO BON DESPACHO E SILVA

VISTO:

LUIS GENEROSO DE FIGUEIREDO  
INSC. OAB - MT - Nº 709

Sag

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Em 8/

29 MAR 1990

REGISTRADO Nº 200344899

SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO  
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 CERTIDÃO: Certifico que este documento foi  
 registrado sob número e data estampados mecanicamente.

Assinado por: *Gilberto C. Teixeira*  
 GILBERTO C. TEIXEIRA  
 Assessoria Geral

SERVIÇO DE REGISTRO DE EMPRESAS

ALZÉIA

Maria Izabel Barros Maciel  
 Samyana

Milza M. B. Maciel Correa  
 Abadia B. M. L. das Santos  
 Hazelia de B. Maciel Rangel  
 RUA CAUENGO MARUMO, 302  
 TELEFONE: 624 - 0547  
 CUIABÁ - MATO GROSSO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/10/90

**RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**



**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**ISAAC PEREIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande-MT., à Rua J - Quadra 20, Casa 14 - bairro Cohab do Cristo Rei, portador da cédula de Identidade RG. nº 085.179, expedida pela SSP/MT., e do CPF nº 072.280.741-49; **EZEQUIEL JOSÉ ROBERTO**, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, à Rua Trigo de Loureiro, 121, Ed. Diplomata, apto. 1301, bairro Araés, portador da cédula de Identidade RG. nº 238.239, expedida pela SSP/MT., e do CPF nº 241.029.111-20; únicos sócios componentes da Sociedade que gira sob denominação social de "**RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**", com sede na rua do comércio, s/n, devidamente registrada na JUCEMAT - Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob nº 51.200.344.899, por despacho de 29.03.1990 e CGC nº 33.703.356/0001-40, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, promover a seguinte alteração contratual:

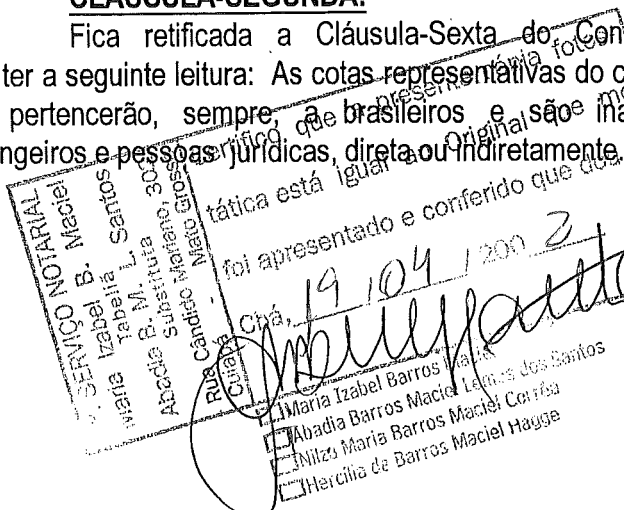
**CLÁUSULA-PRIMEIRA:**

O Capital Social é elevado para 20.000,00 (vinte mil reais), sendo o total de 20.000 (vinte mil cotas), de valor unitário a R\$1,00(hum real) cada uma, cujo aumento é de R\$19.999,79(dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos), integralizados em moeda corrente do País no presente ato e, distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

<u>Sócio:</u>	<u>%</u>	<u>Nº cotas</u>	<u>Valor R\$</u>
Isaac Pereira do Nascimento	10	2.000	2.000,00
Ezequiel José Roberto	90	18.000	18.000,00
	100	20.000	20.000,00

**CLÁUSULA-SEGUNDA:**

Fica retificada a Cláusula-Sexta do Contrato Social Primitivo que passa a ter a seguinte leitura: As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão, sempre, a brasileiros e são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros e pessoas jurídicas, direta ou indiretamente.





### CLÁUSULA-TERCEIRA:

É admitida na sociedade a Sra. DILZA RIBEIRO ROBERTO, brasileira, casada, economista, residente e domiciliada nesta cidade de Cuiabá/MT., à Rua Brig. Eduardo Gomes, 503, apto. 1301, bairro Goiabeiras, portadora da cédula de Identidade RG. 228.666 SSP/MT e do CPF/MF sob nº 362.248.471-34.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A Sócia ora admitida Declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que a impeça de exercer atividades mercantis.

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
COM O ORIGINAL

### CLÁUSULA-QUARTA:

Retira-se da sociedade o sócio Ezequiel José Roberto acima qualificado e na condição de cedente, cede e transfere 18.000 cotas no valor de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) para a sócia ora admitida, importância esta que recebe em moeda corrente do país, no presente ato, e pela qual dá plena, geral e irrevogável quitação, retirando-se da sociedade, livre e desembaçadamente de quaisquer ônus presentes, passados e futuros.

### CLÁUSULA-QUINTA:

O capital social após a retirada do sócio Ezequiel José Roberto que cedeu e transferiu suas cotas a sócia Dilza Ribeiro Roberto, terá nova distribuição que será a seguinte:

<u>Sócio:</u>	<u>%</u>	<u>Nº cotas</u>	<u>Valor R\$</u>
Isaac Pereira do Nascimento	10	2.000	2.000,00
Dilza Ribeiro Roberto	90	18.000	18.000,00
----	----	----	-----
	100	20.000	20.000,00

### CLÁUSULA-SEXTA:

Fica alterada a cláusula Décima-Terceira, que passará a ter a seguinte leitura: A sociedade será administrada pelo sócia **DILZA RIBEIRO ROBERTO**, já qualificada, nas funções de **Sócia-Gerente**, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em Juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões comerciais e sociais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de cauções, sendo certo, porém, que sua investidura no cargo, na forma da Lei, somente se efetivará após a prévia aprovação de seu nome pelo Ministério das Comunicações.

### CLÁUSULA-SÉTIMA:

As demais cláusulas do Contrato Social Primitivo, não alcançadas por força deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

Atestado que a presente cópia foi feita fiel e literal do original que me foi apresentado e conferido que dou fé.

19/04/2000

Serviço Notarial  
Maria Izabel Barros Maciel  
Abadia Barros Maciel Lemos dos Santos  
RUA JARDIM MARIANO

8  
12  
Sob



E, por se acharem justos e contratados assinam a presente alteração em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo.

Cuiabá-MT., 21 de Março de 1.997.

Isaac Pereira do Nascimento  
ISAAC PEREIRA DO NASCIMENTO

Ezequiel José Roberto

EZEQUIEL JOSÉ ROBERTO

Dilza Ribeiro Roberto

DILZA RIBEIRO ROBERTO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/1/97


Testemunhas:

- 1) Otávio Cecílio de Oliveira  
RG.0256.485-8 - SSP/MT.
- 2) Niura Ribeiro Roberto  
RG.1120426-5 - SSP/MT.

NOTÁRIO  
wiana Izabel B. Maciel  
Abadia B. M. L. Santos  
Rua Cândido Mariano, 302  
Cuiabá - Mato Grosso

Certifico que a presente cópia fotostática está igual ao Original que me foi apresentado e conferido que dou fé  
19.04.2002  
Cuiabá

Notário  
Maria Izabel Barros Maciel  
Abadia Barros Maciel Lemos dos Santos  
Nilza Maria Barros Maciel Corrêa  
Hiercília de Barros Maciel Hagge

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 09/04/97  
SOB O NÚMERO:  
970090676  
Protocolo: 970090676  
João Gilberto C. Teixeira  
JOÃO GILBERTO C. TEIXEIRA  
SECRETÁRIO GERAL

And

Say



**RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.**

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

**DILZA RIBEIRO ROBERTO**, brasileira, casada, economista, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá – MT, à Av. Lava pés, 699, bairro Duque de Caxias, portador da cédula de identidade RG. n.º 228.666, expedida pela SSP/MT, e do CPF n.º 362.248.471-34; e **ISAAC PEREIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande – MT, à Rua J Quadra 20, Casa 14, bairro Cohab do Cristo Rei, portador da cédula de identidade RG. 085.179, expedida pela SSP/MT, e CPF n.º 072.280.741-49, únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação social de “**RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.**”, devidamente registrada na JUCEMAT – Junta Comercial do Estado de Mato Grosso; sob n.º 51200344899 por despacho em sessão de 29.03.1990 e CNPJ n.º 33.703.356/0001-40, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, promover a seguinte alteração contratual.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É admitida na sociedade a **Srta. Niuara Ribeiro Roberto**, brasileira, solteira, maior, acadêmica de direito, residente e domiciliada na cidade de **Cuiabá** – MT, à Av. Lava pés, 699, bairro Duque de Caxias, portador da cédula de identidade RG. n.º 1120426-5, expedida pela SJ/MT e do CPF(MF) sob n.º 809.634.121-91.

É admitido na sociedade o **Sr. Salmo Ciriaco da Silva**, brasileiro, casado, radialista, residente e domiciliado na cidade de **Juina** – MT, à Av. Francisco Beltrão, 586, módulo 05, portador da cédula de Identidade RG. 207.835, SSP-MT e CPF n.º 303.605.791-91.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os sócios ora admitidos DECLARAM que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Retira-se da sociedade o sócio Isaac Pereira do Nascimento acima qualificado e na condição de cedente, cede e transfere 2.000 (Duas Mil) cotas no valor de R\$2.000,00 (Dois Mil Reais) para a sócia ora admitida Niuara Ribeiro Roberto, importância esta que recebe em moeda corrente do País, no presente ato, e pela qual dá plena, geral e irrevogável quitação, retirando-se da sociedade, livre e desembaraçadamente de quaisquer ônus presentes, passados e futuros.

ASSINATURA



**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Retira-se da sociedade a sócia Dilza Ribeiro Roberto, acima qualificada e na condição de cedente, cede e transfere 18.000 (Dezoito mil) cotas no valor total de R\$18.000,00 (Dezoito mil reais) da seguinte forma: sendo, 17.800 (dezessete mil e oitocentas) cotas no valor de R\$17.800,00 (Dezessete Mil e Oitocentos Reais) para a sócia admitida, Niuara Ribeiro Roberto acima qualificada e 200 (duzentas) cotas no valor de R\$200,00 (Duzentos Reais) para o sócio admitido Sr. Salmo Ciriaco da Silva acima qualificado, importâncias estas que recebe em moeda corrente do País, no presente ato, e pela qual dá plena, geral e irrevogável quitação, retirando-se da sociedade, livre e desembaraçadamente de quaisquer ônus presente, passados e futuros.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Fica alterada a Cláusula Sexta da primeira alteração contratual, que passará a Ter a seguinte leitura: A sociedade será administrada pela sócia Niuara Ribeiro Roberto, já qualificada, nas funções de Sócia-Gerente, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões comerciais e sociais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução, sendo certo, porém, que sua investidura no cargo, na forma da lei, somente se efetivará após prévia aprovação de seu nome pelo Ministério das Comunicações.

**CLÁUSULA QUINTA:**

O Capital Social após a retirada do sócio Isaac Pereira do Nascimento que cedeu e transferiu suas 2.000 (duas mil) cotas no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) para a sócia admitida Niuara Ribeiro Roberto e a retirada da sócia Dilza Ribeiro Roberto que cedeu e transferiu 17.800 (dezessete mil e oitocentas) cotas no valor de R\$17.800,00 (dezessete mil e oitocentos reais) também para a sócia admitida Niuara Ribeiro Roberto e 200 (duzentas) cotas no valor de R\$200,00 (duzentos reais) para o sócio admitido Salmó Ciriaco da Silva, terá novo quadro social, que será o seguinte:

<u>Sócios:</u>	<u>%:</u>	<u>Nº Cotas</u>	<u>Valor R\$:</u>
Niuara Ribeiro Roberto	99	19.800	19.800,00
Salmo Ciriaco da Silva	01	200	200,00
---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>20.000</b>	<b>20.000,00</b>

**CLÁUSULA SEXTA:**

A demais cláusulas do contrato social e demais alterações, não alcançadas por força deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

SRRF / 1ª. R.F. - ARR. SINOP. MT.  
CERTIFICO QUE O PRESENTE É  
CÓPIA FIEL DO ORIGINAL  
ASSINATURA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 13/06/2000



E, por se acharem justos e contratados assinam a presente alteração em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo.

Cuiabá – MT, 13 de junho de 2000.

Niura Ribeiro Roberto

NIUARA RIBEIRO ROBERTO

Sócia Admitida

Salmo Ciriaco da Silva

SALMO CIRIACO DA SILVA

Sócio Admitido

Dilza Ribeiro Roberto

DILZA RIBEIRO ROBERTO

Sócia – retirante

Isaac Nascimento  
ISAAC PEREIRA NASCIMENTO  
Sócio – retirante

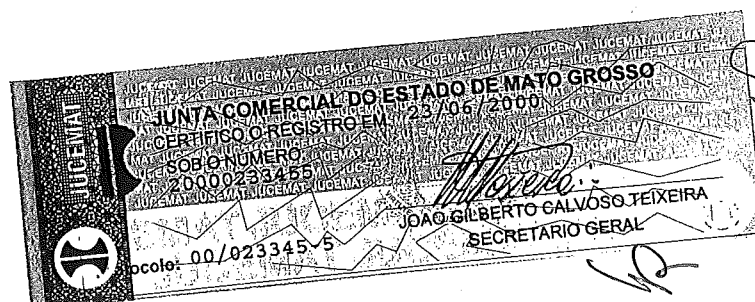
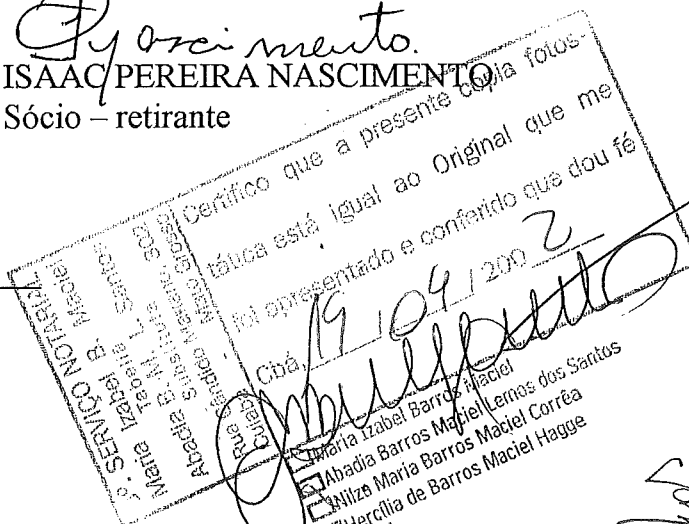
TESTEMUNHAS:

1):

Otávio Cecílio de Oliveira  
RG . 0256.485-8 – SJ/MT  
CPF: 241.036.321-00

2):

Euripedes B. Fernandes da Silva  
Euripedes B. Fernandes da Silva  
RG. 1608152 – SSP/GO  
CPF. 360.207.101-49



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial.

Nome Empresarial:

RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA

Número NIRE (Sede)

51 2 0034489-9

CGC/MF:

33.703.356/0001-40

Data de Arquivamento do  
Ato Constitutivo

29/03/1990

Data de Início

29/03/1990

Endereço Completo

Logradouro: RUA DO COMERCIO

Número: SN

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cep: 78530000

Município: PEIXOTO DE AZEVEDO

UF: MT

Atividades Econômicas

92215 ATIVIDADES DE RÁDIO

Capital: R\$

20.000,00

(VINTE MIL REAIS)

Microempresa ou E.P.P.

Não

Prazo de Duração

INDETERMINADO

Capital Integralizado: R\$

20.000,00

(VINTE MIL REAIS)

Sócios/Participação/Condição

Nome /CPF ou CGC

Participação no capital (R\$)

Condição

NIUARA RIBEIRO ROBERTO

19.800,00

SOCIO Gerente

809.634.121-91

SALMO CIRIACO DA SILVA

200,00

SOCIO

303.605.791-91

Último arquivamento

Data: 23/06/2000

Número: 20000233455

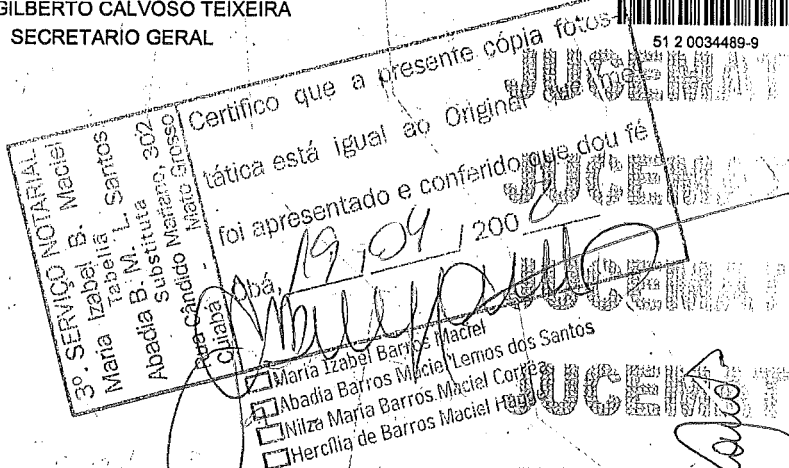
Situação

ATIVA

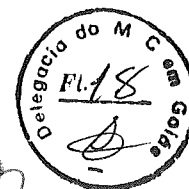
Evento: ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

CUIABA - MT, 11 de abril de 2002

JOAO GILBERTO CALVOSO TEIXEIRA  
SECRETARIO GERAL



ANEXO II  
**DECLARAÇÃO**  
( Subitens 5.2.3; 5.2.7; 5.5.5 )  
Em 8/1/2002



A abaixo assinado, dirigente da **RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**, declara que:

- a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de **MATUPÁ**, estado de MATO GROSSO, e que não exercerá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas além dos limites fixados no art. 12 de decreto-lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente esta no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga;

Cuiabá/MT, 15 de Abril de 2002.-



*Roberto*

**NIUARA RIBEIRO ROBERTO**

Dirigente

CPF: 809.634.141-91

*Caput*

*A*  
*Imp*  
*Scip*

Reconheço por verdadeira a firma de  
NIUARA RIBEIRO ROBERTO\*\*\*\*\*  
E dou fé. Em testemunho da verdade  
Cuiabá-MT, 19 de Abril de 2002  
A Notaria



*Eudetez Onorina da Cunha*  
Escrivente Juramentada 7ª. Oficial  
Cuiabá - MT.

~~SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERIR COM O ORIGINAL~~  
*[Signature]*

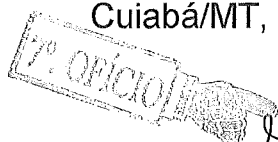
ANEXO II  
**DECLARAÇÃO**  
(Subitens 5.2.3; 5.2.4; 5.5.5)



A abaixo assinado, dirigente da **RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**, declara que:

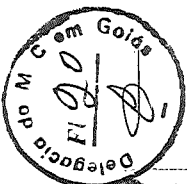
- f) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de **NORTE LÂNDIA**, estado de MATO GROSSO, e que não exercerá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- g) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- h) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas além dos limites fixados no art. 12 de decreto-lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967;
- i) nenhum dirigente esta no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga;

Cuiabá/MT, 15 de Abril de 2002.-



*Roberto*  
**NIUARA RIBEIRO ROBERTO**  
Dirigente  
CPF: 809.634.141-91

*Capel*  
*MP*  
*Sob*



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 1120426-5 DATA DE EXPEDIÇÃO: 23/02/95

NOME: NIUARA RIBEIRO ROBERTO

FILIAÇÃO: OSVALDO ROBERTO SOBRINHO

DILZA RIBEIRO ROBERTO

NATURALIDADE: CUIABA-MT DATA DE NASCIMENTO: 18/07/1978

DOC-ORIGEM C. NASC. LIV. A16 FLS. 167

TERM 15478 CUIABA-MT

CPF \* \* \* \* \*

CUIABA-MT

*Santa Maria Gasques*

Coordenadora de Identificação

LEIN 7.116-DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE JUSTIÇA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLD MENDES DE PAIVA

ASSINATURA DO TITULAR: *Niuara Ribeiro Roberto*

Imagem do titular e impressão digital.

ANUETICACAO  
CUIABA-MT  
2008-08-23  
CPF: 809634121-91  
Data de nascimento: 18/07/1978  
Nome: NIUARA RIBEIRO ROBERTO  
Naturalidade: CUIABA-MT  
Doc-origem: C. NASC. LIV. A16 FLS. 167  
Term: 15478 CUIABA-MT  
Coordenadora de Identificação: Santa Maria Gasques  
LEIN 7.116-DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA REVENIDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: NIUARA RIBEIRO ROBERTO

Nº de Inscrição: 809634121-91

Data do Nascimento: 18/07/78

Imagem do titular e impressão digital.

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF - validade a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: *Niuara Ribeiro Roberto*

NIUARA RIBEIRO ROBERTO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 26/04/95

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: *8/10/95*

EM BRANCO

*Handwritten signatures and initials.*



**CEDULA DE IDENTIDADE**  
**CUJABÁ**



POLÍCIA DIRETA

*Salmo Ciríaco da Silva*  
 ASSINATURA DO PORTADOR

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
 CASA DA MOEDA DO BRASIL

**(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO**

REGISTRO CREA 207.835

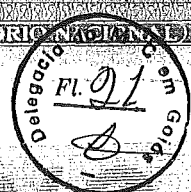
NOME **SALMO CIRÍACO DA SILVA**  
 José Ciríaco da Silva  
 Jovenília Fogue da Silva

TRAPICH-SP 13-outubro-1960  
 NATURALIDADE  
 GUARAPUAVA-PR 1979

*Salmo Ciríaco da Silva*  
 ASSINATURA DO PORTADOR

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
 CASA DA MOEDA DO BRASIL

SERVIÇOS  
 MATERIAL E  
 Centro de Registro de Imóveis  
 Cx. Postal 138 - Centro  
 Comércio da Rua - 111  
 Autenticação  
 Centro Registral de Mato Grosso  
 Apresentado Data 04 de 000 2  
 Juízo - MT 03 de 04 de 000 2



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
 COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAL

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
 CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*Salmo Ciríaco da Silva*

INScrição NO CPF  
 003 605 791 91

NASCIMENTO  
 13.10.60

CONTRIBUINTE  
 SALMO CIRÍACO DA SILVA

*Salmo Ciríaco da Silva*  
 SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Em 8/12/70

*Salmo*  
*Seg*  
*RP*

Marilu Cuiabano Malheiros  
Titular



GOV. DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE JUSTIÇA  
SERVIÇO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO  
PRIVATIVO DO CÍVEL E CRIME

Cilza Fernandes de Souza Bon  
Substituta  
Elenice Curvo e Souza  
Juramentada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MATO GROSSO - COMARCA DE CUIABÁ  
SERVIÇO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO  
PRIVATIVO DO CÍVEL E CRIME



## CERTIDÃO NEGATIVA

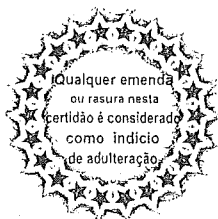
Certifico a pedido de pessoa interessada que, revendo os registros de distribuições em meu poder, não encontrei em andamento nenhum em que figura como RÉU(RÉ) o Sr.(a) NIUARA RIBEIRO ROBERTO. CNPJ/CPF: 809.634.121-91

em processo(s) de AÇÕES CÍVEIS EM GERAL num período de 10 (dez) anos até esta data.

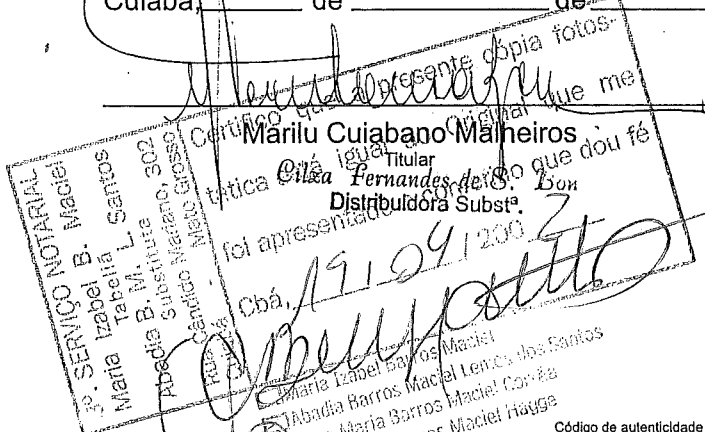
O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, aos 09 (nove) dias do mês de Abril do ano de dois mil e dois.

Eu, Distribuidora, Contadora, Partidora a fiz digitar e assino.

Cuiabá, 09 de Abril de 2002



Funcionário: FERNANDES



Código de autenticidade desta certidão: 05245/2002-1

Avenida Rubens de Mendonça s/nº - Fone: (65) 642-1089 - Ramal: 317 - Edifício Forum Cível - CEP 78030-050 - Cuiabá - Mato Grosso



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMARCA DE JUÍNA**  
**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

CGC:

Praça dos Três Poderes S/n - - Bairro: Centro - Cidade: Juína-MT Cep:78320000 Fone: Ramal:0

**CERTIDÃO Nº: 9**

Cássia Inês dos Santos, Distribuidora Designada da Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, etc.

CERTIFICO, a requerimento de parte interessada que revendo os livros de DISTRIBUIÇÕES verifiquei NADA CONSTAR contra SALMO CIRIACO DA SILVA, CPF: 303 605 791-91, RG: 207 835 filho(a) de José Ciriaco da Silva e Jovenilha Roque da Silva referentes a ações cíveis

O referido é verdade e dou fé, dada e passada nesta cidade de Juína aos 8 de abril de 2002.

E eu, desta Comarca digitei e assino,

*Santos*  
Cássia Inês dos Santos Dist. Designada  
Distribuidor



3º. SERVIÇO NOTARIAL  
Maria Izabel B. Maciel  
M. L. Santos  
Abadia B. M. L. Santos  
Pia Cândido Mariano, 302  
Cuiabá - Mato Grosso

Certifico que a presente cópia fotostática está igual ao Original que me foi apresentado e conferido que dou fé

19/04/2002  
Cba. *[Assinatura]*

☒ Maria Izabel Barros Maciel  
☒ Abadia Barros Maciel Lemos dos Santos  
☒ Nilza Maria Barros Maciel Corrêa  
☒ Hercília de Barros Maciel Hagge

*[Assinaturas manuais]*

Marilu Cuiabano Malheiros  
Titular



Cilza Fernandes de Souza Bon  
Substituta  
Elenice Curvo e Souza  
Juramentada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MATO GROSSO - COMARCA DE CUIABÁ  
SERVIÇO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO  
PRIVATIVO DO CÍVEL E CRIME



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 08/04/2002

## CERTIDÃO NEGATIVA

Certifico a pedido de pessoa interessada que, revendo os registros de distribuições em meu poder, não encontrei nenhum em que figura o nome do Senhor(a)

**NIUARA RIBEIRO ROBERTO**

nascido(a) em 18 de Julho de 1978 filho(a) de OSVALDO

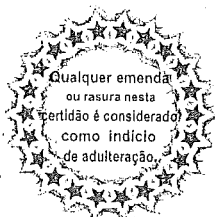
**ROBERTO SOBRINHO e DILZA RIBEIRO ROBERTO**

como Réu(ré) em processos de CRIME num período de 10 (dez) anos até esta data.

O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Cuiabá,  
Capital do Estado de Mato Grosso, aos 09 (nove) dias do mês de Abril  
do ano de dois mil e dois.

Eu, Distribuidora, Contadora, Partidora a fiz digitar e assino.

Cuiabá, 09 de Abril de 2002

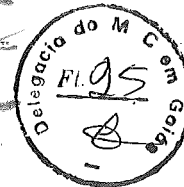


Mod.02

Funcionário: FABIANA  
Avenida Rubens de Mendonça s/nº - Fone: (65) 642-1089 - Ramal: 317 - Edifício Fórum Cível - CEP 78030-050 - Cuiabá - Mato Grosso



Em



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**COMARCA DE JUÍNA**  
**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

CGC:

Praça dos Três Poderes S/n - - Bairro: Centro - Cidade: Juína-MT Cep:78320000 Fone: Ramal:0

**CERTIDÃO Nº: 8**

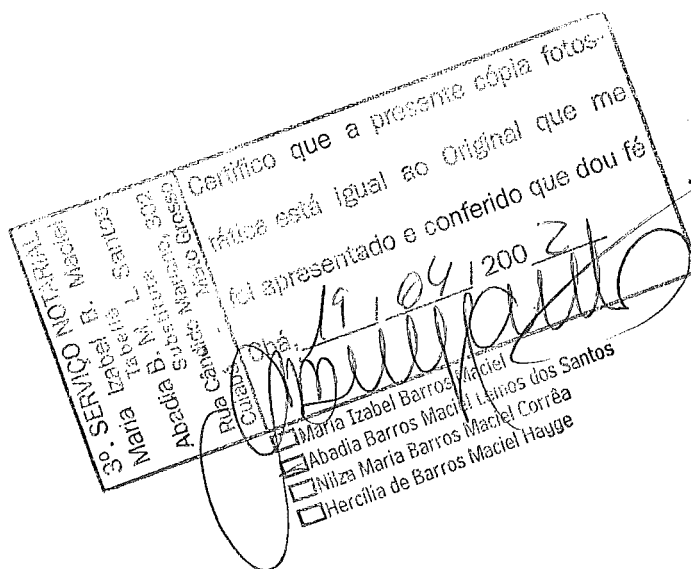
Cássia Inês dos Santos, Distribuidora Designada da Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, etc.

CERTIFICO, a requerimento de parte interessada que revendo os livros de DISTRIBUIÇÕES verifiquei NADA CONSTAR contra SALMO CIRIACO DA SILVA, CPF: 303 605 791-91, RG: 207 835 filho(a) de José Ciriaco da Silva e Jovenilha Roque da Silva. referentes a ações criminais

O referido é verdade e dou fé, dada e passada nesta cidade de Juína aos 8 de abril de 2002.

E eu, desta Comarca digitei e assino,

**Cássia Inês dos Santos Dist. Designada**  
**Distribuidor**



*Carpa*  
*h*  
*Set*

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/12/2002



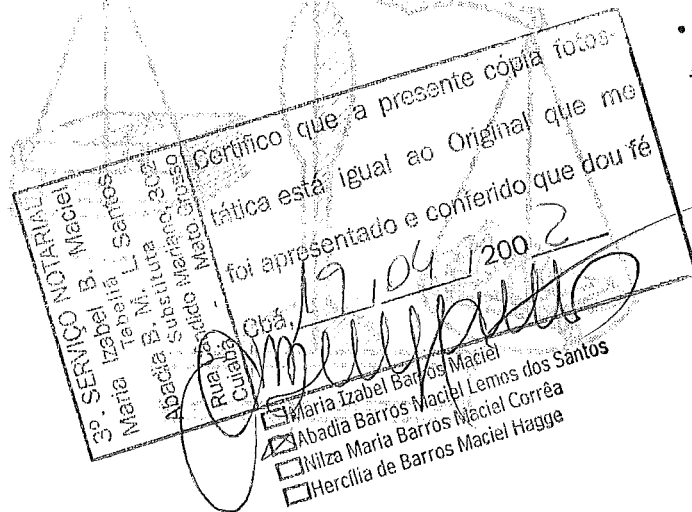
CARTÓRIO DIST.  
Rua Pedro Álvares  
Peixoto de Azevedo



CERTIDÃO Nº 357768

CERTIFICO, a requerimento de NIUARA RIBEIRO ROBERTO . \* . \*

que revendo os livros de registro e feito deste Cartório DISTRIBUIDOR . \* . \*  
desde a sua instalação até a presente data, NADA, constatei da  
existência de processos ~~CIVIS~~ CÍVEIS e CRIMINAIS contra Niuara Ribeiro Roberto, porta-  
dora do RG n 112.0426-5-SSP/MT e CPF n 809.634.121-91, filha de Osvaldo Roberto So-  
brinho e Dilza Ribeiro Roberto, residente na Rua do Comércio, s/n., nsete município  
Peixoto de Azevedo-MT. \* . \* . \* . \* . \* . \* . \* . \* . \* . \*



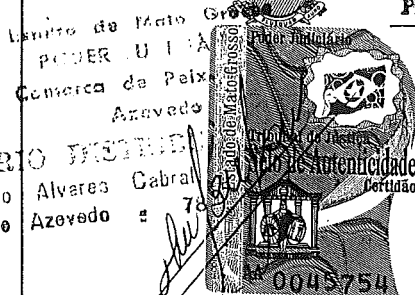
O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta cidade de PEI-  
XOTO DE AZEVEDO/MT., aos 08 / 04 / 2002.

E, eu MARCIO BARROS DA SILVA-DISTRIBUIDOR,  
desta Comarca datilografei e assino,

*[Handwritten signature of Marcio Barros da Silva]*  
Ass. do Distribuidor



CARTÓRIO JUDICIAL  
Rua Pedro  
Peixoto de



CERTIDÃO Nº

357767

CERTIFICO, a requerimento de SALMO CIRIACO DA SILVA . \* . \*

(nome do requerente)

. \* . \* . \* . \* . \* , que revendo os livros de registro e feito deste Cartório DISTRIBUIDOR . \* . \*

(Cartório)

. \* . \* . \* . \* . \* desde a sua instalação até a presente data, NADA , constatei da

existência de processos ~~CRIMINAIS~~ CÍVEIS e CRIMINAIS contra Salmo Ciriaco Da Silva, portador do RG n 207.835-SSP/MT e CPF n 303.605.791-91, filho de José Ciriaco da Silva e Jovenilia R. Da Silva, residente na Rua do Comércio, s/n, neste município-Peixoto ' de Azevedo-MT. \* . \* . \* . \* . \* ç \* \* . \* . \* . \* . \*



O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta cidade de PEIXOTO DE AZEVEDO/MT. ,

aos 08 / 04 / 2002.

E, eu MARCIO BARROS DA SILVA-DISTRIBUIDOR.

desta Comarca datilografei e assino,

*[Signature of Marcio Barros da Silva]*  
Marcio Barros da Silva  
Aux. de Distribuidor



ESTADO DE MATO GROSSO

COMARCA DE CUIABÁ



# Serviço Notarial

## Privativo de Protesto de Títulos

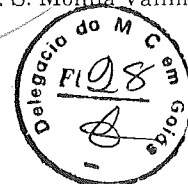
Rua Campo Grande, 533 - Fone (65) 624-9999 - Cuiabá - MT

TABELIÃ: Othilia Alzita Pereira da Silva Molina

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE SUBSTITUTA P. S. Molina Vallim

Em 8



### CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de pessoa interessada que, revendo em meu Serviço Notarial os registros de instrumentos de Protesto de Títulos Comerciais desta Comarca, não encontrei nenhum título protestado neste último

\* QUINQUENIO \*

em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nome(s) de:

NIUARA RIBEIRO ROBERTO \*\*\*\*\*  
 \*\*\*\*\*  
 CPF= 809.634.121/91 \*\*\*\*\*

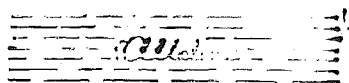
O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, ao(s)

(09) NOVE \*\*\*\*\* DIAS DO MES DE ABRIL DO ANO DE \*\*\*\*\*  
 DOIS MIL E DOIS \*\*\*\*\*

9

ME \* 09/04/2002

1



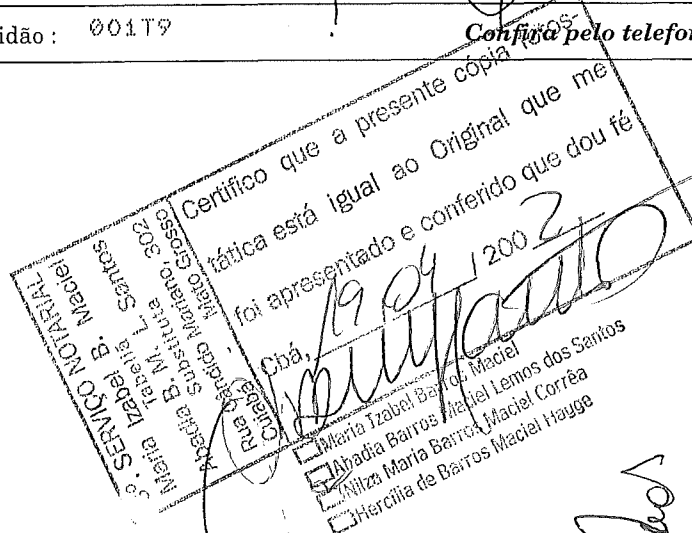
Othilia Alzita Pereira da Silva Molina

Lucilene de Moraes  
 Escrevente Autorizada  
 DO 14. SERVIÇO NOTARIAL

Código de autenticidade desta certidão : 001T9

Confira pelo telefone 624-9999

Qualquer emenda ou rasura nesta certidão é considerada como indicio de adulteração.  
 Comprove a AUTENTICIDADE desta certidão pelo telefone 624-9999



Assinaturas manuscritas adicionais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/04/2002



## CARTÓRIO 2º OFÍCIO DE JUINA

Av. Mato Grosso, s/n - Centro - Juina-MT - CEP: 78.320-000 - Cx.

Fone/Fax: (0-xx-85) 566-1486

Marilza da Costa Campos  
Tabelião(a)

Mário Ney Costa  
Substituto(a)



## CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de pessoa interessada que revendo neste Cartório,  
os livros de registro de Instrumentos de Protesto, de Títulos Comerciais desta comarca,  
não encontrei nenhum título protestado neste último **Quinquênio (05 Anos)**  
em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nome(s) de:

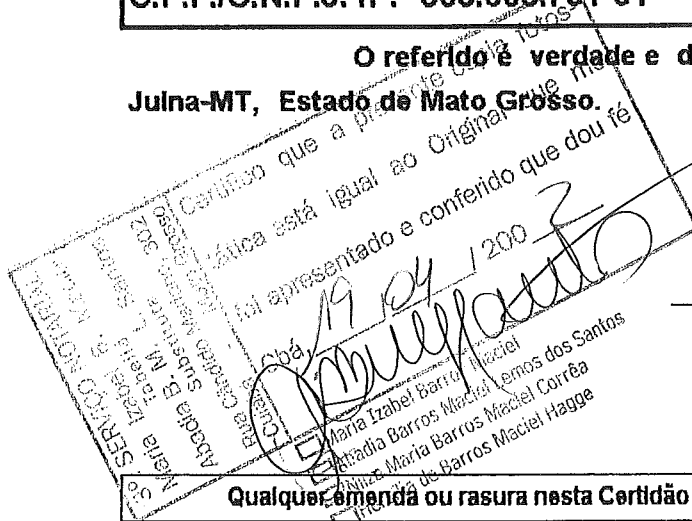
**SALMO CIRIACO DA SILVA**

**C.P.F./C.N.P.J. nº: 303.605.791-91**

O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de  
Juina-MT, Estado de Mato Grosso.

Juina-MT, 03/04/2002

O Oficial



Qualquer emenda ou rasura nesta Certidão é considerada como indicio de adulteração

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the document.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/12/10



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PEIXOTO DE AZEVEDO

SEGUNDO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL GUEDES

33.708.447/0001-79

ANTONIO GUEDES FERREIRA

TABELIÃO

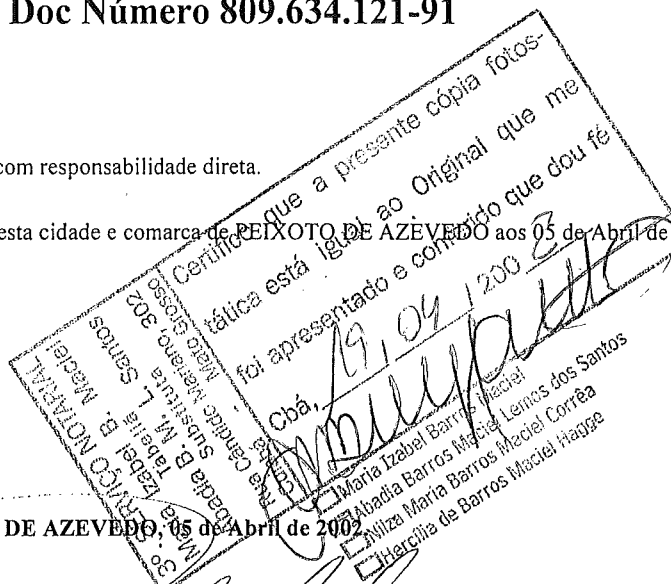
### Certidão Negativa

Certifico e dou fé que atendendo a pedido verbal de pessoa interessada que revendo em meu cartório, os livros de registro de Instrumento de Protestos de Títulos Comerciais desta Comarca, não encontrei nenhum título protestado em que conste o nome

**NIAURA RIBEIRO ROBERTO**  
**Portador do Doc Número 809.634.121-91**

desde 06 de Abril de 1997 até a predente data, com responsabilidade direta.

O referido é verdade e dou fé, dada e passada nesta cidade e comarca de PEIXOTO DE AZEVEDO aos 05 de Abril de 2002.



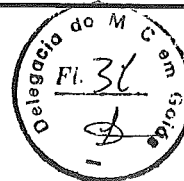
PEIXOTO DE AZEVEDO, 05 de Abril de 2002

*Antonio Sérgio Ferreira*  
Antonio Sérgio Ferreira  
Escritor Juramentado

*Capos*

*Capos*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/12/2002



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PEIXOTO DE AZEVEDO

SEGUNDO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL GUEDES

33.708.447/0001-79

ANTONIO GUEDES FERREIRA

TABELIÃO

### Certidão Negativa

Certifico e dou fé que atendendo a pedido verbal de pessoa interessada que revendo em meu cartório, os livros de registro de Instrumento de Protestos de Títulos Comerciais desta Comarca, não encontrei nenhum título protestado em que conste o nome

**SALMO CIRIACO DA SILVA**  
Portador do Doc Número 303.605.791-91

desde 06 de Abril de 1997 até a predente data, com responsabilidade direta.

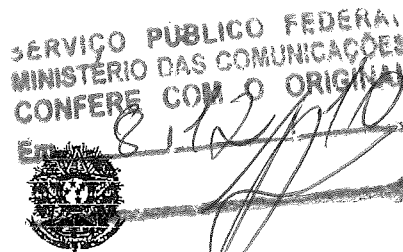
O referido é verdade e dou fé, dada e passada nesta cidade e comarca de PEIXOTO DE AZEVEDO aos 05 de Abril de 2002.

Certifico que a presente cópia fotostática está igual ao Original que me foi apresentado e conferido que dou fé  
PEIXOTO DE AZEVEDO, 05 de Abril de 2002  
Cba,

Antonio Sérgio Ferreira  
Escrivente Juramentado

Após

R. Sab



**Poder Judiciário**  
**Cartório Eleitoral da 1ª ZE - Cuiabá/MT**

**Requerente : NIUARA RIBEIRO ROBERTO**

**Inscrição 017430751856**

**Seção: 190**

**Data de Nasc.: 18/07/1978**

**Nat. CUIABÁ/MT**

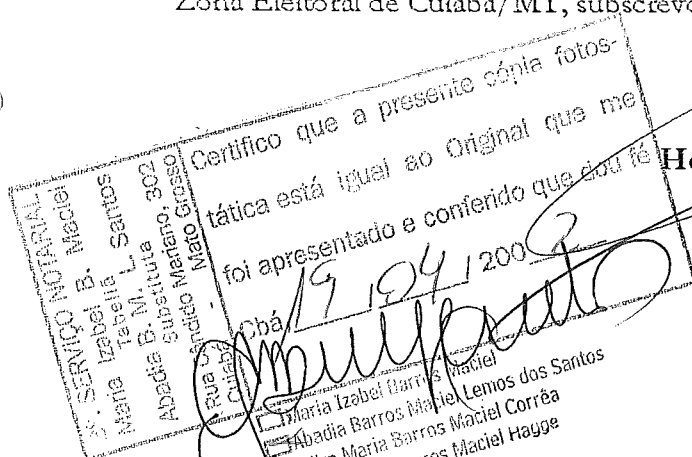
**Filiação : PAI OSVALDO ROBERTO SOBRINHO**

**MÃE DILZA RIBEIRO ROBERTO**

**CERTIDÃO DE QUITAÇÃO E DOMICÍLIO ELEITORAL**

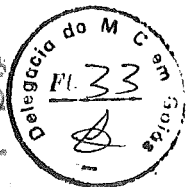
**CERTIFICA**, a requerimento do interessado, que após busca procedida no Cadastro Nacional de Eleitores/TSE, verificou tratar-se de pessoa regularmente inscrita com as especificações acima, com domicílio eleitoral em CUIABÁ/MT estando, até esta data, **QUITES COM A JUSTIÇA ELEITORAL**.

O referido é verdade e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, aos quatro dia do mês de abril do ano de 2002, Eu Heitor Roberto De Arruda Siqueira, Escrivão da 1ª Zona Eleitoral de Cuiabá/MT, subscrevo.



**Heitor Roberto de Arruda Siqueira**  
**Escrivão Eleitoral**

**CARTÓRIO DA 1ª ZONA ELEITORAL - RUA RUI BARBOSA, 282, BAIRRO GOLABEIRAS, FONE: 623 - 5584.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
MATO GROSSO  
CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

**SALMO CIRIACO DA SILVA**

ONDE CONSTA O SEGUINTE.

Número do Título: 005211271813

Estado Civil: Casado

Data de Nascimento: 13/10/1960

Filiação: JOSE CIRIACO DA SILVA  
e JOVENILIA ROQUE DA SILVA

Profissão: LOCUTOR E COMENTARISTA DE RADIO E TELEVISAO E RADIALISTA

Vota na Zona: 35

Seção: 176

Domicílio eleitoral desde: 18/09/1986

Município: JUINA

Residência: AV FRANCISCO BELTRAO MODULO 05

CERTIFICO ainda, que NADA CONSTA quanto à perda ou suspensão dos direitos políticos e inelegibilidade, NÃO HAVENDO nenhum registro de condenação criminal-eleitoral em relação ao(a) eleitor(a) supra, no âmbito da jurisdição desta Zona Eleitoral.

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

Constam as seguintes ocorrências:

Data	Situação	Descrição	Complemento
24/04/00		Transferência	Seção. Ant. 73 Zona Ant. 35 UF Ant. MT

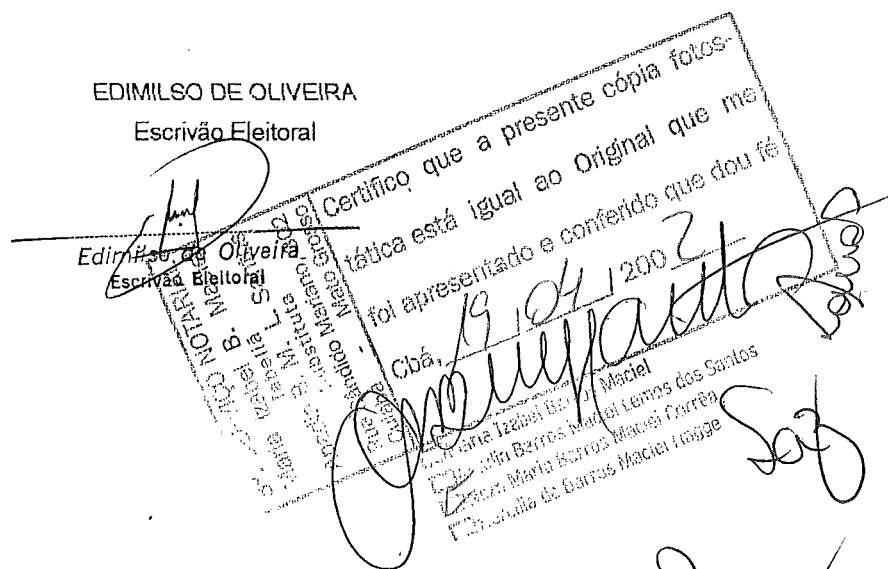
ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI

JUINA, 03/04/2002

EDIMILSO DE OLIVEIRA

Escrivão Eleitoral

Edimilson de Oliveira  
Escrivão Eleitoral





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8.12.10

*[Handwritten signature]*

# QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

# RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.

CNPJ: nº 33.703.356/0001-40

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/12/10

Lucemat nº 51200344899



## BALANÇO ENCERRADO EM 10/04/97:

### ATIVO

#### CIRCULANTE

- Caixa e Bancos 20.000,00

**TOTAL DO ATIVO ..... 20.000,00**

### PASSIVO

#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO


- Capital Social 20.000,00  
- Res. Corr. Monet. Capital 6.749,07  
- (-) Prejuízos Acumulados 6.749,07 20.000,00

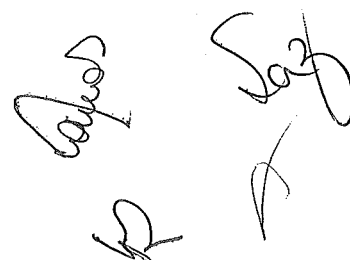
**TOTAL DO PASSIVO ..... 20.000,00**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço de Abertura em 10/04/97, transcrito à fl. 02 do Livro Diário de nº 01.

Cuiabá – MT, 31 de Março de 2002.

  
**NIUARA RIBEIRO ROBERTO**  
Sócio-Gerente

  
**Otávio Cecílio de Oliveira**  
Contador CRC nº. 3275/O-9 MT  
CPF: nº. 241.036.321 - 00





357774



CARTELA  
Rua Pedro  
Peixoto de  
Azevedo

CERTIDÃO Nº

CERTIFICO, a requerimento de RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE  
(nome do requerente)  
AZEVEDO . . . . ., que revendo os livros de registro e feito deste Cartório DISTRIBUIDOR . . . . .  
(Cartório)  
. . . . . desde a sua instalação até a presente data, NADA, constatei da  
existência de processos CONCORDATA OU CONCORDATA contra Radio Educadora de Peixo  
to de Azevedo, CGC n 33.703.356/0001-40, localizado na Rua do Comércio-centro Anti  
go, neste município -Peixoto de Azevedo-MT. . . . .



O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta cidade de PEI-  
XOTO DE AZEVEDO/MT., aos 08 / 04 / 2002.

E, eu MARCIO BARROS DA SILVA DISTRIBUIDOR.

desta Comarca datilografei e assino,

Marcio Barros da Silva  
Aux. do Distribuidor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8.12.10



# REGULARIDADE FISCAL

Conf  
Soy  
Cm  
A

Senhor Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer pendência que não esteja apresentada no quadro abaixo, a mesma deve ser regularizada em local específico do endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) (INFORMAÇÕES CNPJ).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFES - 04/03/2001  
Em 8/12/2001



Por ocasião da emissão do Cartão CNPJ foram constatadas as pendências discriminadas abaixo:

Pendências Relativas
À PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O CNPJ, QUE SERÃO ENCAMINHADAS A MESMA PARA REGULARIZAÇÃO

A especificação das pendências (relacionadas no quadro acima) e orientação de regularização estão disponíveis no site da Secretaria da Receita Federal, na INTERNET, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) (SERVIÇOS, ITEM PROGRAMA DE AUTO-REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO FISCAL - PAR, EXTRATO PESSOA JURÍDICA).

Número do Extrato: 013.408.649-44

Atenção: O número acima deve ser utilizado para consulta das pendências disponíveis na Internet.

Data de Referência: 29/10/2001

00067193

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.703.356/0001-40	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA 30/03/1990	VALIDADE DO CARTÃO 31/10/2003
NOME EMPRESARIAL RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 92.21-5-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE P/QUOTAS RESPONSABILIDADE LTDA			
LOGRADOURO AV PRINCIPAL	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 78530-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PEIXOTO DE AZEVEDO	UF MT
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE			
CPF DO RESPONSÁVEL 809.634.121-91	SITUAÇÃO ESPECIAL		

APROVADO PELA IN/SRF NO. 2/2001

Certifico que a presente cópia foi  
fotocopiada e está igual ao original que me  
foi apresentado e conferido em 19/04/2002  
Cópia, 19/04/2002  
SERVIÇO NOTARIAL  
3º. MARIA IZABEL BARROS MACIEL  
TABELIA  
MARIA M. L. SANTOS  
ABADIA B. BARROS MACIEL  
SUBSTITUTO  
CÂNDIDO MACIEL HAGGE  
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL  
Maria Izabel Barros Maciel  
Abadia Barros Maciel  
Milza Maria Barros Maciel Corrêa  
Hercília de Barros Maciel Hagge



ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
FICHA CADASTRAL (CCI) - FIC

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
13.174125-0



NOME OU RAZÃO SOCIAL: <b>RADIO EDUCAD DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA</b>		
NOME DE FANTASIA:		
ENDEREÇO: <b>RUA DO COMERCIO PRINCIPAL PEIXOTO DE AZEVEDO</b>		
CNPJ-MF: <b>33703356/0001-40</b>	CNAE - FISCAL: <b>9221500</b>	VALIDA ATÉ: <b>07/07/2002</b>

Atividade está igual ao CNPJ  
foi apresentado e conferido que dou fé  
19.10.2002  
Cibá. *[Signature]*  
Abadia Barros Maciel  
Maria Izabel Barros Maciel Lemos dos Santos  
Milze Maria Barros Maciel Corrêa  
Hercilia de Barros Maciel Hagge

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em *[Signature]*

ESPAÇO EM BRANCO  
3º. OFÍCIO

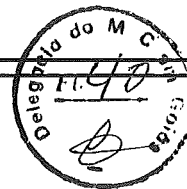
*[Handwritten signatures]*



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**

Secretaria Municipal de Finanças

**"Novas Idéias"****ALVARÁ**

Para Localização e Funcionamento

Pelo presente fica, a título precário, autorizado a concessão da Licença, para o estabelecimento abaixo, enquanto satisfeitas as exigências da legislação em vigor.

ALVARÁ Nº: **7170**VALIDO ATÉ: **31/12/2002**

CONTRIBUINTE:

**RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LT**

DENOMINAÇÃO COMERCIAL:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

ATIVIDADE PRINCIPAL:

**SERVICOS DE RADIOFUSAO**

LOCALIZAÇÃO:

RUA DO COMERCIO ,000000  
PEIXOTO DE AZEVEDO ,MT 78530.00  
BAIRRO CENTRO ANTIGO

INÍCIO DE ATIVIDADE:

**5/02/1997**

C. A. T.

I. S. S.

PUBLICIDADE:

LICENÇA HORA ESPECIAL:

INSC. EST.

**13.174.125-0**

CNPJ/CPF:

**C.N.P.J 33.703.356.0001.40**

INSC. JUNTA COMERCIAL:

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

**07:00 AS 23:00**

OBSERVAÇÃO:

**MANTER EM LOCAL VISÍVEL****CONSUMIDOR  
EXIJA SUA NOTA FISCAL**

GOVERNO MUNICIPAL

**2001  
2004  
PEIXOTO  
DE AZEVEDO  
Novas Idéias**

Peixoto de Azevedo - MT

sexta-feira, 5 de abril de 2002

Secretaria Municipal de Finanças

presente cópia fotos  
Certifico que  
lática está igual ao Original que me  
foi apresentado e conferido que dou fé  
19/04/2002

3º. SERVIÇO NOTARIAL  
Maria Izabel B. Maciel  
Abadia B. M. L. Santos  
Abadia B. M. L. Santos  
Candido Mariano, 302  
Rua da  
Cidade

Chefe Depto. de Tribulação  
Maria Izabel Barros  
Abadia Barros Maciel Leivas dos Santos  
Nilza Maria Barros Maciel Corrêa  
Herculina de Barros Maciel Hagge



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
A seguradora do trabalhador brasileiro



**PREVNet**  
GOVERNO FEDERAL

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº013382002-10001080

### DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ:33.703.356/0001-40  
NOME:RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA  
ENDEREÇO:RUA DO COMERCIO, SN  
BAIRRO ou DISTRITO:CENTRO  
MUNICÍPIO:PEIXOTO DE AZEVEDO  
ESTADO:MT  
CEP:78530-000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/12/10

### FINALIDADE DA CERTIDÃO:

QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NAS LEIS 8.212 DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERAÇÕES, E 8.870 DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA:

- AVERBAÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM IMÓVEL;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, EXTINÇÃO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

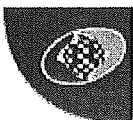
E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERAÇÕES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DÉBITO IMPEDITIVO A EXPEDIÇÃO DESTA CERTIDÃO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTÂNCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA. VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO DE SUA VALIDADE, EXCLUSIVAMENTE PELO ACEITANTE, NA INTERNET NO ENDEREÇO: [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br), OU JUNTAMENTE À PREVIDÊNCIA SOCIAL. DEVENDO SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 16 DE ABRIL DE 2002.  
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSÃO.

---

PREVIDÊNCIA SOCIAL. A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.



**DATAPREV**

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em. 8/12/10



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 33703356/0001-40  
**Razão Social:** RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA  
**Endereço:** RUA DO COMERCIO S/N / CENTRO / PEIXOTO DE AZEVEDO / MT / 78530-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

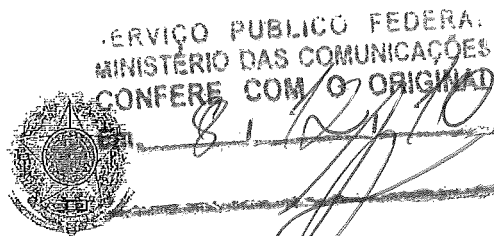
**Validade:** 11/04/2002 a 10/05/2002

**Certificação Número:** 2002041100006094867008

Informação obtida em 16/04/2002, às 15:50.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

*Handwritten signatures:*  
Top left: [Signature]  
Top right: [Signature]  
Bottom left: [Signature]  
Bottom right: [Signature]



# Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal

## Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais

**Nome: RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**  
**CNPJ: 33.703.356/0001-40**

*Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas aos tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal.*

*Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta Secretaria da Receita Federal, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.*

Certidão expedida com base na IN/SRF nº 93, de 23 de novembro de 2001.

Emitida às **17:45:28** do dia **03/04/2002** (hora e data de Brasília).  
 Válida até 03/10/2002.

Código de controle da certidão: **687A.265C.514F.A1F7**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange exclusivamente o estabelecimento identificado no CNPJ.

Certidão expedida gratuitamente.

Aprovado pela IN/SRF nº 93, de 23/11/2001.

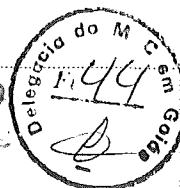
*Carlos*  
*hy*

*Sey*



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/12/2002**CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO****NEGATIVA****CNPJ****33.703.356/0001-40****Nome Completo****RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifica-se, para os fins de direito, que, analisados os registros da Dívida Ativa da União, verificou-se a **NÃO EXISTÊNCIA de INSCRIÇÕES** em nome do contribuinte acima identificado. E, para constar, foi extraída, por intermédio da Internet (rede mundial de computadores), esta certidão **NEGATIVA**.

**ASPECTOS JURÍDICOS DE VALIDADE**

Esta certidão é fornecida gratuitamente tendo validade por 30 dias (Portaria PGFN nº 22, de 19 de janeiro de 2001), não prevalecendo sobre certidões emitidas posteriormente.

Decreto-lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967: "Art. 62. Em todos os casos em que a lei exigir a apresentação de provas de quitação de tributos federais, incluir-se-á, obrigatoriamente, dentre aquelas, a certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente."

**ASPECTOS TÉCNICOS DE VALIDADE**

Emissão às 18:06:53 do dia 03/04/2002

Código de Controle da Certidão: 4D0F.7D02.B771.56DD

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página na Internet: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

Atenção: Qualquer rasura ou emenda INVALIDARÁ este documento.

*Assinaturas manuscritas:*  
Assinatura 1 (à esquerda)  
Assinatura 2 (no meio)  
Assinatura 3 (à direita)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL



ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DA FAZENDA

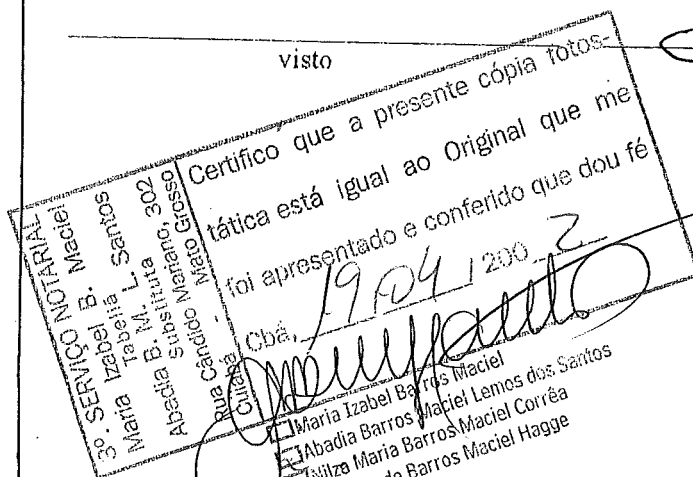
CERTIDÃO Nº. 017/2002

CERTIFICO, a requerimento da empresa RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA \*\*\*\*\*  
estabelecida à RUA DO COMERCIO PRINCIPAL S/N \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
com inscrição estadual nº. 13.174.125-0, que revendo os assentamentos existentes nesta Exatoria e de acordo com as informações dos setores de Processamento Fiscal e Cadastro, constalei que a referida empresa, nada deve a Fazenda Publica Estadual até a presente data. O referido é verdade em virtude do que eu JEAN FUMIERE JUNIOR \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*, lavro a presente CERTIDÃO, aos CINCO  
dias do mês de ABRIL do ano de dois mil e DOIS,  
que vai por mim assinada e devidamente visada pelo senhor Exator Chefe.

visto

responsável

Jean Fumiere Junior  
Exator Chefe



- ☒ Maria Izabel Barros Maciel
- ☒ Abadia Barros Maciel Lemos dos Santos
- ☒ Nilza Maria Barros Maciel Corrêa
- ☒ Hercília de Barros Maciel Hagge



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**

CNPJ 03.238.631/0001-31

**Secretaria de Finanças**  
**Departamento de Tributação**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em. 8/12/10

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

**CERTIDÃO N° 6 / 2002**

# Certifico

**Certifico** atendendo ao solicitado por RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE  
conforme o protocolo que RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LT  
encontra-se QUITA com a Fazenda Municipal, referente aos Tributos Municipais sujeitos a firma abaixo  
identificada:

**Matrícula: 7170 Nome RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LT**

**Nome Fantasia:**

Endereco: RUA DO COMERCIO

Nº 0

Bairro BAIRRO CENTRO ANTIG

**Cidade: PEIXOTO DE AZEVEDO**

Estado: MT

CEP: 78530000

**Insc. Munic.**

0

C.N.P.J 33703356000140

**Atividade: SERVICOS DE RADIOFUSAO**

## Finalidade

NAO EXISTENCIA DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL.

### Referência:

**Emissão 05/04/2002**

**Validade 05/05/2002**

Waldemir Souza Pinto  
Secretario de Finanças



GOVERNO MUNICIPAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em. 8.1.12.10



## PROCURAÇÃO

**RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.**, empresa privada no ramo de radiodifusão, inscrita no CNPJ n.º 33.703.356/0001-40, com sede à Rua do Comércio, s/n, na cidade de Peixoto de Azevedo – MT, neste ato representada pela Sócia: **NIUARA RIBEIRO ROBERTO**, abaixo identificada, **NOMEIA e CONSTITUI** seu bastante procurador o Sr. **OTÁVIO CECÍLIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, desquitado, contador, portador da cédula de identidade RG. 0256485-8, SJ/MT e do CPF n.º 241.036.321-00, a que outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugnações, ter vistas dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Cuiabá - MT, 11 de Abril de 2002.



*Roberto*  
**NIUARA/RIBEIRO ROBERTO**  
Sócia-Gerente/Dirigente  
CPF: 809.634.141-91

SETIMO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL - 4ª Circunscrição - Olyvia Lurina Nizete Asvolinsque  
A - Rua Fátima N.º 1200 - Bairro Osvaldo - CEP 72011-401  
Fone: (65) 321.1413 - 321.1410 - Fax: 321.4565 - Cuiabá - MT

Reconheço por verdadeira a firma de:  
**NIUARA RIBEIRO ROBERTO**.....  
E dou fé. Em testemunho da verdade  
Cuiabá-MT, 16 de Abril de 2002  
A Notaria.....



*Eudetes Onorina da Cunha*  
Eudetes Onorina da Cunha  
Escrivente Juramentada 7º. Ofício  
Cuiabá - MT

*hp*  
*hp*  
*hp*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE JUSTIÇA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 0256485-8 DATA DE EXPEDIÇÃO 02/02/95

NOME OTAVIO CECILIO DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO ANA ROSA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE DOM AQUINO-MT DATA DE NASCIMENTO 21/11/1959

DOC. ORIGEM C. NASC. LIV. 08 FLS. 153

TERM 8642 DOM AQUINO-MT

CPF 241036321-00

CIDADE - MT Santa Maria das Joazeiras

CASA Nº 126 DE 29/08/83

2VIA-001

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 05/02/2002

Lutz Joaquim Pereira da Rocha  
Presidente da CATIGO

Handwritten signature and initials.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/12/2002

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA DO MC NO ESTADO DE GOIÁS**

**ATA GERAL DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO**

**ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS (TÉCNICA E PREÇO) DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 097/2001 - SSR/MC, PARA O SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), NAS LOCALIDADES DE: MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT.**

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de 2002, as 09:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado de Goiás, no endereço Rua 13, n.º 618, Setor Oeste, Goiânia/GO, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações n.º 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1998, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico do Estado de Goiás (CAT), constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação n.º 8, de 22 de agosto de 2000, publicada no DOU de 23 de agosto de 2000, Anexo I, alterada pela Portaria n.º 1, de 15 de janeiro de 2001, DOU de 16/01/2001, seção 2-E, pág. 8, com a participação de seu Presidente **Luiz Joaquim Pereira da Rocha**, o Vice-Presidente **Marcelo Borges de Souza**, o membro **Welson D'niz Macêdo e Silva**, com a participação de **Dalair Antônio Guimarães**, Titular do Grupo de Trabalho de Apoio Técnico, designada conforme Portaria n.º 05, de 18 de julho de 2000 do Presidente da Comissão Especial de Licitação, publicada no DOU de 19 de julho de 2000, para o recebimento e rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preços dos interessados nesta licitação, que objetiva a outorga de permissão para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em **FREQUÊNCIA MODULADA (FM)**, Edital de Concorrência n.º 097/2001 – SSR/MC, nas localidades de **MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT**, indicadas no Anexo I do citado Edital, conforme descrito a seguir: (1) Foram distribuídos cartões de identificação visando obter informações cadastrais dos participantes na licitação, bem como as listas de presença de público e de proponentes. Após assinatura da lista de presença dos representantes legais das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, efetuou-se o recolhimento as 09:00 horas dos conjuntos de envelopes, sendo entregues ao Presidente desta Comissão. O original da lista de presença das Proponentes será anexada no processo principal do Edital de Concorrência n.º 097/2001 – SSR/MC, bem como o Cartão de Identificação do Participante; (2) Entrega a todos os participantes dos Protocolos de comparecimento à Licitação; (3) Entrega dos invólucros à Comissão de Assessoramento Técnico, conforme especificado pelo Edital de Concorrência pelos representantes legais das proponentes a seguir descritas: 1) PROPONENTE: **RÁDIO**

*(Assinaturas manuscritas)*

**FM MORENA LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001084/2002; 2) PROPONENTE: ISA - RÁDIO DIFUSÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001085/2002; 3) PROPONENTE: RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ E NORTELÂNDIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001086/2002; 4) PROPONENTE: DORNER E GRIGOLETTO LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001087/2002; 5) PROPONENTE: RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA.; LOCALIDADE(S): NORTELÂNDIA E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001088/2002; 6) PROPONENTE: ARAGUAIA COMUNICAÇÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001089/2002; 7) PROPONENTE: SISTEMA TKC DE COMUNICAÇÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT; PROCESSO N.º 53670.001090/2002; 8) PROPONENTE: RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001091/2002; 9) PROPONENTE: RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001092/2002; 10) PROPONENTE: RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA.; LOCALIDADE(S): NORTELÂNDIA E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001093/2002; 11) PROPONENTE: RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001094/2002; 12) PROPONENTE: RÁDIO VERA LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001095/2002; 13) PROPONENTE: CONEXÃO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001096/2002; 14) PROPONENTE: SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001097/2002; 15) PROPONENTE: SISTEMA GOIS DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ E NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT; PROCESSO N.º 53670.001098/2002; 16) PROPONENTE: SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001099/2002; 17) PROPONENTE: NORTÃO COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ/MT; PROCESSO N.º 53670.001100/2002; 18) PROPONENTE: E. F. COMUNICAÇÕES LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001101/2002; 19) PROPONENTE: SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001102/2002; 20) PROPONENTE: SAMPAIO E MARTINS LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001103/2002; 21) PROPONENTE: RÁDIO CULTURA DO CENTRO OESTE LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ/MT; PROCESSO N.º 53670.001104/2002; 22) PROPONENTE: SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA.; LOCALIDADE(S): NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001105/2002; 23) PROPONENTE: SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001106/2002; 24) PROPONENTE: SISTEMA INTEGRADO DE**

**COMUNICAÇÃO LTDA.**; LOCALIDADE(S): NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001107/2002; 25) PROPONENTE: **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**; LOCALIDADE(S): PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001108/2002; 26) PROPONENTE: **TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA.**; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001109/2002; (4) Foi eleita a Comissão referenciada a seguir por todos os proponentes presentes à reunião para compor a Comissão de Proponentes com a finalidade de rubricar os invólucros contendo a Documentação de Habilitação e das Propostas Técnica e de Preços pela Outorga, assim como dos documentos contidos nos invólucros de Documentação de Habilitação de todos os proponentes para todas as localidades: A) RÁDIO FM MORENA LTDA., representada por sua procuradora Solange Auxiliadora Zêde, OAB/MS n.º 3707; B) SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA., representada por seu procurador Gustavo Groszewicz Brito, R.G. n.º 052.113.064-1 - MD/EX e C) SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., representada por sua procuradora Laudicene Maria Compadre, R.G. n.º 314.371 - SSP/RO; (5) As Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela Outorga, relativas ao Edital de Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, foram lacradas por localidade, conforme a seguir: A) MATUPÁ/MT, uma vez rubricadas foram lacradas em invólucros separados sob o lacre de n.º 5445517 (Proposta de Preço pela Outorga) e o lacre n.º 5445527 (Proposta Técnica); B) NORTELÂNDIA/MT, uma vez rubricadas foram lacradas em invólucros separados sob o lacre de n.º 5445534 (Proposta de Preço pela Outorga) e o lacre n.º 5446331 (Proposta Técnica); C) NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, uma vez rubricadas foram lacradas em invólucros separados sob o lacre de n.º 5446569 (Proposta de Preço pela Outorga) e o lacre n.º 5446646 (Proposta Técnica); D) NOVA OLÍMPIA/MT, uma vez rubricadas foram lacradas em invólucros separados sob o lacre de n.º 5447155 (Proposta de Preço pela Outorga) e o lacre n.º 5448261 (Proposta Técnica); E) PARANAÍTA/MT, uma vez rubricadas foram lacradas em invólucros separados sob o lacre de n.º 5448266 (Proposta de Preço pela Outorga) e o lacre n.º 5449466 (Proposta Técnica). Os invólucros lacrados conforme acima descritos serão mantidos sob a guarda da Comissão de Assessoramento Técnico do Estado de Goiás. (6) Em seguida, o Presidente da Comissão comunicou que a CAT, passou a abrir os invólucros de Documentação de Habilitação para o Edital de Concorrência n.º 097/2001 - SSR/MC (Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada), tendo sido os trabalhos divididos por localidade e obedecendo a ordem alfabética dos municípios. (7) Foi rubricada toda documentação por todos os membros da Comissão de Assessoramento Técnico do Estado de Goiás e pela Comissão eleita por todos os representantes legais das proponentes, ou de seus procuradores legalmente constituídos, presentes à reunião. Foi verificada a seguinte composição de cada Documentação de Habilitação, conforme segue: 1) PROPONENTE: **RÁDIO FM MORENA LTDA.**; LOCALIDADE(S): MATUPÁ E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001084/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (62) FOLHAS; 2) PROPONENTE: **ISA RADIODIFUSÃO LTDA.**; LOCALIDADE(S): NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001085/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (33) FOLHAS; 3) PROPONENTE: **RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.**; LOCALIDADE(S): MATUPÁ E NORTELÂNDIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001086/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (47) FOLHAS; 4) PROPONENTE: **DORNER E GRIGOLETTO LTDA.**; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001087/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (68) FOLHAS; 5) PROPONENTE: **RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA.**;

me.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

LOCALIDADE(S): NORTELÂNDIA E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001088/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (62) FOLHAS; 6) PROPONENTE: ARAGUAIA COMUNICAÇÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001089/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (35) FOLHAS; 7) PROPONENTE: SISTEMA TKC DE COMUNICAÇÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT; PROCESSO N.º 53670.001090/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (32) FOLHAS; 8) PROPONENTE: RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001091/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (35) FOLHAS; 9) PROPONENTE: RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001092/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (42) FOLHAS; 10) PROPONENTE: RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA.; LOCALIDADE(S): NORTELÂNDIA E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001093/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (32) FOLHAS; 11) PROPONENTE: RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001094/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (41) FOLHAS; 12) PROPONENTE: RÁDIO VERA LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001095/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (40) FOLHAS; 13) PROPONENTE: CONEXÃO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): NOVA OLÍMPIA/MT; PROCESSO N.º 53670.001096/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (30) FOLHAS; 14) PROPONENTE: SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001097/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (36) FOLHAS; 15) PROPONENTE: SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ E NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT; PROCESSO N.º 53670.001098/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (37) FOLHAS; 16) PROPONENTE: SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001099/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (37) FOLHAS; 17) PROPONENTE: NORTÃO COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ/MT; PROCESSO N.º 53670.001100/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (43) FOLHAS; 18) PROPONENTE: E. F. COMUNICAÇÕES LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001101/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (33) FOLHAS; 19) PROPONENTE: SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001102/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (29) FOLHAS; 20) PROPONENTE: SAMPAIO E MARTINS LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001103/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (34) FOLHAS; 21) PROPONENTE: RÁDIO CULTURA DO CENTRO OESTE LTDA.; LOCALIDADE(S): MATUPÁ/MT; PROCESSO N.º 53670.001104/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: (32) FOLHAS; 22) PROPONENTE: SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE

*ame.*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*



**LTDA.**; LOCALIDADE(S): NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001105/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: **(38) FOLHAS**; 23) PROPONENTE: **SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA.**; LOCALIDADE(S): NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001106/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: **(40) FOLHAS**; 24) PROPONENTE: **SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA.**; LOCALIDADE(S): NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001107/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: **(39) FOLHAS**; 25) PROPONENTE: **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**; LOCALIDADE(S): PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001108/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: **(25) FOLHAS**; 26) PROPONENTE: **TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA.**; LOCALIDADE(S): MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA/MT; PROCESSO N.º 53670.001109/2002; TOTAL DE FOLHAS DA DOCUMENTAÇÃO: **(34) FOLHAS**. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta reunião às 11:20 horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico, e pelas proponentes presentes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_

**COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO:**

  
\_\_\_\_\_  
**LUIZ JOAQUIM PEREIRA DA ROCHA**  
PRESIDENTE

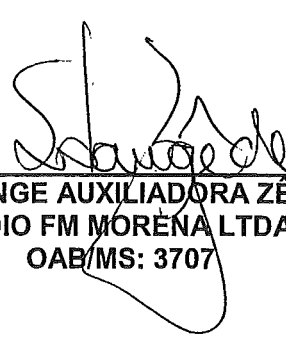
  
\_\_\_\_\_  
**MARCELO BORGES DE SOUZA**  
VICE-PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
**WELSON D'NIZ MACÊDO E SILVA**  
MEMBRO

**GRUPO DE TRABALHO DE APOIO TÉCNICO:**

  
\_\_\_\_\_  
**DALAIR ANTÔNIA GUIMARÃES**

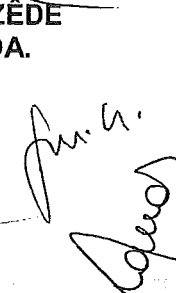
**PROponentes :**

  
\_\_\_\_\_  
**SOLANGE AUXILIADORA ZÉDE**  
**RÁDIO FM MORENA LTDA.**  
**OAB/MS: 3707**

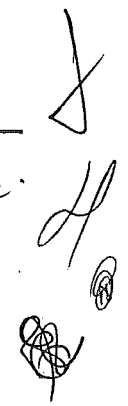












*for José Artur R. da Silva*  
 JOSÉ ARTUR R. DA SILVA  
 DORNER E GRIGOLETTO LTDA.  
 RG: 16.366.625 – SSP/SP

*for José Artur R. da Silva*  
 JOSÉ ARTUR R. DA SILVA  
 RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA.  
 RG: 16.366.625 – SSP/SP

*for Glaucio Miguel Ninomiya*  
 GLAUCO MIGUEL NINOMIYA  
 ARAGUAIA COMUNICAÇÃO LTDA.  
 RG: 705.896 – SSP/MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM ORIGINAL  
 Em. *[Signature]*

*for Glaucio Miguel Ninomiya*  
 GLAUCO MIGUEL NINOMIYA  
 SISTEMA TKC DE COMUNICAÇÃO LTDA.  
 RG: 705.896 – SSP/MT

*for Glaucio Miguel Ninomiya*  
 GLAUCO MIGUEL NINOMIYA  
 RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA.  
 RG: 705.896 – SSP/MT

*for Neri Arruda de Carvalho*  
 NERI ARRUDA DE CARVALHO  
 RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.  
 RG: 251.805 – SSP/MT

*for Juarez Falcão de Barros*  
 JUAREZ FALCÃO DE BARROS  
 RÁDIO CLUBE FM ARÊNÁPOLIS LTDA.  
 RG: 290.315-6 – SSP/MT

*for Antônio Gomes Triunfo*  
 ANTÔNIO GOMES TRIUNFO  
 RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA.  
 RG: 4.958.070-x – SSP/SP

*[Handwritten signatures and initials]*  
 Sag  
 gref  
 Cleiton  
 [Other initials]

*[Handwritten signature]*

*Antônio Gomes Triunfo*  
 ANTÔNIO GOMES TRIUNFO  
 RÁDIO VERA LTDA.  
 RG: 4.958.070-x - SSP/SP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Em: *8/12/70*

*Gomes*  
 LEONARDO GOMES  
 CONEXÃO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.  
 RG: 2.119.114 - SSP/PR

*Cleiton Rodrigues de Almeida*  
 CLEITON RODRIGUES DE ALMEIDA  
 SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.  
 RG: 101.3859-5 - SJ/MT

*Elizel de Carvalho*  
 ELIZEL DE CARVALHO  
 SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA.  
 RG: 972.975 - SSP/MT

*Abadio Machado de Rezende*  
 ABADIO MACHADO DE REZENDE  
 E. F. COMUNICAÇÕES LTDA.  
 RG: 5.561 - SSP/MT

*Laudicene Maria Compadre*  
 LAUDICENE MARIA COMPADRE  
 SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.  
 RG: 314.371 - SSP/RO

*Ricardo Sampaio Martins*  
 RICARDO SAMPAIO MARTINS  
 SAMPAIO E MARTINS LTDA.  
 RG: 1.639.496 - SSP/GO

*Gustavo Groszewicz Brito*  
 GUSTAVO GROSZEWICZ BRITO  
 SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA.  
 RG: 052.113.064-1 - MD/EX

*W.D.:*

*⊙*

*⊙*

*⊙*

*⊙*

*[Signature]*

*[Signature]*

*fu.u. Apes*

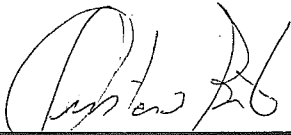
*[Signature]*

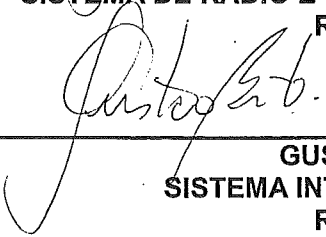
*lefo*

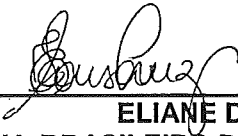
*M. Luz*

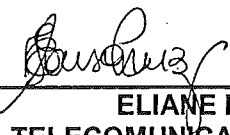
*⊙*


*⊙*






  
GUSTAVO GROSZEWICZ BRITO  
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA.  
RG: 052.113.064-1 - MD/EX

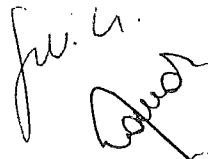
  
GUSTAVO GROSZEWICZ BRITO  
SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA.  
RG: 052.113.064-1 - MD/EX

  
ELIANE DE SOUSA CRUZ  
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.  
RG: 1.884.620 - SSP/DF

  
ELIANE DE SOUSA CRUZ  
TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA.  
RG: 1.884.620 - SSP/DF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 

  
ju. u.  
Lopes

  
com.

57  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/10/2002

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

**TERMO DE JUNTADA**


Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 56 .

Nº desta folha : 57 .

Nºs das demais folhas juntadas : 58 a 60 .

Brasília, 30 de agosto de 2002.

  
Rafael Barreto  
Secretário Substituto



Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Radiodifusão  
Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/12/2002

58

RESULTADO Nº 7690/2002

**ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

CONCORRÊNCIA Nº: 097/2001 - SSR/MC

Licitante: **RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**

Nº do Processo Específico da Licitante: 53670.001086/02

Resultado:	<b>HABILITADA</b>
------------	-------------------

UF	Localidade	Serviço	Grupo de Enquadramento
MT	Matupá	FM	A
MT	Nortelândia	FM	A

Brasília, 23 de julho de 2002.

  
**MANOEL ELIAS MOREIRA**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Comissão Especial de Licitação  <b>PUBLICAÇÃO - DOU</b>  VER ANEXO ATA DE HABILITAÇÃO
---

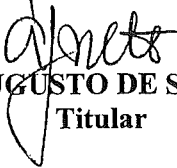
ATA DE REUNIÃO

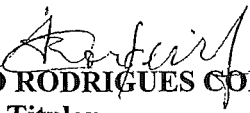
Aos 06 (seis) dias do mês de agosto de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811 de 29 de dezembro de 1997, alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros, Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, José Ancelmo Nogueira, Anacleto Rodrigues Cordeiro e Napoleão Emanuel Valadares, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de habilitação de proponentes, com relação às Concorrências indicadas a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os resultados abaixo indicados relativos à análise de documentos de habilitação. (2) Após as devidas verificações, a Comissão aprovou as conclusões contidas nos "Resultados" constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-los e adotar as providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros Titulares da Comissão. O Anexo I é parte integrante da presente ata.

  
**MANOEL ELIAS MOREIRA**  
Presidente

  
**LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES**  
Vice-Presidente

  
**ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA**  
Titular

  
**ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO**  
Titular

  
**ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO**  
Titular

  
**JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA**  
Titular

  
**NAPOLEÃO EMANUEL VALADAES**  
Titular

ANEXO I

ATA DE REUNIÃO DE 06 DE AGOSTO 2002

CONCORRÊNCIA(S) N.º(S)	RESULTADO(S) N.º(S)
090/2001	7395, 7397, 7399, 7401, 7403, 7405, 7407, 7409, 7411, 7413, 7415, 7417, 7419, 7421, 7423 a 7436, 7438, 7440/2002
091/2001	7469 a 7490/2002
092/2001	7493 a 7512, 7514, 7515 e 7517/2002
093/2001	7518 a 7558/2002
094/2001	7559 a 7592
095/2001	7593 a 7616/2002
096/2001	7661 a 7678, 7680 a 7687/2002
097/2001	7688 a 7713/2002
098/2001	7714 a 7739, 7741 a 7750/2002
100/2001	7617 a 7660/2002
150/2001	7751 a 7760/2002
151/2001	7761 a 7780/2002
156/2001	7781 a 7814/2002

*[Handwritten signatures and initials]*

Comissão Especial de Licitação

PUBLICAÇÃO - DOU

Data: 27/08/2002 - Seção 3

*Rafael Barreto*  
Secretário CEL/SSR/MC  
Substituto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: 8/1/2005



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SSCE  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

### TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 11 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 60.

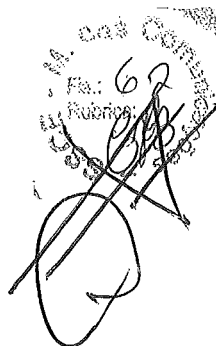
Nº desta folha : 61.

Nºs das demais folhas juntadas : 62 a 72.

Brasília-DE, 24 de Março de 2005

  
GUILHERME QUINTAS  
Secretário da CEL/MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/1/1968



## ANEXO III

# PROPOSTA TÉCNICA POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

ANEXO III  
**PROPOSTA TÉCNICA**

Razão Social da Proponente: **RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**

CNPJ/MF: **33.703.356/0001-40**

Edital da Concorrência nº **097 / 2001 – SSR/MC**

Localidade: **M A T U P Á**

Data: **15 / 04 / 2002**

UF: **MATO GROSSO**

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): **1 4 4 0** (minutos)

2. Programas Jornalísticos, Educativos e Informativos:

Programas Jornalísticos Educativos e Informativos	Tempo dos programas em minutos ( B )	( % ) ( B / A ) x 100
	<b>1 1 6</b>	<b>8</b>

3. Serviço Noticioso:

Programas de Serviço Noticioso	Tempo dos programas em minutos ( B )	( % ) ( B / A ) x 100
	<b>1 1 6</b>	<b>8</b>

4. Programas Culturais Artísticos e Jornalísticos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

Programas Culturais, Artísticos e Jornalísticos produzido E gerados na própria localidade ou no município ao qual Pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos ( B )	( % ) ( B / A ) x 100
	<b>5 8</b>	<b>4</b>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

15.04.02  
15.04.02  
15.04.02

5. Serviço Noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas de Serviço Noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos ( B )	( % ) ( B / A ) x 100
	58	4

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	M e s e s
	09

Cuiabá/MT, 15 de Abril de 2002.-

7. OFICINA

*Roberto*  
**NIUARA RIBEIRO ROBERTO**  
Dirigente  
CPF: 809.634.141-91

SÉTIMO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL - 4ª Circunscrição - Oficial e Notário  
Av. Sen. Filinto Müller, 1200 - Bairro Quilombo - CEP 78043-011  
Fones: (65) 621-1613 / 621-1440 - Fax: 621-5366 - Cuiabá - MT



Reconheço por verdadeira a firma de  
**NIUARA RIBEIRO ROBERTO**  
E dou fé. Em testemunho da verdade  
Cuiabá-MT, 15 de Abril de 2002  
A Notaria

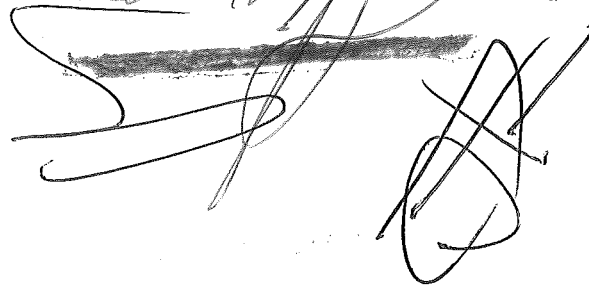
*Eudetes Onorina da Cunha*  
**Eudetes Onorina da Cunha**  
Escrivente Juramentada 7º. Ofício  
Cuiabá - MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

REC. M. das  
Comunicações  
64

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_

Min. das Comunicações  
Fic. 65  
Luz. Rádio e T.V.  
C. de E. 600



## ANEXO III

# PROPOSTA TÉCNICA POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO



ANEXO III  
**PROPOSTA TÉCNICA**

Razão Social da Proponente: **RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**

CNPJ/MF: **33.703.356/0001-40**

Edital da Concorrência nº **097 / 2001** – SSR/MC Localidade: **NORTE LÂNDIA**

Data: **15 / 04 / 2002**

UF: **MATO GROSSO**

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): **1 4 4 0** (minutos)

2. Programas Jornalísticos, Educativos e Informativos:

Programas Jornalísticos Educativos e Informativos	Tempo dos programas em minutos ( B )	( % ) ( B / A ) x 100
	<b>1 1 6</b>	<b>8</b>

3. Serviço Noticioso:

Programas de Serviço Noticioso	Tempo dos programas em minutos ( B )	( % ) ( B / A ) x 100
	<b>1 1 6</b>	<b>8</b>

4. Programas Culturais Artísticos e Jornalísticos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

Programas Culturais, Artísticos e Jornalísticos produzido E gerados na própria localidade ou no município ao qual Pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos ( B )	( % ) ( B / A ) x 100
	<b>5 8</b>	<b>4</b>

SERVICO PUBLICO FEDERAL  
MINISTERIO DAS COMUNICACOES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EM 15/04/2002

*[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]*

5. Serviço Noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas de Serviço Noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos ( B )	( % ) ( B / A ) x 100
	58	4

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	M e s e s
	09

Cuiabá/MT, 15 de Abril de 2002.-

7º. OFÍCIO

*Roberto*

**NIUARA RIBEIRO ROBERTO**  
Dirigente  
CPF: 809.634.141-91

SÉTIMO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL - 4ª Circunscrição - Oficial e Notária: Nizete Assolinsque  
Av. Sen. Filinto Muller, 1200 - Bairro Quilombo - CEP 78043-011  
Fones: (65) 621-1613 / 621-1440 - Fax: 621-5366 - Cuiabá - MT

Reconheço por verdadeira a firma de  
**NIUARA RIBEIRO ROBERTO** \*\*\*\*\*  
E dou fé. Em testemunho da verdade  
Cuiabá-MT, 19 de Abril de 2002  
A Notaria

*Endete Onorina da Cunha*  
Escritora Jureamentada 7º. Ofício  
Cuiabá - MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL



Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/3/2001

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL**

**ATA DE REUNIÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 097/2001 - SSR/MC  
ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS TÉCNICAS.  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM)  
PARA AS LOCALIDADES DE: MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO  
LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA, PARANAÍTA,  
NO ESTADO DE MATO GROSSO.**

AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO-CEL, NA SOBRELOJA – SALA 107, DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, BLOCO R, ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BRASÍLIA, DF, SOB A SUPERVISÃO E CONTROLE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, CRIADA PELA PORTARIA MC Nº 811, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997, PUBLICADA NO DOU DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997, REUNIU-SE A COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL, CONSTITUÍDA PELA PORTARIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 1 (ALÍNEA G), DE 02 DE MARÇO DE 1998, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 03 DE MARÇO DE 1998, E ALTERADA PELAS PORTARIAS DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 3 (ALÍNEA B), DE 10 DE MARÇO DE 1998 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 12 DE MARÇO DE 1998, E Nº 3 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2001, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001 E Nº 6, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002, COM A PARTICIPAÇÃO DE SEU PRESIDENTE **GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS** E DE SEUS MEMBROS: **JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA, ALBENZIO TRAJANO DE MORAIS, GERALDO ROSALVO TEIXEIRA DA ROCHA, IRON LOPES DE OLIVEIRA E SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS**, COM O OBJETIVO DE REALIZAR A ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS TÉCNICAS, ATENDENDO A PUBLICAÇÃO NO DOU Nº 48, DE 11 DE MARÇO DE 2005, SEÇÃO 3, PÁG. 84, DAS PROPONENTES CLASSIFICADAS NA CONCORRÊNCIA 097/2001-SSR/MC, PARA OUTORGA DE PERMISSÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), PARA AS LOCALIDADES DE: **MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA E PARANAÍTA, NO ESTADO DE MATO GROSSO.** (I) ASSINATURA DAS LISTAS DE PRESENÇA DAS PROPONENTES E DO PÚBLICO QUE SERÃO ANEXADAS A PRESENTE ATA. (II) AS EMPRESAS QUE TERÃO SEUS INVÓLUCROS DAS PROPOSTAS TÉCNICAS ABERTOS PELA COMISSÃO PARA AS LOCALIDADES DE: **MATUPÁ/MT: DORNER & GRIGOLETTO LTDA. PROCESSO 53670.001087/02, E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53670.001101/02, RÁDIO CULTURA DO CENTRO OESTE LTDA. PROCESSO 53670.001104/02, RÁDIO**

*[Assinaturas manuscritas]*





EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. PROCESSO 53670.001086/02, RÁDIO FM MORENA LTDA. PROCESSO 53670.001084/02, RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA. PROCESSO 53670.001091/02, RÁDIO SOM DA TERRA LTDA. PROCESSO 53670.001092/02, RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA. PROCESSO 53670.001084/02, RÁDIO VERA LTDA. PROCESSO 53670.001095/02, SAMPAIO & MARTINS LTDA. PROCESSO 53670.001103/02, SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001102/02, SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA. PROCESSO 53670.001097/02, SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA. PROCESSO 53670.001098/02, SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA. PROCESSO 53670.001099/02 E TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA. PROCESSO 53670.001109/02. **NORTELÂNDIA/MT:** DORNER & GRIGOLETTO LTDA. PROCESSO 53670.001087/02, E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53670.001101/02, RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA. PROCESSO 53670.001093/02, RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. PROCESSO 53670.001086/02, RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA. EPP PROCESSO 53670.001088/02, RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA. PROCESSO 53670.001091/02, RÁDIO SOM DA TERRA LTDA. PROCESSO 53670.001092/02, RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA. PROCESSO 53670.001094/02, SAMPAIO & MARTINS LTDA. PROCESSO 53670.001103/02, SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001102/02, SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA. PROCESSO 53670.001097/02, SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA. PROCESSO 53670.001099/02 E TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA. PROCESSO 53670.001109/02. **NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT:** DORNER & GRIGOLETTO LTDA. PROCESSO 53670.001087/02, RÁDIO SOM DA TERRA LTDA. PROCESSO 53670.001092/02, RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA. PROCESSO 53670.001094/02, RÁDIO VERA LTDA. PROCESSO 53670.001095/02, SAMPAIO & MARTINS LTDA. PROCESSO 53670.001103/02, SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001102/02, SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA. PROCESSO 53670.001097/02, SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA. PROCESSO 53670.001098/02, SISTEMA TKC DE COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001090/02, SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA. PROCESSO 53670.001099/02 E TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA. PROCESSO 53670.001109/02. **NOVA OLÍMPIA/MT:** CONEXÃO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001096/02, DORNER & GRIGOLETTO LTDA. PROCESSO 53670.001087/02, E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53670.001101/02, ISA RADIODIFUSÃO LTDA. PROCESSO 53670.001085/02, RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA. PROCESSO 53670.001093/02, RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA. EPP PROCESSO 53670.001088/02, RÁDIO FM MORENA LTDA. PROCESSO 53670.001084/02, RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA. PROCESSO 53670.001091/02, RÁDIO SOM DA TERRA LTDA. PROCESSO 53670.001092/02, RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA. PROCESSO 53670.001094/02, RÁDIO VERA LTDA. PROCESSO 53670.001095/02, SAMPAIO & MARTINS LTDA. PROCESSO 53670.001103/02, SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001102/02, SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. PROCESSO 53670.001105/02, SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001106/02, SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA. PROCESSO 53670.001097/02, SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001107/02, SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA. PROCESSO 53670.001099/02 E TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA. PROCESSO 53670.001109/02. **PARANAÍTA/MT:** ARAGUAIA COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001089/02, E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.



PROCESSO 53670.001101/02, ISA RADIODIFUSÃO LTDA. PROCESSO 53670.001085/02, SAMPAIO & MARTINS LTDA. PROCESSO 53670.001103/02, SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. PROCESSO 53670.001108/02, SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001102/02, SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. PROCESSO 53670.001105/02, SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001106/02, SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA. PROCESSO 53670.001097/02, SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53670.001107/02, SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA. PROCESSO 53670.001099/02 E TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA. PROCESSO 53670.001109/02. (III) A DOCUMENTAÇÃO FOI RUBRICADA POR TODOS OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL PROPONENTES E PÚBLICO PRESENTE. (IV) NADA MAIS HAVENDO A ACRESCENTAR O PRESIDENTE DA COMISSÃO ENCERROU OS TRABALHOS ÀS 10:20 H (DEZ HORAS E VINTE MINUTOS), TENDO SIDO LAVRADA ESTA ATA QUE APÓS LIDA E AGHADA CONFORME, VAI ASSINADA PELOS MEMBROS COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL.

**COMISSAO:**

GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS  
PRESIDENTE

ALBENZIO TRAJANDO DE MORAIS  
MEMBRO

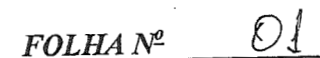
JOSE ANCELMO NOGUEIRA  
MEMBRO

GERALDO ROSALVO T. DA ROCHA  
MEMBRO

IRON LOPES DE OLIVEIRA  
MEMBRO

SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS  
MEMBRO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em.



CONCORRÊNCIA Nº 097 101 - SE/IMC

SESSÃO: ABERTURA DE ENVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS *técnicas*

**- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -**

DATA: 16/03/2005

**SERVIÇO:** $\mathbb{F}_M$ 

LOCALIDADES: Matupá, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Olímpia e Paranaíba/MT

[illegible]

D:\# 2005 Denise trabalho\ATAS\LISTAS DE PÚBLICO E PROPONENTES\MODELO DE LISTA DE PUBLICO.doc



FOLHA Nº 02

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL

CONCORRÊNCIA Nº 0971/01 – SSR/CEL/MC  
SESSÃO: ABERTURA DE ENVOLUCROS CONTENDO PROPOSTAS técnicas

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 16/03/2005SERVIÇO: FM

LOCALIDADES: matupá, nortelândia, nossa  
senhora do livramento nove olímpia e  
Paranaitá/MT

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rúbrica	RG nº/UF	Cargo
<u>RÁDIO FM MORENA FULDA</u>	<u>LANDA JOURTHABRUNA NOGUEIRA</u>			<u>1497/CAB/DF</u>	Sócio/Acionista ( ) Procurador <input checked="" type="checkbox"/>
<del></del>	<del></del>	<del></del>	<del></del>		Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
<del></del>	<del></del>	<del></del>	<del></del>		Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
<del></del>	<del></del>	<del></del>	<del></del>		Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
<del></del>	<del></del>	<del></del>	<del></del>		Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
<del></del>	<del></del>	<del></del>	<del></del>		Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
<del></del>	<del></del>	<del></del>	<del></del>		Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
<del></del>	<del></del>	<del></del>	<del></del>		Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL

16/03/2005  
14h



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 08 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 72.

Nº desta folha : 73.

Nºs das demais folhas juntadas : 74 a 81.

Brasília, 27 de jun de 2005

**GUILHERME QUINTAS**  
Secretário

*Sérgio Augusto Benício de Azevedo*  
Mat. 1331680 -  
Membro da Comissão de Assessoramento Técnico  
MC/SSCE/CEL/CAT-DF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
EMP.

CONCORRÊNCIA Nº 097/2001 - SSR/MC

LOCALIDADE: MATUPÁ - ESTADO: MT

ATA DE REUNIÃO Nº 311/2005

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2005, às 14:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu presidente Jaime Domingos Casas e dos membros Jarbas Silvestre de Oliveira, José Adilson Bezerra Torquato, Marcelo Elmokdisi Dimatteu e Maria Ivagna Ferreira Mendes Reis, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a)** análise da Proposta Técnica com a elaboração do documento denominado **Resultado da Proposta Técnica** da(s) Proponente(s) relacionadas no documento **Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de **MATUPÁ/MT**; **b)** a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: **1)** leitura dos documentos denominados **Resultado da Proposta Técnica** e **Resultado da Avaliação das Propostas Técnica** e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

JAIME DOMINGOS CASAS

Presidente

JARBAS SILVESTRE DE OLIVEIRA

Titular

JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO

Titular

MARCELO ELMOKDISI DIMATTEU

Titular

MARIA IVAGNA FERREIRA MENDES REIS

Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 27/06/2005

Publicado no DOU de 27/06/2005.



*Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas*

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
<b>Concorrência 097/2001</b>				
<b>MT Matupá</b>				
<b>FM</b>				
RÁDIO FM MORENA LTDA.	53670.001084/02	A	100.000	Classificada
RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA	53670.001086/02	A	100.000	Classificada
DORNER & GRIGOLETTO LTDA	53670.001087/02	A	100.000	Classificada
RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA	53670.001091/02	A	100.000	Classificada
RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	53670.001092/02	A	100.000	Classificada
RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA	53670.001094/02	A	100.000	Classificada
RÁDIO VERA LTDA.	53670.001095/02	A	100.000	Classificada
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA	53670.001097/02	A	81.266	Classificada
SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA	53670.001098/02	A	100.000	Classificada
SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA	53670.001099/02	A	100.000	Classificada
E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	53670.001101/02	A	100.000	Classificada
SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	53670.001102/02	A	100.000	Classificada
RÁDIO CULTURA DO CENTRO OESTE LTDA.	53670.001104/02	A	100.000	Classificada
TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA.	53670.001109/02	A	100.000	Classificada

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_



## Resultado da Proposta Técnica Lote 8

Nº do Processo:	53670.001086/02	CNPJ:	33.703.356/0001-40
Razão Social:	RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA		
Concorrência:	097/2.001	Localidade:	Matupá
		UF:	MT
Serviço:	FM - Frequência Modulada	Grupo Enquadramento	A

### Legenda da Programação :

T1 = Programas jornalísticos, educativos e informativos  
T2 = Programas de serviço noticioso  
T3 = Programas culturais, artísticos e jornalísticos, gerados na localidade  
T4 = Programas de serviço noticioso gerados na localidade

Pontuação ref. ao percentual de tempo de funcionamento da emissora(T1+T2+T3+T4) :

62,000

Pontuação ref. ao prazo para executar serviço caráter definitivo :

32,000

Tempo total diário de programação

6,000

Pontuação da Proposta Técnica ( PT ) :

100,000

CLASSIFICADA

Observações :

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 12/07/2010

Jaime Domingos Casas  
Presidente

Jarbas Silvestre de Oliveira  
Membro Titular

José Adilson Bezerra Torquato  
Membro Titular

Marcelo Elmokdisi Dimatteu  
Membro Titular

Maria Ivagna Ferreira Mendes Reis  
Membro Titular



**CONCORRÊNCIA Nº 097/2001 - SSR/MC**

**LOCALIDADE: NORTELÂNDIA - ESTADO: MT**

**ATA DE REUNIÃO Nº 312/2005**

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2005, às 14:10 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu presidente Jaime Domingos Casas e dos membros Jarbas Silvestre de Oliveira, José Adilson Bezerra Torquato, Marcelo Elmokdisi Dimatteu e Maria Ivagna Ferreira Mendes Reis, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a)** análise da Proposta Técnica com a elaboração do documento denominado **Resultado da Proposta Técnica** da(s) Proponente(s) relacionadas no documento **Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, na localidade de **NORTELÂNDIA/MT**; **b)** a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: **1)** leitura dos documentos denominados **Resultado da Proposta Técnica** e **Resultado da Avaliação das Propostas Técnica** e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

**JAIME DOMINGOS CASAS**

Presidente

**JARBAS SILVESTRE DE OLIVEIRA**

Titular

**JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO**

Titular

**MARCELO ELMOKDISI DIMATTEU**

Titular

**MARIA IVAGNA FERREIRA MENDES REIS**

Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: 27/06/2005

Publicado no DOU de 27/06/2005.



*Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas*

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
<b>Concorrência 097/2001</b>				
<b>MT Nortelândia</b>				
<b>FM</b>				
RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA	53670.001086/02	A	100.000	Classificada
DORNER & GRIGOLETTO LTDA	53670.001087/02	A	100.000	Classificada
RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA EPP	53670.001088/02	A	100.000	Classificada
RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA	53670.001091/02	A	100.000	Classificada
RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	53670.001092/02	A	100.000	Classificada
RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA.	53670.001093/02	A	100.000	Classificada
RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA	53670.001094/02	A	100.000	Classificada
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA	53670.001097/02	A	81.266	Classificada
SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA	53670.001099/02	A	100.000	Classificada
E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	53670.001101/02	A	100.000	Classificada
SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	53670.001102/02	A	100.000	Classificada
TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA.	53670.001109/02	A	100.000	Classificada

*F. Mendes*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_



## Resultado da Proposta Técnica Lote 8

Nº do Processo:	53670.001086/02	CNPJ:	33.703.356/0001-40
Razão Social:	RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA		
Concorrência:	097/2.001	Localidade:	Nortelândia
		UF:	MT
Serviço:	FM - Frequência Modulada	Grupo Enquadramento	A

### Legenda da Programação :

T1 = Programas jornalísticos, educativos e informativos  
T2 = Programas de serviço noticioso  
T3 = Programas culturais, artísticos e jornalísticos, gerados na localidade  
T4 = Programas de serviço noticioso gerados na localidade

Pontuação ref. ao percentual de tempo de funcionamento da emissora(T1+T2+T3+T4) :

62,000

Pontuação ref. ao prazo para executar serviço caráter definitivo :

32,000

Tempo total diário de programação

6,000

Pontuação da Proposta Técnica ( PT ) :

100,000

CLASSIFICADA

Observações :

Jaime Domingos Casas  
Presidente

Jarbas Silvestre de Oliveira  
Membro Titular

José Adilson Bezerra Torquato  
Membro Titular

Marcelo Elmokdisi Dimatteu  
Membro Titular

Maria Ivagna Ferreira Mendes Reis  
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em. 11/11/2009

## DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO-INTERIOR

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2005**

**Objeto:** Pregão Eletrônico nº 040/2005 - Contratação de empresa para locação de software, a ser utilizado no sistema de leitura, faturamento e impressão de consumo de água. Recebimento das Propostas: no endereço <http://www.correios.com.br> até 07/07/2005 às 09:45 horas. Obtenção do Edital: No endereço eletrônico acima. Informações pelo telefone: (14) 4009-3658 e Fax: (14) 4009 3659, no horário de 08:30 às 17:00horas.

SÔNIA REGINA BORGES MARCELO  
Pregociça

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO  
METROPOLITANA

**AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5000017**

**Objeto:** aquisição de pneus para motocicletas, através do Sistema de Registro de Preços, realizada em 02/06/2005, sendo o certame homologado com adjudicação à empresa: "Rub Car Comércio de Auto Peças e Fundação Ltda" - CNPJ nº 59.350.124/0001-40 no valor global de R\$ 64.784,52 (sessenta e quatro mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) para os lotes 1 e 2.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5000032**

Objeto: prestação de serviços de confecção de carimbos, realizada em 03/06/2005, sendo o certame homologado com adjudicação à empresa: "Isolson Pedroso de Moraes - ME" - CNPJ nº 00.671.049/0001-76 no valor global de R\$ 95.999,95 (noventa e cinco mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS  
Pregueira

## EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Contrato nº 098/05, data da assinatura: 07/05/2005, vigência: 07/05/2005 a 06/05/2006, nome da contratada: Consigaz Distribuidora de Gás Ltda, objeto: fornecimento de GLP, Pregão Eletrônico 4000005, de 14/04/2005-GERAD/DR/SPM, classificação orçamentária: atividade 00800 e conta 2.01-02 classificação contábil: 011444.02.01.0001, valor total da contratação R\$ 333.278,40.

Contrato de nº 102/05, nome da contratada: Vanpec Peças e Serviços Automotivos Ltda., data de assinatura: 19/05/05, vigência: 19/05/05 a 18/05/06, objeto: fornecimento de peças para motocicletas HONDA, Pregão nº 5000019-GERAD/DR/SPM, classificação orçamentária: atividade 72011, classificação contábil: 44402.020001, valor total, da contratação: R\$ 245.641,64.

Primeiro Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 29/05, nome da contratada: Dimoto Shop Ltda., data da assinatura: 07/06/05, vigência: 07/06/05, objeto: aditamento de 25% ao valor, alterando o valor global para R\$ 804.460,34.

Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 109/03, nome da contratada: Pócus Albuquerque Ltda, data da assinatura: 07/06/05, objeto: prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 23/06/05 à 22/06/06;

Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 125/03, nome da contratada: Pneu Albuquerque Ltda, data da assinatura: 16/05/05, objeto: prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 01/07/05 à 30/06/06;

Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 143/03, nome da contratada: Pneus Albuquerque Ltda, data da assinatura: 23/05/05, objeto: prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 01/08/05 à 31/07/06;

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 115/03, nome da contratada: Havaí Lava Rápido Ltda-ME, data da assinatura: 06 /06/05, objeto: prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 23/06/05 à 22/06/06;

Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 180/03, nome da contratada: Auto Socorro Cláudio S/C Ltda-ME, data da assinatura: 20/06/05, objeto: prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 25/08/05 à 24/08/06;

## SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

**RESULTADO DE PROPOSTA TÉCNICA**

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da(s) pontuação(s) da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexos.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 107, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 23 de junho de 2005.  
**JAIME DOMINGOS CASAS**  
 Presidente da Comissão

## ANEXO I

Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, Localidade de Matupá/MT.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tce	Resultado
RÁDIO FM MOREIRA LTDA.	FM	53670.001084/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.	FM	53670.001086/02	100.000	CLASSIFICADA
DORNIER E GRIGOLLETO LTDA.	FM	53670.001087/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA.	FM	53670.001091/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	FM	53670.001092/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA.	FM	53670.001094/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO VERA LTDA.	FM	53670.001095/02	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.	FM	53670.001097/02	81.266	CLASSIFICADA
SISTEMA GOS DE RÁDIODIUSÍO LTDA.	FM	53670.001098/02	100.000	CLASSIFICADA
SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA.	FM	53670.001099/02	100.000	CLASSIFICADA
E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53670.001101/02	100.000	CLASSIFICADA
SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001102/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO CULTURA DO CENTRO OESTE LTDA.	FM	53670.001104/02	100.000	CLASSIFICADA
TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA.	FM	53670.001109/02	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, Localidade de Nortelândia/MT.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tés	Resultado
RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.	FM	53670.001086/02	100.000	CLASSIFICADA
DORNER E GRIGOLLETO LTDA.	FM	53670.001087/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA-RPP	FM	53670.001088/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA.	FM	53670.001091/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	FM	53670.001092/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO CLUBE FM DE ARENÁPOLIS LTDA.	FM	53670.001093/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO TAUÁ DE GUARATINGA LTDA.	FM	53670.001094/02	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.	FM	53670.001097/02	81.266	CLASSIFICADA
SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDIA LTDA.	FM	53670.001099/02	100.000	CLASSIFICADA
E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53670.001101/02	100.000	CLASSIFICADA
SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001102/02	100.000	CLASSIFICADA
TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA.	FM	53670.001109/02	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, Localidade de Nossa Senhora do Livramento/MT.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tdc	Resultado
DORNER E GRIGOLLETO LTDA.	FM	53670.001087/02	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA TFC DE COMUNICAÇÃO LT- DA.	FM	53670.001090/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	FM	53670.001092/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO TAUA DE GUIRATINGA LTDA.	FM	53670.001094/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO VERA LTDA.	FM	53670.001095/02	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO INGRESSO LTDA	FM	53670.001097/02	81.266	CLASSIFICADA
SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53670.001098/02	100.000	CLASSIFICADA
SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LT- DA.	FM	53670.001099/02	100.000	CLASSIFICADA
SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRA- ÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.001102/02	100.000	CLASSIFICADA
TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIÁ LT-	FM	53670.001109/02	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, Localidade de Nova Olímpia/MT.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Têc	Resultado
RÁDIO FM MORENA LTDA.	FM	53670.001084/02	100,000	CLASSIFICADA
ISA RÁDIOFUSÃO LTDA.	FM	53670.001085/02	100,000	CLASSIFICADA
DORNER E GRIGOLLETO LTDA.	FM	53670.001087/02	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA-EPP.	FM	53670.001088/02	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA.	FM	53670.001091/02	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	FM	53670.001092/02	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO CLUBE FM DE ARENÁPOLIS LTDA.	FM	53670.001093/02	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA.	FM	53670.001094/02	100,000	CLASSIFICADA
RÁDIO VERA LTDA.	FM	53670.001095/02	100,000	CLASSIFICADA
CONEXÃO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001096/02	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.	FM	53670.001097/02	81.266	CLASSIFICADA
SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA.	FM	53670.001099/02	100,000	CLASSIFICADA
E.F.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53670.001101/02	100,000	CLASSIFICADA
SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001102/02	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA.	FM	53670.001105/02	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E JORNAL PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001106/02	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001107/02	100,000	CLASSIFICADA
TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LT.	FM	53670.001109/02	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, Localidade de Paranaitá/MT.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tão	Resultado
ISA RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53670.001085/02	100,00	CLASSIFICADA
ARAQUÁIA COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001089/02	100,00	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.	FM	53670.001097/02	81,266	CLASSIFICADA
SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LT- DA.	FM	53670.001099/02	100,00	CLASSIFICADA
E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53670.001101/02	100,00	CLASSIFICADA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_

Nesta data anexeí aos autos do processo de  
nº 53670.00/096102 a documentação  
a seguir constituída de \_\_\_\_\_ folhas,  
que assim numerai: 83 - 189  
Data: 14 / 11 / 08  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_



## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Quarto Termo Aditivo ao Contrato 194/05, data da assinatura 17/10/08, vigência: 21/10/08 à 21/10/09, nome da contratada: Dimoto Shop Ltda, objeto: prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses, Valor Global: R\$ 245.237,02.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 195/05, data da assinatura 17/10/08, vigência: 21/10/08 à 21/10/09, nome da contratada: Dimoto Shop Ltda, objeto: prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses, Valor Global: R\$ 168.290,96.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 072/08, data da assinatura 29/10/08, vigência: 06/06/08 à 06/12/08, nome da contratada: Auto Posto Cidade Ltda, objeto: aditamento contratual com acréscimo de 25%, Valor Global: R\$ 199.302,86.

AVISOS DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000170

Pregão Eletrônico nº 8000170 - Objeto: Contratação de veículos, com os respectivos motoristas, para a prestação de serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Postais nas linhas regulares (urbanas), de acordo com o quadro I do Anexo 1 e demais especificações técnicas das linhas e veículos. Download do edital no sítio <http://www.licitacoes.com.br> (ID desta licitação 214303). O acolhimento das propostas no referido sítio dar-se-á a partir das 08:00h do dia 14/11/2008. Abertura das Propostas: 17/11/2008 às 08:15 horas. Início da Disputa de Lances às 09:00 horas do dia 17/11/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico [geradpregao@correios.com.br](mailto:geradpregao@correios.com.br). No campo "assunto", mencionar "PGE 8000170".

EDNA DE OLIVEIRA GUIMARÃES  
Pregoeira

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000171

Pregão Eletrônico nº 8000171 - Objeto: Contratação de veículos, com os respectivos motoristas, para a prestação de serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Postais nas linhas regulares (urbanas), de acordo com o quadro I do Anexo 1 e demais especificações técnicas das linhas e veículos. Download do edital no sítio <http://www.licitacoes.com.br> (ID desta licitação 214308). O acolhimento das propostas no referido sítio dar-se-á a partir das 08:00h do dia 14/11/2008.

Abertura das Propostas: 17/11/2008 às 08:30 horas. Início da Disputa de Lances às 11:00 horas do dia 17/11/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico [geradpregao@correios.com.br](mailto:geradpregao@correios.com.br). No campo "assunto", mencionar "PGE 8000171".

FÁTIMA ALMERINDA NOGUEIRA  
Pregoeira

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000172

Pregão Eletrônico nº 8000172 - Objeto: Contratação de veículos, com os respectivos motoristas, para a prestação de serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Postais nas linhas regulares (urbanas), de acordo com o quadro I do Anexo 1 e demais especificações técnicas das linhas e veículos. Download do edital no sítio <http://www.licitacoes.com.br> (ID desta licitação 214313). O acolhimento das propostas no referido sítio dar-se-á a partir das 08:00h do dia 14/11/2008. Abertura das Propostas: 17/11/2008 às 09:00 horas. Início da Disputa de Lances às 13:30 horas do dia 17/11/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico [geradpregao@correios.com.br](mailto:geradpregao@correios.com.br). No campo "assunto", mencionar "PGE 8000172".

EDUARDO NELSON DE ARAÚJO ABREU  
Pregoeiro

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000176

Pregão Eletrônico nº 8000176 - Objeto: Contratação de veículos, com os respectivos motoristas, para a prestação de serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Postais nas linhas regulares (urbanas), de acordo com o quadro I do Anexo 1 e demais especificações técnicas das linhas e veículos. Download do edital no sítio <http://www.licitacoes.com.br> (ID desta licitação 214316). O acolhimento das propostas no referido sítio dar-se-á a partir das 08:00h do dia 14/11/2008. Abertura das Propostas: 17/11/2008 às 10:00 horas. Início da Disputa de Lances às 15:00 horas do dia 17/11/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico [geradpregao@correios.com.br](mailto:geradpregao@correios.com.br). No campo "assunto", mencionar "PGE 8000176".

PATRICIA RODRIGUES BIANGAMAN  
Pregoeira

## SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

## AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº SSR/MC	Localidades	UF
11/11/2008	14h30	020/1997	Bonfim.	RR

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº SSR/MC	Localidades	UF
11/11/2008	15h00	097/2001	Matupá, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Olímpia e Paranaíba.	MT

Brasília - DF, 3 de novembro de 2008.  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

## Ministério das Relações Exteriores

## ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 4/2008

Objeto: Pregão Eletrônico - Compra de 1 veículo de representação destinado a atender às peculiaridades dos serviços de representação diplomática, protocolar e de cerimonial e 1 veículo de passeio para transporte de servidores em serviço. Total de Itens Licitados: 00002 - Edital: 04/11/2008 de 10h00 às 13h00 e de 14h às 17h00 ENDE-REÇO: Av. Marechal Floriano 196 Centro - RIO DE JANEIRO - RJ Entrega das Propostas: a partir de 04/11/2008 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 14/11/2008 às 10h30 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

RUBENS FONSECA MARTINEZ  
Pregoeiro

(SIDEV - 03/11/2008) 240003-00001-2008NE900192

## FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2008

Nº Processo: 0910000047200805. Contratante: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - CNPJ Contratado: 04274005000163. Contratado: VIVER REPRESENTACOES E TURISMO - LTDA-ME.

Objeto: Fornecimento em caráter emergencial de reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes de passageiros aéreas, nacionais (domésticas) e internacionais para atendimento das necessidades da Fundação Alexandre de Gusmão. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 17/10/2008 a 14/04/2009. Valor Total: R\$800.000,00. Fonte: 100000000 - 2008NE900345. Data de Assinatura: 17/10/2008.

(SICON - 03/11/2008) 244001-24290-2008NE900001

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2008

Nº Processo: 09100000443200811. Contratante: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - CNPJ Contratado: ESTRANGEIRO. Contratado: RICHARD K. LEST. Objeto: Cessão dos direitos patrimoniais/autorais do texto "Some Comments on Globalization, Energy and Innovation", relativo à participação no Seminário "Estados Unidos: presente e desafios", realizado em junho do corrente ano, no Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, organizado pela FUNAG. Fundamento Legal: Lei 9.610/1998, Lei 9.784/99 e Lei 8.666/93. Vigência: 04/11/2008 a 03/11/2009. Valor Total: R\$4.000,00. Fonte: 100000000 - 2008NE900336. Data de Assinatura: 31/10/2008.

(SICON - 03/11/2008) 244001-24290-2008NE900001

## DIRETORIA REGIONAL DO TOCANTINS

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 329/2008

Objeto: locação de imóvel para abrigar a AC/ COUTO MAGALHÃES/TO, pelo período de 60 (sessenta) meses, contratada: Romilda Bento de Oliveira Abreu, valor do exercício R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), valor global R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), classificação orçamentária: 75011.44404.010002, enquadramento: lei 8.666/93, Art. 24, Inciso X.

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 332/2008

Objeto: locação de imóvel para abrigar a AC/ SÃO VALERIO DA NATIVIDADE/TO, pelo período de 60 (sessenta) meses, contratada: Maria Celida Alves Araújo, valor do exercício R\$ 403,35 (quatrocentos e três reais e trinta e cinco centavos), valor global R\$ 24.201,00 (vinte e quatro mil, duzentos e um reais), classificação orçamentária: 75011.44404.010002, enquadramento: lei 8.666/93, Art. 24, Inciso X.

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 331/2008

Objeto: locação de imóvel para abrigar a AC/ FIGUEIROPOLIS/TO, pelo período de 60 (sessenta) meses, contratada: Zenia Silene dos Santos, valor do exercício R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais), valor global R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais), classificação orçamentária: 75011.44404.010002, enquadramento: lei 8.666/93, Art. 24, Inciso X.

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 330/2008

Objeto: locação de imóvel para abrigar a AC/ SANTA TEREZA/TO, pelo período de 60 (sessenta) meses, contratada: Maria Gorete Pereira Santos Florencio, valor do exercício R\$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais), valor global R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais), classificação orçamentária: 75011.44404.010002, enquadramento: lei 8.666/93, Art. 24, Inciso X.

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2008

Nº Processo: 09100000432200822. Contratante: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - CNPJ Contratado: 32581971134. Contratado: DOMINGOS SAVIO DA CUNHA GARCIA - Objeto: Cessão dos direitos patrimoniais/autorais do texto "Território e Negócios na Era dos Impérios: Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil", de autoria do professor doutor Domingos Sávio da Cunha Garcia, referente à publicação de livro. Fundamento Legal: Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e no que couber a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência: 31/10/2008 a 31/12/2008. Valor Total: R\$4.000,00. Fonte: 100000000 - 2008NE900321. Data de Assinatura: 31/10/2008.

(SICON - 03/11/2008) 244001-24290-2008NE900001

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO,  
ORÇAMENTO E FINANÇAS

## RETIFICAÇÃO

Proc. Nº 09100.000363/2008-57

No Extrato do Resultado de Julgamento do Pregão nº 5/2008 publicado no D.O. de 10/10/2008, Seção 3, Pág. 102. Onde se lê: Ata de Registro de Preços nº 3/2008 com vigência de 03/09/2008 a 03/09/2009. Leia-se: Ata de Registro de Preços nº 4/2008 com vigência de 03/10/2008 a 03/10/2009.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 5370-001096/2006 documentação  
a seguir constituída de 82 folhas,  
que assim numerai: 04 / 11 / 2008  
Data: 11 / 11 / 2008  
Nome: [assinatura]  
Assinatura: [assinatura]



SINTECOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001102/02	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA.	FM	53670.001105/02	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RÁDIO E JORNAL PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001106/02	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001107/02	100.000	CLASSIFICADA
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.	FM	53670.001108/02	100.000	CLASSIFICADA
TELECOMUNICAÇÕES ARAUÁIA LTDA.	FM	53670.001109/02	100.000	CLASSIFICADA

ANEXO II  
Concorrência n.º 124/2001-SSR/MC, Localidade de Calabu/SP.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53830.000114/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 1030 LTDA.	FM	53830.000129/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 810 LTDA.	FM	53830.000130/02	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53830.000132/02	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 124/2001-SSR/MC, Localidade de Cajati/SP.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
SISTEMA DELTA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.	FM	53830.000121/02	100.000	CLASSIFICADA
SOM DA ILHA COMÉRCIO E PRODUTOS LTDA-ME	FM	53830.000123/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 820 LTDA.	FM	53830.000125/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO PORTAL FM LTDA.	FM	53830.000126/02	100.000	CLASSIFICADA
EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53830.000128/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 1030 LTDA.	FM	53830.000129/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 810 LTDA.	FM	53830.000130/02	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53830.000132/02	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 124/2001-SSR/MC, Localidade de Cananéia/SP.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA.	FM	53830.000113/02	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA DELTA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.	FM	53830.000121/02	100.000	CLASSIFICADA
SOM DA ILHA COMÉRCIO E PRODUTOS LTDA-ME	FM	53830.000123/02	100.000	CLASSIFICADA
EDCOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53830.000127/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 1030 LTDA.	FM	53830.000129/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 810 LTDA.	FM	53830.000130/02	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53830.000132/02	100.000	CLASSIFICADA

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A  
CNPJ N.º 00.336.701/0001-04  
NIRE: 5330000223/1

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Extrato do 2º Aditivo Ao Contrato N.º 2200/13/2004-Tb. Contratada: EMBAR MASTER LOCAÇÕES E EVENTOS E SERVIÇOS LTDA.  
Objeto: fornecimento de Serviços de Processamento de Dados, composto do Lote 1 com 40 (quarenta) microcomputadores, com manutenção preventiva e corretiva.  
Valor: preço total de R\$ 156.600,00 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos reais), dividido em 12 (doze) parcelas mensais iguais e consecutivas de R\$ 13.050,00 (treze mil e cinquenta reais).  
Amparo Legal: Tomada de Preços 003/2004 (artigo 22, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93).  
Data de Assinatura: 21 de junho de 2005.  
Vigência: 12 meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério da Telebrás, limitada sua duração total a 48 (quarenta e oito) meses.  
Signatários: p/ Telebrás - Jorge da Motta e Silva (Presidente) e Vera Lúcia Garcia Cault (Diretora Superintendente), p/ contratada Bruno Rodrigues Mattos.

Extrato do 2º Aditivo Ao Contrato N.º 2200/14/2004-Tb. Contratada: EMBAR MASTER LOCAÇÕES E EVENTOS E SERVIÇOS LTDA.  
Objeto: fornecimento de Serviços de Processamento de Dados compostos do Lote 2: 07 (sete) impressoras a Laser monocromáticas e 15 (quinze) impressoras a jato de tintas coloridas, com manutenção preventiva e corretiva.  
Conta Contábil: 313.41.211.1.  
Valor: preço total de R\$ 27.516,00 (vinte e sete mil, quinhentos e dezesseis reais), dividido em 12 (doze) parcelas mensais iguais e consecutivas de R\$ 2.293,00 (dois mil duzentos e noventa e três reais).  
Amparo Legal: Tomada de Preços 003/2004 (artigo 22, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93).  
Data de Assinatura: 21 de junho de 2005

Vigência: 12 (meses) consecutivos, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério da Telebrás, limitada sua duração total a 48 (quarenta e oito) meses.  
Signatários: p/ Telebrás - Jorge da Motta e Silva (Presidente) e Vera Lúcia Garcia Cault (Diretora Superintendente), p/ contratada Bruno Rodrigues Mattos.

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS  
LOGÍSTICOS

RETIFICAÇÃO

No aviso de licitação, Pregão N.º 18/2005 publicado no D.O. de 10/06/2005, Seção 3 Pág. 79, Onde se lê: O item 02 do Anexo I do edital foi modificado. Leia-se: O item 02 do Anexo I do edital foi modificado.

(SIDE - 24/06/2005) 320004-00001-2005NE900052

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA  
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E  
CONTROLE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 14/2005. Processo: 48500.000240/05-23. Pregão n.º 05/2005. Contratada: Empresa 14 Brasil Telecom Celular S.A. CNPJ/MF 02.270.669/0001-29. Objeto: prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP, com fornecimento de 75 (setenta e cinco) aparelhos digitais, incluindo a facilidade de roaming nacional e internacional. Vigência: 31/5/2005 a 30/5/2006. Data de assinatura: 31/5/2005. Assinam: Hélio Neves Guer-

Concorrência n.º 124/2001-SSR/MC, Localidade de Cardoso/SP.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
RÁDIO CIDADE AM DE VOTUPORANGA LTDA.	FM	53830.000116/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 1030 LTDA.	FM	53830.000129/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 810 LTDA.	FM	53830.000130/02	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53830.000132/02	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 124/2001-SSR/MC, Localidade de Castilho/SP.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Têc.	Resultado
SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA-EP	FM	53830.000112/02	100.000	CLASSIFICADA
SISTEMA REGIONAL DE COMUNICAÇÃO ANDRADINA LTDA.	FM	53830.000118/02	100.000	CLASSIFICADA
GRUPO CAST LTDA.	FM	53830.000124/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 1030 LTDA.	FM	53830.000129/02	100.000	CLASSIFICADA
RÁDIO 810 LTDA.	FM	53830.000130/02	100.000	CLASSIFICADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53830.000132/02	100.000	CLASSIFICADA

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público, em conformidade com o subitem 11.8, o resultado da reunião do sorteio público realizado em 17 de junho de 2005, entre as proponentes que empatarem com o maior valor ponderado, para a localidade e serviço indicado no Anexo Único.

ANEXO ÚNICO

Concorrência n.º 132/2001-SSR/MC, localidade de Nova Guataporanga/SP.

Proponente	Serviço	Processo n.º
RÁDIO 1030 LTDA.	FM	53830.000353/02

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com a legislação em vigor e Editais de Licitação, torna público o resultado de análise dos recursos interpostos na fase de Classificação Técnica de proponentes, com relação à concorrência e respectivo serviço indicados no Anexo.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONTRA A CLASSIFICAÇÃO DE TERCEIROS - CONHECIDO E PROVIDO.

Concorrência	Serviço	Localidade(s)	UF	Recorrente	Contra Classificação de:
N.º - SSR/MC 073/2001	TV	São José de Ribamar	MA	PARANÁ FM LTDA.	REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.

Brasília - DF, 23 de junho de 2005.  
JAIME DOMINGOS CASAS  
Presidente da Comissão

ra, pela Contratante, e-Dante Nardelli Júnior e Augusto Massaharo Iryo-da, pela Contratada. Fundamento Legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto n.º 3.555, de 8/8/2000. Valor: R\$ 125.480,00 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta reais). Empenho: 2003NE000643.

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA N.º 4/2005

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Comissão Permanente de Licitação, informa que fará realizar licitação na modalidade de Concorrência, cujo objeto é a contratação de empresa para realizar e conduzir as sessões públicas dos leilões, bem como para receber e analisar as documentações para a pré-qualificação e as garantias de propostas destinadas a: (I) outorga das concessões para a prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica; e (II) outorga das concessões ou permissões para o uso de bem público destinado à exploração de aproveitamentos hidrelétricos. Os envelopes deverão ser entregues até as 18:00 horas do dia 28/07/2005 e a sessão de abertura está marcada para o dia 29/07/2005 às 10:00 horas no SGAN 603, Módulo J, Asa Norte, Brasília - DF. O Edital poderá ser retirado no mesmo local, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou no endereço www.aneel.gov.br

A COMISSÃO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS  
NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 2  
AO CONTRATO N.º 6.018/03-ANP-000.969

Processo: 48610.000.969/2003-81. Contratante: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Contratada: IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. Objeto: Prorrogação de Vigência. Vigência: 12 (doze) meses. Total Estimado do Aditivo: R\$ 16.692,12 (dezesseis mil, seiscentos e noventa e dois reais e doze centavos). Fundamento legal: Art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93. Data: 17/06/05. Assinado por: Newton Reis Monteiro, Diretor - Geral da ANP, em exercício e Rubens Flório - Procurador da IBM Brasil. Antônio Carlos do Couto Franco





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: 21/12/08

das Comunicações  
83  
R. 100

**ATA DE REUNIÃO Nº 093/2008**

**SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)  
DE PREÇO PELA OUTORGA**

**CONCORRÊNCIA Nº 097/2001**

**SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA**

**LOCALIDADE(S): MATUPÁ/MT, NORTELÂNDIA/MT, NOSSA SENHORA DO  
LIVRAMENTO/MT, NOVA OLÍMPIA/MT e PARANAÍTA/MT.**

Aos 11 (onze) dias do mês de novembro de 2008, às 15h:00 (quinze horas), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - Cel/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 1.028, de 21/12/06, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros, Edmar de Freitas Machado, Marcus Ferreira da Silva e Cláudio Silva Souza, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) e julgamento da(s) respectiva(s) proposta(s) de preço pela outorga** da(s) proponente(s) classificada(s) na **concorrência nº 097/2001-SSR/MC**, que visa à outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na(s) localidade(s) de: **MATUPÁ/MT, NORTELÂNDIA/MT, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, NOVA OLÍMPIA/MT e PARANAÍTA/MT**, conforme convocação publicada no DOU de 04 de novembro de 2008, Número 214, Seção "3", Página 104, sendo desenvolvidas as atividades a seguir. (1) Assinatura da lista de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Relato, por parte do Presidente, do rompimento prematuro de lacres de inúmeros sacos plásticos em que estavam acondicionadas diversas propostas técnicas e de preço, conforme consta do processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67. (3) Análise do(s) envelope(s) constante(s) da presente abertura, não sendo apontada irregularidade ou requerida diligência pelas proponentes ou público presente. (4) Abertura do(s) Invólucro(s) Lacrado(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço pela Outorga da(s) seguintes(s) empresa(s), conforme discriminado por localidade: **MATUPÁ/MT**, RÁDIO SOM DA TERRA LTDA., Processo nº 53670.001092/02; RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA., Processo nº 53670.001094/02; RÁDIO VERA LTDA., Processo nº 53670.001095/02; SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA., Processo nº 53670.001097/02; SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA., Processo nº 53670.001098/02; E.F. COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53670.001101/02; TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA., Processo nº 53670.001109/02; RÁDIO CULTURA DO CENTRO OESTE LTDA., Processo nº 53670.001104/02; RÁDIO FM MORENA LTDA., Processo nº 53670.001084/02; RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA., Processo nº 53670.001086/02;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: 21/10/2008

Comunicações  
da  
84  
CEL.  
720

DORNER & GRIGOLETTO LTDA., Processo nº 53670.001087/02; RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA., Processo nº 53670.001091/02; SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., Processo nº 53670.001099/02 e SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001102/02; NORTELÂNDIA/MT, RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA., Processo nº 53670.001093/02; RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA., Processo nº 53670.001086/02; DORNER & GRIGOLETTO LTDA., Processo nº 53670.001087/02; RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA.EPP, Processo nº 53670.001088/02; RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA., Processo nº 53670.001091/02; RÁDIO SOM DA TERRA LTDA., Processo nº 53670.001092/02; RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA., Processo nº 53670.001094/02; SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA., Processo nº 53670.001097/02; E.F. COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53670.001101/02; TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA., Processo nº 53670.001109/02; SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., Processo nº 53670.001099/02 e SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001102/02; NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, DORNER & GRIGOLETTO LTDA., Processo nº 53670.001087/02; SISTEMA TKC DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001090/02; RÁDIO SOM DA TERRA LTDA., Processo nº 53670.001092/02; RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA., Processo nº 53670.001094/02; RÁDIO VERA LTDA., Processo nº 53670.001095/02; SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA., Processo nº 53670.001097/02; SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA., Processo nº 53670.001098/02; TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA., Processo nº 53670.001109/02; SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., Processo nº 53670.001099/02 e SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001102/02; NOVA OLÍMPIA/MT, ISA RADIODIFUSÃO LTDA., Processo nº 53670.001085/02; DORNER & GRIGOLETTO LTDA., Processo nº 53670.001087/02; RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA.EPP, Processo nº 53670.001088/02; RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA., Processo nº 53670.001091/02; RÁDIO SOM DA TERRA LTDA., Processo nº 53670.001092/02; RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA., Processo nº 53670.001093/02; RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA., Processo nº 53670.001094/02; RÁDIO VERA LTDA., Processo nº 53670.001095/02; SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA., Processo nº 53670.001097/02; E.F. COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53670.001101/02; SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA., Processo nº 53670.001105/02; SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001106/02; SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001107/02; TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA., Processo nº 53670.001109/02; RÁDIO FM MORENA LTDA., Processo nº 53670.001084/02; CONEXÃO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001096/02; SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., Processo nº 53670.001099/02 e SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001102/02; PARANAÍTA/MT, ISA RADIODIFUSÃO LTDA., Processo nº 53670.001085/02; ARAGUAIA COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001089/02; SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA., Processo nº 53670.001097/02; E.F. COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53670.001101/02; SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA., Processo nº 53670.001105/02; SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001106/02; SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001107/02;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 8/12/2008

TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA., Processo nº 53670.001109/02; SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., Processo nº 53670.001099/02; SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001102/02 e SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA., Processo nº 53670.001108/02. (5) A documentação foi rubricada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (6) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valor(s) ofertado(s) pela outorga, por localidade, conforme segue: **MATUPÁ/MT** - RÁDIO SOM DA TERRA LTDA., R\$ 120.120,84 (cento e vinte mil e cento e vinte reais e oitenta e quatro centavos); RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA., R\$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil reais); RÁDIO VERA LTDA., R\$ 283.000,00 (duzentos e oitenta e três mil reais); SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA., R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA., R\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais); E.F. COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 203.000,00 (duzentos e três mil reais); TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA., R\$ 221.607,00 (duzentos e vinte e um mil e seiscentos e sete reais); RÁDIO CULTURA DO CENTRO OESTE LTDA., R\$ 40.102,00 (quarenta mil e cento e dois reais); RÁDIO FM MORENA LTDA., R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais); RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA., R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais); DORNER & GRIGOLETTO LTDA., R\$ 322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil reais); RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA., R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais); SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., R\$ 120.800,00 (cento e vinte mil e oitocentos reais) e SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 428.000,00 (quatrocentos e vinte e oito mil reais); **NORTELÂNDIA/MT** - RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA., R\$ 107.500,00 (cento e sete mil e quinhentos reais); RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA., R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais); DORNER & GRIGOLETTO LTDA., R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais); RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA.EPP, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA., R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais); RÁDIO SOM DA TERRA LTDA., R\$ 65.132,26 (sessenta e cinco mil e cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos); RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA., R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais); SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA., R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); E.F. COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais); TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA., R\$ 71.280,00 (setenta e um mil e duzentos e oitenta reais); SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., R\$ 120.800,00 (cento e vinte mil e oitocentos reais) e SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais); **NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT** - DORNER & GRIGOLETTO LTDA., R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais); SISTEMA TKC DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais); RÁDIO SOM DA TERRA LTDA., R\$ 90.115,36 (noventa mil e cento e quinze reais e trinta e seis centavos); RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA., R\$ 181.000,00 (cento e oitenta e um mil reais); RÁDIO VERA LTDA., R\$ 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais); SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA., R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA., R\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais); TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA., R\$ 111.111,39 (cento e onze mil e cento e onze reais e trinta e nove centavos); SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., R\$ 120.800,00 (cento e vinte mil e oitocentos reais) e SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 828.000,00 (oitocentos e vinte e oito mil reais); **NOVA OLÍMPIA/MT** - ISA RADIODIFUSÃO LTDA., R\$ 152.000,00 (cento e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_

das Comunicações  
86  
CEL.

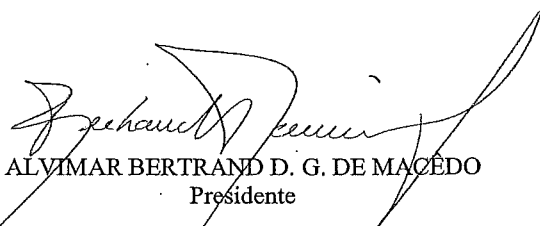
cinquenta e dois mil reais); DORNER & GRIGOLETTO LTDA., R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais); RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA.EPP, R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais); RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA., R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais); RÁDIO SOM DA TERRA LTDA., R\$ 80.115,36 (oitenta mil e cento e quinze reais e trinta e seis centavos); RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA., R\$ 109.990,00 (cento e nove mil e novecentos e noventa reais); RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA., R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais); RÁDIO VERA LTDA., R\$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais); SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA., R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); E.F. COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 302.700,00 (trezentos e dois mil e setecentos reais); SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA., R\$ 137.511,00 (cento e trinta e sete mil e quinhentos e onze reais); SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 221.651,10 (duzentos e vinte e um mil e seiscentos e cinquenta e um reais e dez centavos); SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 72.342,00 (setenta e dois mil e trezentos e quarenta e dois reais); TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA., R\$ 112.392,00 (cento e doze mil e trezentos e noventa e dois reais); RÁDIO FM MORENA LTDA., R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais); CONEXÃO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 97.600,00 (noventa e sete mil e seiscentos reais); SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., R\$ 120.800,00 (cento e vinte mil e oitocentos reais) e SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 728.000,00 (setecentos e vinte e oito mil reais); PARANAÍTA/MT - ISA RADIODIFUSÃO LTDA., R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais); ARAGUAIA COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais); SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA., R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); E.F. COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais); SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA., R\$ 167.112,00 (cento e sessenta e sete mil e cento e doze reais); SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 67.221,00 (sessenta e sete mil e duzentos e vinte e um reais); SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 113.642,00 (cento e treze mil e seiscentos e quarenta e dois reais); TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA., R\$ 81.810,00 (oitenta e um mil e oitocentos e dez reais); SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., R\$ 120.800,00 (cento e vinte mil e oitocentos reais); SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil reais) e SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA., R\$ 65.700,00 (sessenta e cinco mil e setecentos reais). (7) O Sr. Presidente determinou que fosse(m) registrada(s) em Ata a(s) seguinte(s) intercorrência(s): a) A Comissão detectou semelhança na formatação das propostas de preço das empresas RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA. e RÁDIO VERA LTDA., para as localidades de MATUPÁ/MT, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT e NOVA OLÍMPIA; RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS e RÁDIO SOM DA TERRA LTDA. para a localidade de NOVA OLÍMPIA/MT; SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE-MATOGROSSENSE LTDA, SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA. e SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA, para a localidade de NOVA OLÍMPIA/MT; e SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. com as três últimas mencionadas na localidade de PARANAÍTA/MT. (8) A Comissão, por unanimidade de votos, **resolveu converter o julgamento em diligência para que sejam esclarecidas as semelhanças apontadas no item 7 desta ata.** Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 17h:20 (dezessete horas e vinte minutos),




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
8.12.08  
CEL. 730  
das Comunicações  
Rubrica


tendo sido lavrada a presente Ata que após lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.

  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACEDO  
Presidente

  
ERIKO MENDES DOMENICI  
Vice-Presidente

  
EDMAR FREITAS MACHADO  
Titular

  
MARCUS FERREIRA DA SILVA  
Titular

  
CLÁUDIO SILVA SOUZA  
Titular

Publicado no DOU de / /2008.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 097/2001–SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 11/11/2008

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S) : MATUPÁ/MT, NORTELÂNDIA/MT, NOSSA SENHORA DO  
LIVRAMENTO/MT, NOVA OLÍMPIA/MT e PARANAÍTA/MT.

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )

CEL M. das  
Comunicações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 097/2001–SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

DATA: 11/11/2008

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S) : MATUPÁ/MT, NORTELÂNDIA/MT, NOSSA SENHORA DO  
LIVRAMENTO/MT, NOVA OLÍMPIA/MT e PARANAÍTA/MT.

Nome	RG nº/UF	Rubrica
MÁRIO CÉSAR DEGRÁZIA BARZOA	231711/MS/INI/DPE	
		SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL EM 11/11/2008

Assinatura  
Rubrica  
11/11/2008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53640.001096102 a documentação  
a seguir constituída de \_\_\_\_\_, 95  
que assim numerai: 90  
Data: 17 / 11 / 08  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFEREZ COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_

## ANEXO IV

# PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Eriko M. Domenici  
CEL. - MC

ANEXO IV  
PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA  
(Item 7)

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em. 11/11/02

Proposta Sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

1. Razão Social da Proponente:

**RADIO EDUCADORA PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**

2. CNPJ / MF: **33.703.356/0001-40**

3. Edital da Concorrência: nº **097/2001** - SSR/MC

4. Serviço: **RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA**

5. Localidade: **MATUPÁ**

6. Valor Proposto: **R\$ 380.000,00**

1ª. Parcela: **190.000,00 (CENTO E NOVENTA MIL REAIS)**

2ª. Parcela: **190.000,00 (CENTO E NOVENTA MIL REAIS)**

Cuiabá/MT, 15 de Abril de 2002.-

*Roberto*  
**NIUARA RIBEIRO ROBERTO**  
Dirigente  
CPF: 809.634.141-91

*Eriko M. Domenici*  
**Eriko M. Domenici**  
CEL. - MC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

**CONJUNTO Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**  
Edital da Concorrência nº 097/2001 - SSR/MC  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço:

**MATUPÁ**

Serviço / UF :

**FREQUÊNCIA MODULADA - FM / MT**

Razão Social da Proponente:

**RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**

**Conteúdo:**

**Conjunto 3 - Proposta de Preço pela Outorga**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em. 8.1.1970

## ANEXO IV

# PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

*[Signature]*

*[Signature]*

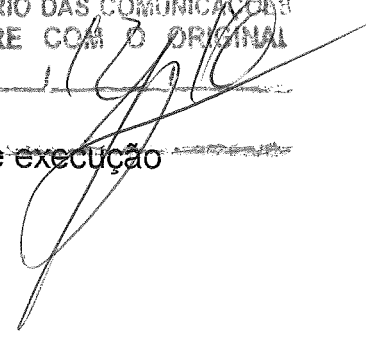
*[Signature]*  
Eriko M. Domenici  
CEL. - MC

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*

ANEXO IV  
PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA  
( Item 7 )

CEL. 94  
Rubrica:   
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: 8.11.2002

Proposta Sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

2. Razão Social da Proponente:

**RADIO EDUCADORA PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**

2. CNPJ / MF : **33.703.356/0001-40**

3. Edital da Concorrência: nº **097/2001** - SSR/MC

4. Serviço: **RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA**

5. Localidade: **NORTELÂNDIA**

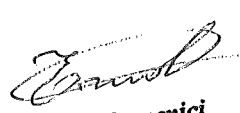
6. Valor Proposto: **R\$ 152.000,00**



1ª . Parcela: **76.000,00 ( SETENTA E SEIS MIL REAIS )**


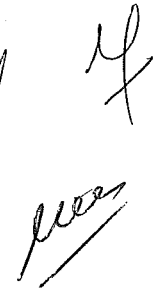
2ª . Parcela: **76.000,00 ( SETENTA E SEIS MIL REAIS )**

Cuiabá/MT, 15 de Abril de 2002.-

  
**NIUARA RIBEIRO ROBERTO**  
Dirigente  
CPF: 809.634.141-91

  
**Erika M. Domenici**  
CEL. - MC

SECRETARIA DE ESTADO DO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERIR COM O ORIGINAL  
Em: 11/08/01

**CONJUNTO Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**  
Edital da Concorrência nº 097/2001 - SSR/MC  
SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço:



**NORTELÂNDIA**

Serviço / UF :

**FREQUÊNCIA MODULADA - FM / MT**

Razão Social da Proponente:

**RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**

**Conteúdo:**

**Conjunto 3 - Proposta de Preço pela Outorga**

Nesta data anexei aos autos do processo nº 53670.001086/02 a documentação a seguir constituída de 06 (seis) folhas que assim numerei: 96 ; 101

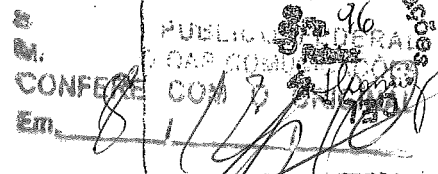
Data: 27 / 08 / 01

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: Flamory



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 082/2009

**APROVAÇÃO DO DOCUMENTO DENOMINADO “CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES (MÉDIA PONDERADA)”, QUE APONTA O VALOR DA MÉDIA PONDERADA (VP) DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA (PT) E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA (PP) DE CADA PROPONENTE**

CONCORRÊNCIA Nº 097/2001

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA

LOCALIDADE(S): MATUPÁ/MT, NORTELÂNDIA/MT, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, NOVA OLÍMPIA/MT e PARANAÍTA/MT.

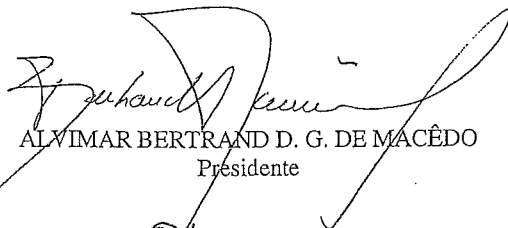
Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de 2009, às 15h:00 (quinze horas), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R” da Esplanada dos ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, e dos membros Edmar de Freitas Machado e Marcus Ferreira da Silva (ausente justificadamente o Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici), com o objetivo de dar continuidade a Sessão de Abertura de invólucros e julgamento das Propostas de Preço pela outorga da concorrência nº 097/2001, registrada na Ata de Reunião nº 093/2008, de 11/11/08, com o objetivo de realizar a leitura e aprovação do documento denominado “Classificação das Proponentes (Média Ponderada)”, que aponta o Valor da Média Ponderada (VP) da Pontuação da Proposta Técnica (PT) e da Proposta de Preço pela Outorga (PP) de cada proponente na concorrência nº 097/2001-SSR/MC, que visa à outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na(s) localidade(s) de: MATUPÁ/MT, NORTELÂNDIA/MT, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, NOVA OLÍMPIA/MT e PARANAÍTA/MT, conforme convocação publicada no DOU de 04/11/08, Número 214, Seção “3”, Página 104, sendo desenvolvidas as atividades a seguir. (1) Impressão, leitura e aprovação dos documentos denominados “Classificação das Proponentes (Média Ponderada)”, que segue em anexo, que aponta o Valor da Média Ponderada (VP) da Pontuação da Proposta Técnica (PT) e da Proposta de Preço pela Outorga (PP) de cada proponente. (2) A Comissão Especial de Licitação, por unanimidade de votos, propôs como vencedoras as concorrentes que obtiveram o maior Valor Ponderado (VP) em cada localidade, conforme a seguir discriminado: MATUPÁ, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA e PARANAÍTA/MT, SINTECOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53670.001102/02; NORTELÂNDIA/MT, DORNER & GRIGOLETTO LTDA., Processo nº 53670.001087/02. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

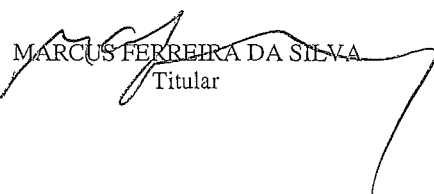


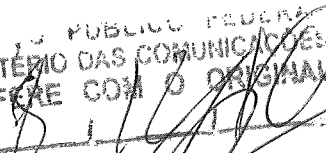
sessão às 15h30 (quinze horas e trinta minutos), tendo sido lavrada a presente Ata que após lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente e membros Titulares da Comissão.

  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI  
Vice-Presidente

  
EDMAR FREITAS MACHADO  
Titular

  
MARCUS FERREIRA DA SILVA  
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/1/2001

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES  
(Média Ponderada)

Concorrência : 097/2001

Preço Mínimo : 10.000,00

Serviço : FM

Grupo : A

Localidade : MATUPA

UF : MT

N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53670.001102/02	SINTELCOM-SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	428.000,00	100,000	98,832	99,883
53670.001086/02	RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.	380.000,00	100,000	98,684	99,868
53670.001087/02	DORNER & GRIGOLETTO LTDA.	322.000,00	100,000	98,447	99,845
53670.001095/02	RÁDIO VERA LTDA.	283.000,00	100,000	98,233	99,823
53670.001098/02	SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA.	252.000,00	100,000	98,016	99,802
53670.001109/02	TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA.	221.607,00	100,000	97,744	99,774
53670.001101/02	E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	203.000,00	100,000	97,537	99,754
53670.001099/02	SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA.	120.800,00	100,000	95,861	99,586
53670.001092/02	RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	120.120,84	100,000	95,838	99,584
53670.001084/02	RÁDIO FM MORENA LTDA.	102.000,00	100,000	95,098	99,510
53670.001091/02	RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA.	62.000,00	100,000	91,935	99,194
53670.001104/02	RÁDIO CULTURA DO CENTRO OESTE LTDA.	40.102,00	100,000	87,532	98,753
53670.001097/02	SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.	40.000,00	81,266	87,500	81,889
53670.001094/02	RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA.	DESCCLASSIFICADA			

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo  
Presidente

Edmar Freitas Machado  
Membro

Eriko Mendes Domenici  
Vice-Presidente

Marcus Ferreira da Silva  
Membro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: 11/10/01

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES  
(Média Ponderada)

Concorrência : 097/2001

Preço Mínimo : 10.000,00

Serviço : FM

Grupo : A

Localidade : NORTELÂNDIA

UF : MT

N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53670.001087/02	DORNER & GRIGOLETTO LTDA.	202.000,00	100,000	97,525	99,752
53670.001102/02	SINTELCOM-SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	168.000,00	100,000	97,024	99,702
53670.001086/02	RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.	152.000,00	100,000	96,711	99,671
53670.001099/02	SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA.	120.800,00	100,000	95,861	99,586
53670.001093/02	RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA.	107.500,00	100,000	95,349	99,535
53670.001101/02	E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	78.000,00	100,000	93,590	99,359
53670.001109/02	TELECOMUNICAÇÕES ARAGUAIA LTDA.	71.280,00	100,000	92,985	99,299
53670.001092/02	RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	65.132,26	100,000	92,323	99,232
53670.001091/02	RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA.	62.000,00	100,000	91,935	99,194
53670.001088/02	RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDAEPP	40.000,00	100,000	87,500	98,750
53670.001097/02	SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO	40.000,00	81,266	87,500	81,889
53670.001094/02	RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA.	DESCCLASSIFICADA			

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo  
Presidente

Eriko Mendes Domenici  
Vice-Presidente

Edmar Freitas Machado  
Membro

Marcus Ferreira da Silva  
Membro

# **RESULTADOS DE JULGAMENTOS** **CONVITE Nº 200/2009**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre SA - TRENSURB, torna público o resultado da licitação em epígrafe, cujo objeto é Fechamento acesso lateral da via e vedação do acesso à parte inferior Viaduto Anita Garibaldi, que adjudicou o objeto à licitante M. POETA Construções Ltda, pelo valor global de R\$ 62.585,27. Processo Administrativo nº 747/2009.

## **CONVITE Nº 202/2009**

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre SA - TRENSURB, torna público o resultado do Relatório de Julgamento referente à licitação em epígrafe, que adjudicou o objeto da licitação à MFHP Engenharia Ltda., pelo valor global de R\$ 77.990,80. Processo Administrativo nº 1190/2009.

## **TOMADA DE PREÇOS Nº 185/2009**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre SA - TRENSURB, torna público o resultado do Relatório de Julgamento referente à licitação em epígrafe, cujo objeto é Serviços de Engenharia para revisão geral, recuperação e manutenção profunda do grupo retilificador da subestação São Luiz da Trensurb, que adjudicou o objeto da licitação à ABB Ltda, pelo valor global de R\$ 568.990,07 (quinhentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa reais e sete centavos). Processo Administrativo Nº 0837/2009.

Porto Alegre, 24 de agosto de 2009  
**ROBERTO G. COSTA**  
 Presidente da COPEL

## **Ministério das Comunicações**

### **GABINETE DO MINISTRO**

#### **AVISOS**

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/12/2009, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de n.º 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº - SSR/MC	Localidades	UF
01/09/2009	14h30	123/2001	Chapécó, Ilhota, Iomerê, Ipaçu, Ita, Joinville (Pirabeiraba), Lontas, Matos Costa e Nova Veneza.	SC

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca o(s) participante(s) da Concorrência 065/2000 - SSR/MC, IVANOV COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA., a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao teor da NOTA/MC/CONJUR/TFC/Nº 0754-2.21/2007.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, torna público, por meio deste aviso a exclusão com a consequente inabilitação da(s) proponente(s) relacionada(s) no anexo único, nos termos da ATA DE REUNIÃO Nº 074/2009, que aprovou a INFORMAÇÃO Nº 019/2009/CEL/MC.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **ANEXO ÚNICO**

Concorrência Nº	UF	Localidade	Serviço	Proponente	Processo Nº
097/2001-SSR/MC	MT	Nova Olímpia e Paranaíba	FM	Sistema de Rádio e Televisão Norte-Grossense Ltda.	53670.001105/02
097/2001-SSR/MC	MT	Nova Olímpia e Paranaíba	FM	Sistema Integrado de Comunicação Ltda.	53670.001107/02

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032009082500099

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO do(s) recurso(s) interposto(s) contra habilitação de terceiros, na Concorrência e respectiva(s) localidade(s)/serviço(s) indicado(s) no Anexo Único conforme NOTA/MC/CONJUR/TFC/Nº 0754-2.21/2007 e NOTA/AGU/CONJUR-MC/TFC/Nº 1222/2.17/2009.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 24 de agosto de 2009.  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACEDO**  
 Presidente da Comissão

#### **ANEXO ÚNICO**

Conc. Nº	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Concorrente
065/2000	MG	Carmo do Paranaíba	FM	SHEKINAH COMUNICAÇÕES LTDA.	RÁDIO ALTO DO PARANAÍBA FM LTDA.

#### **RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS**

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/12/2009, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, Localidade de Matupá/MT.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53670.001102/02	SINTELCOM-SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	428.000,00	FM	98,832	99,883
53670.001086/02	RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.	380.000,00	FM	98,684	99,868
53670.001087/02	DORNER & GRIGOLETTO LTDA.	322.000,00	FM	98,447	99,845
53670.001095/02	RÁDIO VERA LTDA.	283.000,00	FM	98,233	99,823
53670.001098/02	SISTEMA GOIS DE RADIOFUSÃO LTDA.	232.000,00	FM	98,016	99,802
53670.001109/02	TELECOMUNICAÇÕES ARA-GUAIA LTDA.	221.607,00	FM	97,744	99,774
53670.001101/02	E.E. COMUNICAÇÕES LTDA.	203.000,00	FM	97,537	99,754
53670.001099/02	SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA.	120.800,00	FM	95,861	99,586
53670.001092/02	RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	120.120,84	FM	95,838	99,584
53670.001084/02	RÁDIO FM MORENA LTDA.	102.000,00	FM	95,098	99,510
53670.001091/02	RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA.	62.000,00	FM	91,935	99,194
53670.001104/02	RÁDIO CULTURA DO CENTRO OESTE LTDA.	40.102,00	FM	87,532	98,753
53670.001097/02	SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.	40.000,00	FM	87,500	81,889
53670.001094/02	RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA.	-	FM	Desclassificada	

Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, Localidade de Nortelândia/MT.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53670.001087/02	DORNER & GRIGOLETTO LTDA.	202.000,00	FM	97,525	99,752
53670.001102/02	SINTELCOM-SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	168.000,00	FM	97,024	99,702
53670.001086/02	RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.	152.000,00	FM	96,711	99,671
53670.001099/02	SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA.	120.800,00	FM	95,861	99,586
53670.001093/02	RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA.	107.500,00	FM	95,349	99,535
53670.001101/02	E.E. COMUNICAÇÕES LTDA.	78.000,00	FM	93,590	99,359
53670.001109/02	TELECOMUNICAÇÕES ARA-GUAIA LTDA.	71.280,00	FM	92,985	99,299
53670.001092/02	RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	65.132,26	FM	92,323	99,232
53670.001091/02	RÁDIO JORNAL DE CUIABÁ LTDA.	62.000,00	FM	91,935	99,194
53670.001088/02	RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA.EPP	40.000,00	FM	87,500	98,750
53670.001097/02	SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.	40.000,00	FM	87,500	81,889
53670.001094/02	RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA.	-	FM	Desclassificada	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



100

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 162, terça-feira, 25 de agosto de 2009

Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, Localidade de Nossa Senhora do Livramento/MT.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53670.001102/02	SINTELCOM-SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	828.000,00	FM	99,396	99,940
53670.001095/02	RÁDIO VERA LTDA.	256.000,00	FM	98,047	99,805
53670.001098/02	SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA.	246.000,00	FM	97,967	99,797
53670.001087/02	DORNER & GRIGOLETTO LTDA.	162.000,00	FM	96,914	99,691
53670.001099/02	SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDIA LTDA.	120.800,00	FM	95,861	99,586
53670.001109/02	TELECOMUNICAÇÕES ARA-GUAIA LTDA.	111.111,39	FM	95,500	99,550
53670.001090/02	SISTEMA TKC DE COMUNICAÇÃO LTDA.	92.000,00	FM	94,565	99,457
53670.001092/02	RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	90.115,36	FM	94,452	99,445
53670.001097/02	SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.	40.000,00	FM	87,500	81,889
53670.001094/02	RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA.	-	FM		Desclassificada

Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, Localidade de Nova Olímpia/MT.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53670.001102/02	SINTELCOM-SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	728.000,00	FM	99,313	99,931
53670.001101/02	E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	302.700,00	FM	98,348	99,835
53670.001106/02	SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA.	221.651,10	FM	97,744	99,774
53670.001095/02	RÁDIO VERA LTDA.	209.000,00	FM	97,608	99,761
53670.001084/02	RÁDIO FM MORENA LTDA.	204.000,00	FM	97,549	99,755
53670.001087/02	DORNER & GRIGOLETTO LTDA.	198.000,00	FM	97,475	99,747
53670.001085/02	ISA RADIODIFUSÃO LTDA.	152.000,00	FM	96,711	99,671
53670.001099/02	SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDIA LTDA.	120.800,00	FM	95,861	99,586
53670.001109/02	TELECOMUNICAÇÕES ARA-GUAIA LTDA.	112.392,00	FM	95,551	99,555
53670.001088/02	RÁDIO FM LIDERANÇA DE DIAMANTINO LTDA. EPP	110.000,00	FM	95,455	99,545
53670.001093/02	RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA.	109.990,00	FM	95,454	99,545

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL  
GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA DE MATERIAIS E COMPRAS

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A Anatel torna público o resultado do Pregão Amplo nº 41/2008, Processo nº 53500.023/493/2008 - aquisição de 10 fragmentadoras com motor a indução magnética. Vencedora: Prosperar Comércio e Manutenção de Equipamentos Ltda - ME; Valor: R\$ 21.226,70. Homologado pela Gerente-Geral de Administração, conforme Ato nº 4.834, de 20/08/2009.

ADELSON DE ALMEIDA RAMOS  
Gerente de Administração de Aquisições e Fornecedores

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO  
ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO AMPLO Nº 9/2009-ER07

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, com Escritório Regional em Goiás, sito à Rua 13, nº 618, Setor Marista, Goiânia/GO, inscrita no CNPJ sob o nº 02.030.715/0010-03, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de pregão amplo presencial no dia 09 de setembro de 2009, na cidade de Goiânia/GO, às 09h00 (horário local), cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de recepção (lote 1) e mensageria (lote 2) para atender as necessidades da Anatel no Estado de Goiás (ER07), conforme especificações e condições deste Edital e seus Anexos, que estará à disposição dos interessados a partir do dia 25/08/2009 na sede do Escritório Regional da Anatel/GO, no endereço citado acima, e no endereço de internet: [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br). Cuminho: Interação com a sociedade-licitações-Editais em Andamento-de aquisição/alienação.

BRUNO COSTA  
Pregoeiro

ESCRITÓRIO REGIONAL EM PERNAMBUCO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO AMPLO Nº 5/2009

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, torna público que realizará o Pregão Amplo nº 05/2009, no dia 04 de setembro de 2009, às 9:30 horas, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância física e patrimonial armada, obedecendo às seguintes escalas de trabalho: 1 (um) posto de 12 horas diurnas de segunda a domingo, em turnos de 12x36, e 1 (um) posto de 12 horas noturnas de segunda a domingo, em turnos de 12x36, a serem executados na sede da Unidade Operacional da Anatel no Estado de AL, em conformidade com seu Regulamento de Contratações, Edital e seus anexos, que estarão à disposição a partir do dia 25/08/2009, na Rua Antônio Gerbase, 58 - Favela Macéio-AL, no horário de 8 às 12 e das 14 às 18 horas e no site [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br), seção: Espaço do Cidadão - Interação com a Sociedade - Licitações - Editais em Andamento - De aquisição/alienação.

MAURO FIDELIX DA SILVA  
Pregoeiro

ESCRITÓRIO REGIONAL NA BAHIA  
APOIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quarto Termo Aditivo ao Contrato ER08 nº 007/2005 - Anatel  
Data de Assinatura: 07/08/2009  
Contratada: Executiva Comércio de Máquinas e Equipamentos para Escritório Ltda  
Vigência: 10/08/2009 a 09/08/2010  
Objeto: Prolongamento do prazo de vigência do Contrato ER08 nº 007/2005 - Anatel, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 10/08/2009.  
Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93;

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS  
E TELEGRAFOS  
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 163/2009

Contratada: LIRA CECILIANA, assinado em 17/07/2009, com vigência de 5 (cinco) meses a partir da data de sua assinatura. Objeto: Contrato de Patrocínio para a realização do projeto "32º FESTIVAL DE MÚSICA DE PRADOS". Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 9000060 IL. Conta orçamentária 01021.44405.020002. Valor total da contratação: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11/08/2009

Fls. 101  
Rubrica: [assinatura]

53670.001096/02	CONEXÃO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	97.600,00	FM	94,877	99,488
53670.001092/02	RÁDIO SOM DA TERRA LTDA.	80.115,36	FM	93,759	99,376
53670.001091/02	RÁDIO JORNAL DE EUIABA LTDA.	62.000,00	FM	91,935	99,194
53670.001097/02	SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.	35.000,00	FM	85,714	81,711
53670.001094/02	RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA.	-	FM		Desclassificada
53670.001107/02	SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA.	-	FM		Desclassificada
53670.001105/02	SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE-MATOGROSSENSE LTDA.	-	FM		Desclassificada

Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, Localidade de Paranaíba/MT.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53670.001102/02	SINTELCOM-SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	328.000,00	FM	98,476	99,848
53670.001099/02	SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDIA LTDA.	120.800,00	FM	95,861	99,586
53670.001085/02	ISA RADIODIFUSÃO LTDA.	106.000,00	FM	95,283	99,528
53670.001089/02	ARAGUAIA COMUNICAÇÃO LTDA.	102.000,00	FM	95,098	99,510
53670.001109/02	TELECOMUNICAÇÕES ARA-GUAIA LTDA.	81.810,00	FM	93,888	99,389
53670.001106/02	SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA.	67.221,00	FM	92,562	99,256
53670.001108/02	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.	65.700,00	FM	92,390	99,239
53670.001101/02	E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	53.000,00	FM	90,566	99,057
53670.001097/02	SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PROGRESSO LTDA.	35.000,00	FM	85,714	98,571
53670.001093/02	RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA.	109.990,00	FM	95,454	99,545
53670.001107/02	SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA.	-	FM		Desclassificada
53670.001105/02	SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE-MATOGROSSENSE LTDA.	-	FM		Desclassificada

Brasília - DF, 24 de agosto de 2009.  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 179/2009

Contratada: UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, assinado em 15/07/2009, com vigência de 4 (quatro) meses a partir da data de sua assinatura. Objeto: Contrato de Patrocínio para a realização do evento "51º CONGRESSO DA UNE". Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 9000071 IL. Conta orçamentária 01021.44405.020004. Valor total da contratação: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
IL Nº 9000060 IL

Objeto: Contrato de Patrocínio para realização do projeto "32º FESTIVAL DE MÚSICA DE PRADOS"; Contratada: LIRA CECILIANA; Valor Global: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); Data da Ratificação: 17/07/2009; Enquadramento Legal: Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
IL Nº 9000071 IL

Objeto: Contrato de Patrocínio para realização do evento "51º CONGRESSO DA UNE"; Contratada: UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES; Valor Global: R\$ 100.000,00 (cem mil reais); Data da Ratificação: 15/07/2009; Enquadramento Legal: Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93.

AVISO DE RETIFICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9000174/2009 - CPL/CECOM

Retificamos o aviso publicado no DOU do dia 21/08/2009, Seção 3, Página 94, referente ao Pregão Eletrônico 9000174/2009 - CPL/CECOM - prestação de serviços de confecção de CATÁLOGO DE NATAL. Onde se lê: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000174/2009 leia-se: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9000174/2009.

VALÉRIA CARVALHO FARIA CAMPOS  
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DO ACRE

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 14/2004 - Locação de Imóvel destinado ao funcionamento da AC/Xapuri/DR/ACR; Objeto do Termo Aditivo: diferença retroativa ao último reajuste e reajuste relativo ao último período de vigência; Valor a ser pago: R\$ 1.299,48 (um mil duzentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos); Vigência: a partir da data de sua assinatura, 21/08/2009 e término em 02/07/2010.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032009082500100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA GERAL DA UNIÃO**  
Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações

REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 88-2.17/2009  
CONCORRÊNCIA Nº 097/2001-SSR/MC  
PROCESSO: Nº 53670.001086/02

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: 11/11/2009

EMENTA: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 097/2001 SSR/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na localidade de Matupá, no Estado do Mato Grosso. Necessidade da Comissão Especial de Licitação diligenciar se na época de entrega da documentação de habilitação a empresa estava ativa. Necessidade também da CEL diligenciar perante a junta comercial, com relação ao contrato social da licitante RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. (2ª classificada), tendo em vista que não está assinado por advogado, conforme versa o art. 1º, § 4º da Lei 8.906/94.

Senhor Consultor Jurídico,

1. A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e manifestação desta Consultoria Jurídica, o processo em referência, contendo a documentação e a(s) proposta(s) das empresas participantes do procedimento licitatório objeto do Edital da Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, na localidade de Matupá, no Estado do Mato Grosso.

2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação todavia, compulsando os autos verificou-se que a licitante RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. apresentou o balanço patrimonial de Abertura, datado de 10/04/1997, à fl. 35, do processo 53670.001086/2002.

3. Contudo, analisando a documentação da proponente, verifica-se em seu contrato social que a empresa foi constituída em 22/03/1990. Esta análise leva a necessidade da CEL promover nova diligência sobre o balanço patrimonial apresentado pela referida licitante, para averiguar se a época da entrega da documentação de habilitação à empresa estava em atividade.

4. Outro ponto que deve ser diligenciado refere-se ao contrato social que foi registrado sem ter sido devidamente visado por profissional da advocacia, o que fere o disposto no art. § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906/94 que exige:

*"Art. 1º. São atividades privativas de advocacia:*

*(...)*

*§ 2º. Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados" (grifamos).*

5. Assim, deve a Comissão Especial de Licitação diligenciar junto à empresa para que justifique a ausência de assinatura por advogado quando do registro do contrato social. Além disso, a CEL deve proceder diligência perante a Junta Comercial que procedeu o respectivo registro do contrato social questionado.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

6. Ante o exposto, opinamos pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação a fim de que diligencie sobre os itens 3 e 5 desta requisição, com **URGÊNCIA**. E, posteriormente, devem os autos retornar à Consultoria Jurídica para emissão de manifestação conclusiva.

Brasília, 11 de Dezembro de 2009.

*Ana Cristina de Oliveira Januario*  
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA JANUARIO  
Estagiária de Direito

*Kiyomi Maezoe*  
KIYOMI MAEZOE  
Assistente - CONJUR/MC

Em        /        /2009.

**MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA**  
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: *16/12/2009*

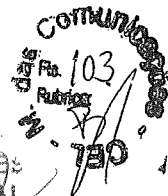
Nesta data anexe aos autos do processo de nº 53670.001086/2002 a documentação a seguir constituída de 01 folhas, que assim numerei: 103

Data: 16 / 04 / 2010  
Nome: *[assinatura]*  
Assinatura: *[assinatura]*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

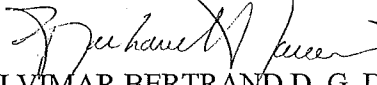
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/1/2010



**CERTIDÃO**

A Comissão Especial de Licitação, por seu Presidente, certifica que RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 33.703.356/0001-40, até o presente momento não possui outorgas para exploração de serviços de radiodifusão, o que revela sua inatividade em 25 de abril de 2002, data da sessão para recebimento das documentações de habilitação e propostas da Concorrência 097/2001-SSR/MC, vez que não possui outro objetivo social.

Brasília (DF), 16 de abril de 2010.

  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em. 8.12.10

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53670.000/1086/122 documentação  
a seguir constituída de 07 folhas,  
que assim numerei: 104, 110  
Data: 16 / 04 / 20  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: P



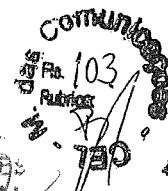
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: 8/12/2010

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53670.000/2010 documentação  
a seguir constituída de 02 folhas,  
que assim numerei: 104 / 110  
Data: 16 / 04 / 20  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: [assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

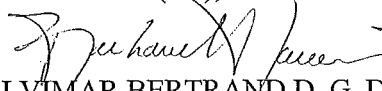
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/1/2010



**CERTIDÃO**

A Comissão Especial de Licitação, por seu Presidente, certifica que RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 33.703.356/0001-40, até o presente momento não possui outorgas para exploração de serviços de radiodifusão, o que revela sua inatividade em 25 de abril de 2002, data da sessão para recebimento das documentações de habilitação e propostas da Concorrência 097/2001-SSR/MC, vez que não possui outro objetivo social.

Brasília (DF), 16 de abril de 2010.

  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão Especial de Licitação



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

6. Ante o exposto, opinamos pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação a fim de que diligencie sobre os itens 3 e 5 desta requisição, com **URGÊNCIA**. E, posteriormente, devem os autos retornar à Consultoria Jurídica para emissão de manifestação conclusiva.

Brasília, 11 de Dezembro de 2009.

*Ana Cristina de O. Januario*  
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA JANUARIO  
Estagiária de Direito

*Kiyomi Maezoe*  
KIYOMI MAEZOE  
Assistente – CONJUR/MC

Em        /        /2009.

**MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA**  
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em        /        /2009

Nesta data anexe aos autos do processo de nº 53670.001086/2002 a documentação a seguir constituída de 01 folhas, que assim numerei: 103  
Data: 16 / 04 / 2010  
Nome: [assinatura]  
Assinatura: [assinatura]



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA GERAL DA UNIÃO**  
Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações

REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 88-2.17/2009  
CONCORRÊNCIA Nº 097/2001-SSR/MC  
PROCESSO: Nº 53670.001086/02

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em: 11/04/1997

EMENTA: Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 097/2001 SSR/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar permissão para exploração dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de Matupá, no Estado do Mato Grosso. Necessidade da Comissão Especial de Licitação diligenciar se na época de entrega da documentação de habilitação a empresa estava ativa. Necessidade também da CEL diligenciar perante a junta comercial, com relação ao contrato social da licitante RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. (2ª classificada), tendo em vista que não está assinado por advogado, conforme versa o art. 1º, § 4º da Lei 8.906/94.

Senhor Consultor Jurídico,

1. A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e manifestação desta Consultoria Jurídica, o processo em referência, contendo a documentação e a(s) proposta(s) das empresas participantes do procedimento licitatório objeto do Edital da Concorrência n.º 097/2001-SSR/MC, na localidade de Matupá, no Estado do Mato Grosso.
2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação todavia, compulsando os autos verificou-se que a licitante RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. apresentou o balanço patrimonial de Abertura, datado de 10/04/1997, à fl. 35, do processo 53670.001086/2002.
3. Contudo, analisando a documentação da proponente, verifica-se em seu contrato social que a empresa foi constituída em 22/03/1990. Esta análise leva a necessidade da CEL promover nova diligência sobre o balanço patrimonial apresentado pela referida licitante, para averiguar se a época da entrega da documentação de habilitação à empresa estava em atividade.
4. Outro ponto que deve ser diligenciado refere-se ao contrato social que foi registrado sem ter sido devidamente visado por profissional da advocacia, o que fere o disposto no art. § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906/94 que exige:

*"Art. 1º. São atividades privativas de advocacia:*

*(...)*

*§ 2º . Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados" (grifamos).*

5. Assim, deve a Comissão Especial de Licitação diligenciar junto à empresa para que justifique a ausência de assinatura por advogado quando do registro do contrato social. Além disso, a CEL deve proceder diligência perante a Junta Comercial que procedeu o respectivo registro do contrato social questionado.



[Início](#) [Links](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

## Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

[Buscar Processos](#)

[Nova Pesquisa](#)

Em caso de dúvidas, fale conosco:  
**Seção de Informação Processual**  
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225  
[informacao.processual@stj.jus.br](mailto:informacao.processual@stj.jus.br)

Avalie este serviço:

Informações  
processuais

☐ Ótimo

☐ Bom

☐ Ruim

☐ Péssimo

☐ Votar

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasília - DF  
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319-8410  
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_

**Consulta Processual pelo Nome da Parte**  
**Nome Pesquisado: RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA**



**Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA".**

Emitido pelo site webserver1.trf1.gov.br em 16/04/2010 às 11:57:04

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/1/2010

**Seção Judiciária de Mato Grosso**  
**Consulta Processual**



**Tipo de Pesquisa:** Consulta de processos pelo CPF/CNPJ

**Argumento Pesquisado:** 33.703.356/0001-40

*Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "33.703.356/0001-40"*

Emitido pelo site 172.16.52.14 em 16/04/2010 às 11:57:54

51 PUBLICAÇÃO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_

**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
**Consulta Processual**



**Tipo de Pesquisa:** Consulta de processos pelo CPF/CNPJ

**Argumento Pesquisado:** 33.703.356/0001-40

*Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "33 703.356/0001-40"*

Emitido pelo site 172.16.52.14 em 16/04/2010 às 11:58:12

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8/12/10






 Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

Sistemas  
Interativos Menu Principal ▾

SISCOM »» Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais

menu ajuda

 Dados da consulta  Consulta  Criar Arquivo Texto

UF: MT

SERVIÇO: FM


Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: Matupá							
( Concorrência: 97/2001 )	10S032700	54W555800	254			C	
Usuário: -      Data: 16/04/2010      Hora: 11:58:28							

Registro 1 até 1 de 1 registros


Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
BR 16/04/2010

CEL. M. 108  
R. 108  
Comunicações

 Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

 BRASIL  
UM PAÍS DE TODOS**ANATEL**Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos Menu Principal ▾

SISCOM » » Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais

menu ajuda



Dados da consulta



Consulta



Criar Arquivo Texto

UF: MT

SERVIÇO: FM

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimuth	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: Nortelândia							
DORNER & GRIGOLETTO LTDA	14S271700	56W481000	215			C	
Usuário: -	Data: 16/04/2010	Hora: 11:58:50					

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

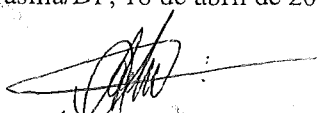
Comunicações  
16/04/2010  
11:58:50



### CERTIDÃO

Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alínea “d” – certifico que não restaram no processo n.º **53670.001086/2002 – RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.** – pendência de recursos sem apreciação por esta comissão.

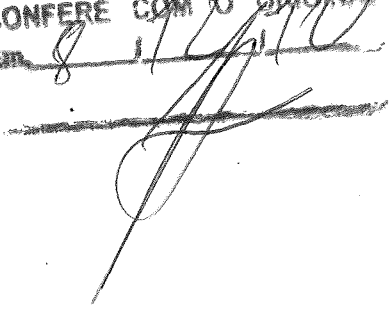
Brasília/DF, 16 de abril de 2010.

  
**ANDRÉA LIMA DE MORAES**  
Estagiária

De acordo. Encaminhe-se o processo à douta Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.

Em, 16 de ABRIL de 2010.

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8 de 16 de 2010  


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Ed. 1

Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº \_\_\_\_\_ a documentação  
a seguir constituinte de \_\_\_\_\_ 01 \_\_\_\_\_ folhas,  
que assim numeroi \_\_\_\_\_ 111.  
Data: 24 de 2010  
Nome: Jean  
Assinatura: Jean

# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

das Co.  
Fls. 11  
RFB  
10/03/2010

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>33.703.356/0001-40</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>30/03/1990</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>61-2-1-00 - Atividades de rádio</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA</b>			
LOGRADOURO <b>AV PRINCIPAL</b>		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP <b>78.530-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PEIXOTO DE AZEVEDO</b>	UF <b>MT</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>19/06/2001</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **19/11/2010** às **15:44:21** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)



Preparar Página  
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 19/11/2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em. \_\_\_\_\_

Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº 83630 00 1086/02 documentação  
a seguir constituída de dois folhas,  
que assim numerei: 112 a 117

Data: 1º 112 / 10

Nome: João Maria

Assinatura: jm



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS – CGAA**

**NOTA Nº 2402- 2.17/2010/CLL/CONJUR-MC/AGU**

**CONCORRÊNCIA Nº 097/2001**  
**PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.004765/2001**

**ASSUNTO:** Concorrência Nº 097/2001/SSR/MC. Permissão de Serviço de Radiodifusão Sonora em frequência Modulada, nas localidades de MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA e PARANAÍTA, todas no Estado do Mato Grosso. Concorrência já homologada para as localidades de Nortelândia e Paranaíta/MT. Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Matupá, com adjudicação do objeto à entidade RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Nova Olímpia, com adjudicação do objeto à entidade E.F COMUNICAÇÕES LTDA. Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Nossa Senhora do Livramento, com adjudicação do objeto à entidade RÁDIO VERA LTDA.

Senhor Consultor Jurídico,

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos da Concorrência nº 097/2001 - SSR/MC em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do referido procedimento licitatório, para as localidades de MATUPÁ, NORTELÂNDIA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA e PARANAÍTA, todas no Estado do Mato Grosso.

2. No que concerne às localidades de NORTELÂNDIA e PARANAÍTA, já houve apreço por esta CONJUR, resultando na elaboração do PARECER/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 1871 - 2.17/2009 e NOTA/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 1389 - 2.17/2009 (respectivamente às fls. 243/247 e fls. 256/257 - processo piloto), em que se concluiu pela homologação do certame, com adjudicação do objeto às entidades vencedoras DORNER E GRIGOLETTO LTDA. e SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LTDA., respectivamente, conforme se verifica nos Despachos do Ministro de 30.09.2009 (fl. 250) e de 28.12.2009 (fl. 260).

3. Não seria despidiendo frisar que houve nos autos a ANULAÇÃO definitiva do procedimento, a partir da fase de habilitação, da entidade SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., para as localidades de MATUPÁ, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA OLÍMPIA e PARANAÍTA, haja vista a não apresentação da declaração conforme o Anexo II do edital, conforme o acostado na citada NOTA/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 1389 - 2.17/2009 (Despacho do Ministro de 28.12.2009 - fl. 260).

4. Dar-se-á prosseguimento, portanto, às demais localidades, que se encontram, outrossim, na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela

Continuação da NOTA Nº 2402- 2.17/2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU

Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

5. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalva-se que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, *in verbis*:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação."

6. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO<sup>1</sup>:

"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito."

7. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

8. Preliminarmente à manifestação das possíveis homologações para as três localidades restantes, faz-se mister emitir juízo acerca das medidas adotadas pela CEL quanto à identificação de supostas infrações praticadas por algumas das licitantes, senão, veja-se.

9. A ata de reunião da CEL, de 11.11.2008 (Ata nº 093/2008 – fls. 215/219), detectou semelhança na formatação das propostas de preços de algumas empresas, o que poderia levar à dedução de que algumas delas detinham conhecimento sobre as propostas de outras. Por cautela, resolveu a CEL converter o julgamento em diligência, a fim de esclarecer as similitudes apontadas, quais sejam: (i) as propostas das empresas RÁDIO CLUBE FM ARENÓPOLIS LTDA e RÁDIO SOM DA TERRA LTDA. para a localidade de Nova Olímpia; (ii) as propostas de RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA. e de RÁDIO VERA LTDA.,

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481



para as localidades de Matupá, Nossa Senhora do Livramento e Nova Olímpia; e (iii) as propostas das entidades SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA., SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA., SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA., para a localidade de Nova Olímpia e entre essas três últimas e SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para a localidade de Paranaíta.

10. Embora as entidades tenham sido intimadas a se manifestar (inclusive, com publicação de avisos, conforme fl. 222 e fl. 225 do processo piloto), mantiveram-se inertes a respeito.

11. Em seguida, fora elaborada a INFORMAÇÃO Nº 19/2009/CEL-SSR/MC, acostada às fls. 226/228 do processo piloto (aprovada pela CEL por intermédio da Ata de Reunião Nº 074/2009 – fl. 229). Quanto à primeira semelhança, entre as propostas das empresas RÁDIO CLUBE FM ARENÓPOLIS LTDA e RÁDIO SOM DA TERRA LTDA, foram as mesmas preenchidas à máquina datilográfica; afirma a CEL que houve diligência, mas que, ao final, não se deparou com subsídios suficientes a que se pudesse concluir por alguma eventual fraude – afinal, o modelo utilizado para apresentação da proposta de preço fora justamente o extraído do edital; ademais, continua esse Órgão, *"as pessoas que subscrevem as propostas são diferentes, não há rubrica ou qualquer outro elemento ou traço que possa conduzir a uma conduta tipificada por lei como crime, ou que possa sustentar indício consistentes."* Realce-se que nenhuma das entidades ora citadas fora vencedora nas localidades a que concorreram.

12. Quanto às empresas RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA. e RÁDIO VERA LTDA. (segundo grupo), *"de igual forma não se verificam semelhanças ou fatos que possam conduzir a uma conclusão de que as empresas têm alguma comunicabilidade"*. Acrescente-se que houve a desclassificação da entidade RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA., haja vista sua dissolução (distrato social e baixa no CNPJ), conforme registrado na Ata Nº 009/2009 (fl. 223 do processo piloto).

13. Quanto ao terceiro grupo, é apontada, outrossim, semelhança entre a formatação das propostas das entidades SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA., SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA., SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTAL DA COMUNICAÇÃO LTDA. e SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA. Afirma a CEL na Informação em comentário: *"em que pese a maioria se auto intitular como sistemas de comunicação, da mesma forma que o primeiro [grupo de empresas] não tem qualquer elemento que possa vincular uma empresa a outra, seja o quadro societário, data de constituição, assinatura das propostas ou rubricas."* Aduz, todavia, o fato de duas destas empresas compartilharem o mesmo endereço - SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. e SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA.

14. Além do mais, fora identificado que as duas entidades *supra* constituíram mesmo procurador (GUSTAVO GROSZEWICZ) para representá-las no certame, a saber, as entidades SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. (fl. 38 do processo da entidade) e SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. (fl. 39 do processo da entidade).

15. Em conclusão, sugeriu-se que fossem desclassificadas as empresas SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. e SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA (mesmos endereço e procurador) e que fossem desconsideradas as suspeitas dirigidas às demais entidades, *"vez que não é possível se apontar indícios consistentes de crime"*.

16. Acatada a Informação da CEL, procedeu-se à desclassificação das entidades sugeridas, conforme Aviso publicado no DOU de 25.08.2009 (fl. 237 do processo piloto), não constando nos autos recursos em face desta decisão.

17. Faz-se imprescindível destacar, ainda, que nenhuma das empresas supracitadas (cujas propostas apresentaram alguma semelhança etc.) sagrara-se vencedora para as localidades a que concorreram.

18. Ato contínuo, foram os autos encaminhados a esta CONJUR, ao que se sucederam as homologações já apontadas para as localidades de Nortelândia e Paranaíta, além da anulação da habilitação da entidade SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., conforme já relatado nos parágrafos 2 e 3 do presente parecer.

19. Como já consignado, foi dada oportunidade às Interessadas para que se manifestassem, em observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa – embora tenham se mantido inertes, conforme já anunciado.

20. Primeiramente, deve ser salientado que a licitação pública é um procedimento que respeita certos princípios e diretrizes, sendo regida pela Lei 8.666, de 1993, cujo art. 3º, *caput*, aduz:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

21. É notório que para obtenção da proposta mais vantajosa, a competição entre os licitantes deve ser a mais ampla possível. Assim, qualquer conduta que possa restringir esta competitividade é contrária à legalidade e aos objetivos do próprio certame. O caráter competitivo das licitações é tão relevante que afrontá-lo é crime, segundo a Lei 8.666, de 1993, *in litteris*:

“Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”

22. A mesma lei criminaliza a quebra de sigilo das propostas:

“Art. 94. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.”

23. Quanto ao fato de um único procurador representar mais de uma licitante numa mesma concorrência, pode-se entender que não é o ideal. Por isso mesmo, o novo edital do Ministério das Comunicações veda tal possibilidade. Não obstante, o edital da Concorrência 097/2001 não traz proibição acerca de um mesmo procurador representar mais de uma proponente no certame.

24. Nas licitações de radiodifusão, por vezes, o procurador apenas comparece às sessões públicas, munido dos envelopes lacrados das licitantes. Neste caso, não haveria

afronta a princípios regentes do certame ou às normas pertinentes. Claro que tal fato pode consistir, em certos casos, em representação de interesses contrapostos. Aí sim, surge o problema.

25. O artigo 355 do Código Penal criminaliza o patrocínio infiel, *in verbis*:

"Patrocínio infiel

Art. 355 - Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

Patrocínio simultâneo ou tergiversação

Parágrafo único - Incorre na pena deste artigo o advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias."

26. Necessário que se especifique que em Direito Penal prevalece a ideia da tipicidade, isto é, somente é crime o fato típico, exatamente como delineado na lei. Não cabe analogia com relação à tipificação.

27. O jurista Julio Fabbrini Mirabete<sup>2</sup> explana:

"O crime do art. 355 somente pode ser praticado por advogado, que é o bacharel legalmente habilitado pela inscrição na Ordem dos Advogados, a defender interesses em juízo, ou por procurador judicial, a quem também é permitida tal atividade. [...]."

28. A jurisprudência citada pelo mesmo autor sinaliza que a inexistência de relação judicial e de traição de dever profissional descaracterizam o crime. Vejamos:

"Inexistência de relação judicial: crime não caracterizado - TACRSP: 'para a configuração do delito de patrocínio infiel exige-se que a conduta do agente seja praticada em relação a causa judicial (civil ou penal), de forma que a atuação extrajudicial do advogado ou procurador não pode dar lugar ao crime em questão, embora possa significar transgressão disciplinar.' (RT 580/352)

Inexistência de traição do dever profissional: crime não caracterizado-TACRSP: 'Incorre o delito de patrocínio infiel se o Advogado não trai o seu dever profissional, prejudicando interesse que lhe é confiado em causa judicial.' (RJDTACRIM 39/405).

Simple dano potencial: crime não caracterizado - TJSP: 'Patrocínio infiel. Inocorrência de efetivo prejuízo. Anulação do processo divisório em que se manifestaria. Simple dano potencial, elemento insuficiente para a consumação do delito. Ordem concedida para o trancamento da ação penal.' (RJTJESP 23/400-1)."

29. Vê-se que o dano potencial não basta para configuração do delito de patrocínio infiel, o que significa que seria mister a ocorrência de dano efetivo, isto é, efetivo patrocínio de interesse de uma licitante em detrimento da outra. Ademais, a jurisprudência é clara ao restringir a aplicação do dispositivo legal à atuação judicial, afastando a incidência do crime em caso de atuação extrajudicial.

30. Claro que se poderia argumentar que uma conduta que alcança tamanha reprovação a ponto de ser prevista no ordenamento jurídico como crime deveria, no mínimo, ter alguma repercussão em âmbito administrativo.

<sup>2</sup> MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código Penal Interpretado. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 2166.

31. Trata-se da preservação da moralidade no certame. Todavia, consoante já mencionado, o Edital não traz expressa vedação à eleição de procurador comum por diversas licitantes numa mesma concorrência pública.

32. A proibição deveria sim constar do Instrumento convocatório, tanto que foi incluída no novo modelo de edital dessa Pasta.

33. Porém, à medida que não consta a proibição, fica difícil penalizar as licitantes que se valeram de procurador comum, a menos que se comprove dano efetivo ao interesse de uma em detrimento de outra. Cláusulas editalícias devem contar com interpretação a mais favorável possível às licitantes, quando lhes faltar clareza. Em outros termos, nos casos cuja redação do Edital não seja clara, cristalina, não se pode requerer que a licitante faça interpretação extensiva. O Tribunal de Contas da União possui decisão no sentido de que deve prevalecer a interpretação mais favorável ao concorrente, se pairar dúvida sobre dispositivo do Instrumento convocatório:

"Análise:

A audiência se resume na resolução de duas questões: a possibilidade de se exigir do licitante certidão de inexistência de débitos não inscritos em dívida ativa e a exigência de certidões de regularidade fiscal não suficientemente especificadas no edital de licitação.

Quanto a esta última questão, entendemos que a forma de comprovação da regularidade fiscal deverá estar suficientemente detalhada no Edital, não cabendo à Comissão de Licitação fazer interpretação extensiva dos requisitos de habilitação presentes no instrumento convocatório.

Ainda assim, caso duas ou mais interpretações forem possíveis, deverão ser admitidos os licitantes que atenderem a quaisquer delas. Estes deverão ser habilitados, até mesmo, por isonomia, caso contrário, aqueles que não conhecerem a jurisprudência das Comissões restarão prejudicados.(...)"

(Acórdão 1848/2003 – Plenário) (grifos nossos).

34. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar a presença de dano efetivo decorrente da representação por procurador comum, bem como qualquer afronta ao sigilo das propostas, ao princípio da competitividade, à efetiva concorrência e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Se à coincidência de procurador entre proponentes associar-se a inobservância das normas e princípios que regulam o certame, não há que se falar em tolerância, em virtude disso.

35. No caso em tela, a Comissão Especial de Licitação aponta para coincidências e formatação na documentação e procurador comum com relação a algumas proponentes.

36. As propostas formuladas pelas empresas possuem identidade de formatação de empírica constatação, apresentando-se como indícios de que esse grupo de empresas, conhecendo as propostas de preço umas das outras, não leve a efeito um dos princípios mais caros à licitação, qual seja, o da efetiva concorrência entre as proponentes.

37. Todavia, não é o mesmo caso apontado pela Consultoria Jurídica com relação a entidades que ofertaram propostas escalonadas. Naquele caso, havia maiores coincidências, posto que além da identidade de formatação e procurador, havia ainda a identidade de denominação (rádios com firmas que remetiam a números, por exemplo, RÁDIO 810 LTDA, RÁDIO 1010 LTDA) e, mais grave, propostas de preço literalmente escalonadas, visto que iam sendo colocadas de forma decrescente, com diferença de dois ou três reais, sucessivamente. Note-se que havia um escalonamento em valores constantes da primeira à última proposta. A proximidade entre os preços era de tal ordem, que o coeficiente do valor ponderado das propostas das empresas resultava, por vezes, rigorosamente o mesmo, ensejando o sorteio. Assim, nestes casos (o que não fora

configurado no certame em análise), as coincidências eram maiores e evidenciavam mais claramente a ligação entre as empresas envolvidas, o que demandou sua desclassificação superveniente em diversas concorrências no Ministério das Comunicações, sem sequer se manifestarem, embora lhes tivesse sido ofertada a oportunidade de exercer o contraditório e a ampla defesa.

38. No caso que ora se examina, a Consultoria Jurídica entende que há menos coincidências, o que demanda maior cautela.

39. No que pertine às licitantes com o mesmo procurador, é de evidenciar, no caso em apreço, que o mesmo não fora responsável pela assinatura das propostas (mas, sim, os respectivos sócios-gerentes), o que poderia demandar que sua função restringira-se a apenas entregar os envelopes intactos. Assim, realce-se, a existência de procurador comum, *por si só*, não basta para configurar eventual fraude (mesmo porque não consta vedação editalícia); buscam-se, pois, mais elementos.

40. O que mais chama atenção é a *identidade de formação* das propostas técnicas e de preço. Mesmo intimadas a se manifestar, as entidades mantiveram-se inertes. Diante do quadro, decidiu a CEL por desclassificar as concorrentes SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. e SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA, visto que apresentaram: (i) mesmo endereço; (ii) idêntico procurador e (iii) semelhante formação de proposta – o que evidenciava, pois, indícios de conluio. Ainda assim, as entidades não recorreram da decisão. Opina-se, ainda, que deveria se averiguar se para tais licitantes há ou não a necessidade de aplicação de sanção administrativa (suspensão do direito de licitar ou declaração de inidoneidade ou multa).

41. Exaurida a análise quanto à decisão da CEL em desclassificar as entidades supramencionadas (objeto da referida INFORMAÇÃO Nº 19/2009/CEL-SSR/MC), constata-se que *há localidades para as quais não se sagraram vencedoras as empresas envolvidas nos indícios de conluio. Nessa esteira, não haveria sentido em atrasar o certame para estas localidades, uma vez que as vencedoras não estariam envolvidas na suposta fraude, senão, veja-se.*

#### I - MATUPÁ

42. Quando do último advento dos autos a esta CONJUR, fora elaborada a REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 88 – 2.17/2009 (fls. 102/102-v – processo da entidade Nº 53670.001086/2002), por intermédio da qual foram requisitadas diligências no sentido de (i) averiguar se à época da entrega da documentação de habilitação a entidade RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. (a que se sagrara vencedora) estava em atividade; e (ii) a necessidade de o contrato social ser visado por advogado (sendo que esta última exigência restou superada em virtude de novo posicionamento desta CONJUR em dispensá-la).

43. Em resposta, elaborou a CEL a Certidão de fl. 103, cujo teor certifica que a entidade em comento, por não possuir outorgas para exploração de serviços de radiodifusão, revelava-se inativa em 25 de abril de 2002, visto que não possuía outro objetivo social além da execução do citado serviço. Ainda sobre o tema, faz-se anexar extrato retirado do sítio eletrônico da Receita Federal, em que se verifica a situação cadastral ativa da entidade (fl. 111).

44. Em seguida, depara-se com documentos (fls. 104/109) a atestar o cumprimento da Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1/2006, além da Certidão de fl. 110, em que se declara a inexistência de recursos pendentes de análise.

Continuação da NOTA Nº 2402- 2.17/2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU

45. Ressalte-se, ainda, que deverá ser dado cumprimento ao disposto no item 12.2 do edital (fl. 40 do processo piloto), cujo teor versa sobre a necessidade de ser apresentada cópia do ato de assentimento prévio, nos seguintes termos *in verbis*:

"A proponente deverá apresentar à Comissão Especial de Licitação, até 30 (trinta) dias após a publicação da homologação do resultado da licitação, cópia do ato de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980."

46. Restadas cumpridas as exigências editalícias e uma vez que a entidade sagrada vencedora não está envolvida nas suspeitas de conluio a que se fez referência acima, opina-se pela homologação do certame para a localidade de MATUPÁ/MT, com adjudicação do objeto à licitante RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA., devendo a entidade providenciar o preenchimento do item 12.2 do edital (assentimento prévio), conforme mencionado no parágrafo 45 *supra*.

## II – NOVA OLÍMPIA

47. Quanto à localidade de Nova Olímpia, inicialmente havia se sagrado vencedora a entidade SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., no entanto, conforme já anunciado, fora a sua habilitação anulada; em segundo lugar, consta a entidade E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. (fl. 104 do processo desta entidade Nº 53670.001101/2002).

48. Nos autos em questão fora emitida requisição (REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 93-2.17/2009 – fl. 105 do processo da entidade), de modo a que o contrato da entidade fosse devidamente visado por profissional de advocacia – o que restou prejudicado, conforme novo posicionamento desta CONJUR.

49. Às fls. seguintes verificam-se extratos que foram anexados pela CEL, em cumprimento à já mencionada Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1/2006; por fim, à fl. 113, depara-se com Certidão em que se declara a inexistência de recursos pendentes de análise. Ressalta-se, todavia, que a consulta à fl. 106 foi formulada com argumento de pesquisa equivocado ("F E F COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA."), uma vez que o nome da entidade vencedora é "E.F. COMUNICAÇÕES LTDA", o que deve ser sanado.

50. Uma vez que restaram cumpridas as exigências editalícias e que a entidade sagrada vencedora não está envolvida nas suspeitas de irregularidades, opina-se pela homologação do certame para a localidade de NOVA OLÍMPIA/MT, com adjudicação do objeto à licitante E.F. COMUNICAÇÕES LTDA., devendo a entidade providenciar o preenchimento do item 12.2 do edital (assentimento prévio), consoante mencionado no parágrafo 45 *supra*.

## III – NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

51. No que concerne à localidade de Nossa Senhora do Livramento, inicialmente havia se sagrado vencedora a entidade SINTELCOM – SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., no entanto, conforme já anunciado, fora a sua habilitação anulada; em segundo lugar, consta a entidade RÁDIO VERA LTDA (fl. 133 do processo desta entidade Nº 53670.01095/2002).

Continuação da NOTA Nº 2402- 2.17/2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU

52. Insta mencionar que houve interposição de recurso pela entidade SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. em face da habilitação da entidade RÁDIO VERA LTDA – recurso que fora conhecido, mas não provido, conforme Despacho do Exmo. Ministro de 08.07.2004 (fl. 78 do processo da entidade), fundamentado no PARECER/MC/CONJUR/BRN/Nº 0718-2.21/2004 (fl. 73-75).

53. Registre-se, ainda, que a entidade RÁDIO VERA LTDA. fora apontada na INFORMAÇÃO Nº 19/2009/CEL-SSR/MC, por apresentar a formatação da proposta semelhante a da entidade RÁDIO TAUÁ DE GUIRATINGA LTDA. (a qual fora posteriormente desclassificada, consoante já anunciado no parágrafo 12 da presente peça). Verifica-se, também, ao consultar os processos de ambas as entidades, que as mesmas detinham o mesmo procurador, a saber, ANTONIO GOMES TRIUNFO (fl. 40 e fl. 41, respectivamente, dos processos das entidades). Ocorre que as propostas das entidades não foram assinadas pelo procurador citado – o que leva a concluir, outrossim, que sua função possa ter se restringido apenas à entrega dos envelopes, além do que, conforme sobejamente apontado, não há vedação no edital. Nesse sentido, opinou a CEL por desconsiderar as suspeitas envolvendo as empresas citadas, haja vista a inexistência de indícios mais robustos, diferentemente das entidades desclassificadas – o que pareceu razoável.

54. Nos autos em questão fora emitida requisição (REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/ACO/Nº 92-2.17/2009 – fl. 134 do processo da entidade), de modo a que o contrato da entidade fosse devidamente visado por profissional de advocacia – o que restou prejudicado, conforme novo posicionamento desta CONJUR.

55. Às fls. seguintes verificam-se extratos que foram anexados pela CEL, em cumprimento à já mencionada Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1/2006; por fim, à fl. 141, depara-se com Certidão em que se declara a inexistência de recursos pendentes de análise. Ressalta-se, todavia, que a consulta à fl. 134 foi formulada com argumento de pesquisa equivocado (“RÁDIO CLUBE DE VERA CRUZ LTDA.”), uma vez que o nome da entidade vencedora é “RÁDIO VERA LTDA”, o que deve ser sanado.

56. Também no presente caso restaram cumpridas as exigências editalícias, opinando-se, pois, pela homologação do certame para a localidade de NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, com adjudicação do objeto à licitante RÁDIO VERA LTDA., devendo a entidade providenciar o preenchimento do item 12.2 do edital (assentimento prévio), segundo o mencionado no parágrafo 45 *supra*.

57. Deve ser corrigida a numeração dos autos, a partir da fl. 133.

#### IV – DA CONCLUSÃO

58. Em razão do exposto, opinamos pelo seguinte:

I – Que a CEL averigüe a necessidade de se aplicar às entidades desclassificadas SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO NORTE MATO-GROSSENSE LTDA. e SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. sanção administrativa (suspensão do direito de licitar ou declaração de inidoneidade ou multa), em razão do exposto na INFORMAÇÃO Nº 19/2009/CEL-SSR/MC;

II - Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Matupá/MT, com adjudicação do objeto à entidade RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.;

III - Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Nova Olímpia/MT, com adjudicação do objeto à entidade E.F COMUNICAÇÕES LTDA.; e

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Continuação da NOTA Nº 2402- 2.17/2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU

IV - Pela HOMOLOGAÇÃO do certame para a localidade de Nossa Senhora do Livramento/MT, com adjudicação do objeto à entidade RÁDIO VERA LTDA.

58. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Excelentíssimo Ministro das Comunicações e, após, à CEL, para providências ulteriores.

À consideração superior.

Brasília, 30 de novembro de 2010.

*Camila Lorena L S Medrado*  
CAMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO  
Advogada da União  
Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos

De acordo. Ao Gabinete do Excelentíssimo Ministro das Comunicações e, após, à CEL, conforme o sugerido.  
Em 01/12/10.

*Edio Henrique de A. J. e Azevedo*  
ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO  
Consultor Jurídico



CONJUR  
Fls. 117  
Rubrica  
Comunicações

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**GABINETE DO MINISTRO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 8.12.10

**DESPACHO DO MINISTRO**

Em 01 de 12 de 2010.

Polho a NOTA Nº 2402-2.17/2010/CLL/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** o certame, promovendo as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

  
**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**  
Ministro das Comunicações

**ANEXO ÚNICO**

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
097/2001	MT	MATUPÁ	FM	RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA.	53670.001086/02
097/2001	MT	NOVA OLÍMPIA	FM	E.F COMUNICAÇÕES LTDA.	53670.001101/02
097/2001	MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	FM	RÁDIO VERA LTDA.	53670.001095/02

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em \_\_\_\_\_

EM BRANCO

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53670.001086/02 documentação  
a seguir constituída de 01 folhas,  
que assim numersei: 118, 119, 120  
Data: 07.08.02  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: [assinatura]



II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.º 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.º 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Fim do prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.262, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Assis, Estado de São Paulo, canal 58 - (cinquenta e oito, decalado para menos).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios  
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.º 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.º 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Fim do prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.263, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Lins, Estado de São Paulo, canal 50A - (cinquenta, decalado para mais).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios  
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.º 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.º 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Fim do prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.264, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Jales, Estado de São Paulo, canal 55 (cinquenta e cinco).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios  
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma n.º 01/2001, aprovada pela Portaria MC n.º 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Fim do prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 1º de dezembro de 2010

Acolho a NOTAM Nº 2341-2.17/2010/PBS/CGAA/CONJUR-MC/AGU, Considerando inexistir provimento judicial ou determinação exarada pelo Tribunal de Contas da União determinando a suspensão do trâmite administrativo concernente à Concorrência nº 029/2001-SSR/MC e embasado no juízo de conveniência e oportunidade determino a continuidade da Concorrência nº 029/2001-SSR/MC para as localidades constantes do Anexo Único.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROFONTE ANULADA	Nº DO PROCESSO
029/2001	SP	GUARUJÁ E TABUA-TE	FM	RÁDIO E TV SCHAFF LTDA	53678.000492/01

Acolho a NOTAM Nº 2402-2.17/2010/CLL/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO o certame, promovendo as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROFONTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
097/2001	MT	MATUPÁ	FM	RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA	53678.001086/02
097/2001	MT	NOVA OLÍMPIA	FM	E.F. COMUNICAÇÕES LTDA.	53678.001101/02
097/2001	MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	FM	RÁDIO VERA LTDA.	53678.001095/02

Em 2 de dezembro de 2010

Processo nº 53650.000709/1998.

Adoto o PARECER Nº 0957-1.03/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU. Encaminhe-se cópia do presente processo ao Exmo. Sr. Advogado-Geral da União, para que seja providenciado o ajustamento da ação judicial visando o cancelamento da outorga, nos moldes do exposto pelo Parecer Jurídico mencionado.

Processo nº 53680.000099/1998.

Adoto o PARECER Nº 0956-1.03/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU. Encaminhe-se cópia do presente processo ao Exmo. Sr. Advogado-Geral da União, para que seja providenciado o ajustamento da ação judicial visando o cancelamento da outorga, nos moldes do exposto pelo Parecer Jurídico mencionado.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 23 de setembro de 2010

Nº 8.669 -

Ref.: Processos nº 53512.000189/2004 e 53512.000261/2004.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - Oi, CNPJ/MF nº 33.000.118/0002-50, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 04, Região 1, do Plano Geral de Outorga (PGO), contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho nº 7.991/2009-CD, de 12 de novembro de 2009, nos autos dos Processos em epígrafe, instaurados para averiguação de descumprimentos de disposições do Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ), aprovado pela Resolução nº 30, de 29 de junho de 1998, decidiu, em sua Reunião nº 579, realizada em 16 e 21 de setembro de 2010, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 448/2010-GCAB, de 2 de setembro de 2010.

Em 12 de novembro de 2010

Nº 10.491 -

Ref.: Processo nº 53500.002353/2004.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração, a Manifestação e Alegações Adicionais interpostos pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, Concessionária do STFC, Setor 12 do Plano Geral de Outorgas - PGO, CNPJ/MF nº 33.000.118/0010-60, em face da decisão do Superintendente de Serviços Públicos, exarada no Despacho nº 5562/2008/PBQID/PBQI/SPB, de 23 de dezembro de 2008, decidiu, com base nas razões e justificativas constantes da Análise nº 510/2010-GCAB, de 14 de outubro de 2010, em sua Reunião nº 585, realizada em 4 de novembro de 2010: i) conhecer do Recurso Administrativo, por ter preenchido as condições de admissibilidade, para, no mérito, negar-lhe provimento; e ii) receber o Pedido de Reconsideração, a Manifestação e as Alegações Adicionais como petições apresentadas no exercício do direito assegurado no artigo 5º,

inciso XXXIV, alínea "a", da Constituição Federal e, no mérito, indeferir os pedidos ali constantes.

Nº 10.494 -

Ref.: Processo nº 53500.023834/2008.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela Telecomunicações de São Paulo S/A, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, Setor 34, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por intermédio do Despacho nº 8.758/2009-CD, de 14 de dezembro de 2009, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação do descumprimento de metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC, decidiu, em sua Reunião nº 585, realizada em 29 de outubro de 2010, conhecer do Pedido para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 520/2010-GCAB, de 21 de outubro de 2010.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 7.846, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

Autorizar J. F. RACING, S/C LTDA, CNPJ nº 97.383.137/0001-04 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 02/12/2010 a 06/12/2010.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

ATO Nº 7.847, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

Autorizar VICAR PROMOCOES DESPORTIVAS S.A., CNPJ nº 00.532.511/0001-54 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Pinhais/PR, no período de 02/12/2010 a 10/12/2010.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

ATO Nº 7.848, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

Autorizar a(o) Embaixada da República Dominicana a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Manaus/AM, no período de 01/12/2010 a 06/12/2010.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

PUBLICADO NO DIÁRIO  
OFICIAL DE 21/12/10  
Página: 84 Seção: 1  
ANOTADO POR: *for*



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1359 ,DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001086/2002, Concorrência nº 097/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Matupá, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE



Ministério das Comunicações - SCE  
Fls 120  
Rubrica 2

**PORTARIA Nº 1.357, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.000351/2002, Concorrência nº 088/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Portal de Caxias Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Teresina, Estado do Piauí. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

**PORTARIA Nº 1.358, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001095/2002, Concorrência nº 097/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Vera Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

**PORTARIA Nº 1.359, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº

52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001086/2002, Concorrência nº 097/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Matupá, Estado de Mato Grosso. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

**PORTARIA Nº 1.360, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001101/2002, Concorrência nº 097/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à E.F. Comunicações Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

**PORTARIA Nº 1.372, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria MC nº 1.253, de 2 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2010, Seção 1, página 54.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

**DESPACHOS DO MINISTRO**

Em 20 de dezembro de 2010

Acolho a NOTA/Nº 2502 - 2.17 / 2010/PBS/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a adjudicação proposta, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

**ANEXO ÚNICO**

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
135/1997	MG	MONTE AZUL	FM	RBC - REDE BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	53710.000228/98

Acolho a NOTA/Nº 2502 - 2.17 / 2010/PBS/CGAA/CONJUR-MC/AGU, de sorte a CONHECER e DAR PROVIMENTO AO PEDIDO DE DESISTÊNCIA formulado pela empresa Rádio Difusora Phoenix S/C Ltda., conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

**ANEXO ÚNICO****MANIFESTAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA**

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	MANIFESTANTE	PROCESSO
135/1997	MG	UBERABA	OM	RÁDIO DIFUSORA PHOENIX S/C LTDA.	53710.000199/08

Acolho o PARECER Nº 0977 -2.29/2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, de sorte a não conhecer da manifestação interposta pela empresa DISMAF DISTRIBUIDORA DE MANUFATURADOS LTDA., por não configurar hipótese de supervisão ministerial que ensejaria a apreciação da matéria nesta Pasta Ministerial.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria nº 1.337, de 16 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 20 subsequente, seção 1, página 782, onde se lê: Processo nº 53000.0131915/2010, leia-se: Processo nº 53000.013915/2010.

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR****CONSULTA PÚBLICA Nº 50, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010**

Proposta de Revisão do Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada, aprovado pela resolução nº 402, de 27 de abril de 2005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35, do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS GERÊNCIA DE REGULAÇÃO - PVSTR CONSULTA PÚBLICA Nº 50, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010**

Proposta de Revisão do Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada  
Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca

70070-940 - Brasília - DF - Fax: (61) 2312-2002

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

RONALDO MOTA SARDENBERG

Presidente do Conselho

**CONSULTA PÚBLICA Nº 52, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010**

Proposta de Regulamento de Acompanhamento e Controle de Bens, Direitos e Serviços Vinculados à Concessão, em substituição ao Regulamento de Controle de Bens Reversíveis, aprovado pela Resolução nº 447, de outubro de 2006.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35, do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou por meio da Reunião nº 592, de 16 de dezembro de 2010, submeter a comentários e sugestões do público geral, nos termos do art. 42 de Lei nº 9.472, de 1997, do art. 67 do Regulamento da Anatel, e do constante dos autos do processo nº 53500.002058/2008, a Proposta de Regulamento de Acompanhamento e Controle de Bens, Direitos e Serviços Vinculados à Concessão, em substituição ao Regulamento de Controle de Bens Reversíveis, aprovado pela Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006.

O texto completo da Proposta de Regulamento de Acompanhamento e Controle de Bens, Direitos e Serviços Vinculados à Concessão, em substituição ao Regulamento de Controle de Bens Reversíveis, aprovado pela Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006, estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível em <http://www.anatel.gov.br/>, relativo a esta Consulta Pública, até às 24 horas do dia 18 de março de 2011.

Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 18 horas do dia 16 de março de 2011, para:

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL****SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SPB CONSULTA PÚBLICA Nº 52, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010**

Proposta de Regulamento de Acompanhamento e Controle de Bens, Direitos e Serviços Vinculados à Concessão, em substituição ao Regulamento de Controle de Bens Reversíveis, aprovado pela Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006.

Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca

70070-940 - Brasília - DF - Fax: (61) 2312-2002

Telefone: 0800 33 2001

Correio eletrônico: [biblioteca@anatel.gov.br](mailto:biblioteca@anatel.gov.br)

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

RONALDO MOTA SARDENBERG

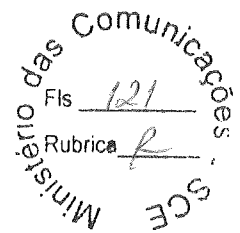
**ATO Nº 65.786, DE 2 DE JULHO DE 2007**

Processo nº 535080168092006 - Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de caducidade das autorizações para exploração do Serviço Radiomador, de interesse restrito, por descumprimento do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução nº 255, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Fielat	CNPJ/CPF
ADEMIA FRANCISCO DE OLIVEIRA	50011196858	576.168.687-20
ADENILSON DE OLIVEIRA QUINTANILIA	01033439894	927.147.227-68
ADRIANO FELIPE DE ASSIS	50013914405	086.096.007-26
ADRIENE MARQUES CORREA	50013803328	055.645.707-23
ALBERTO DA SILVA MANOEL	01000383601	039.644.267-68
ALCIMAR MARTINS RODRIGUES	50004565053	800.025.877-34
ALCIONE RODRIGUES	01031520759	532.772.367-49
ALCYR RICARDO DE BARROS CORDEIRO	50013799207	082.083.757-13
ALEXANDRE PEDROZA	50401745783	022.807.127-50
ALFREDO JOSE DE ANDRADE BARROS	01020330724	262.479.687-87
ALINE DE LIMA BATISTA	50002377900	030.053.597-00
ALINE MARQUES CORREA	50013803166	051.586.317-35
ALVARO GUILHERME ALVES CORREA	01020476931	345.903.667-20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010122100084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BL. R, ANEXO B, SALA 300  
CEP:: 70044-900 – BRASÍLIA-DF  
TEL:: 3311-6000 – FAX: 3311-6617

Processo n.º **53670.001086/02**

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 1359, de 17 de dezembro de 2010, no Diário Oficial da União de 21 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

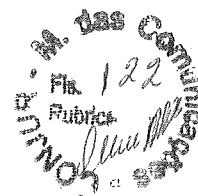
Brasília, 21 de dezembro de 2010.

**CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE**

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



COTA nº 0345/2011/RZL/CONJUR-MC/AGU  
Processo nº 53670.001086/2002-31 (cópia 1)  
Interessado: RADIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA

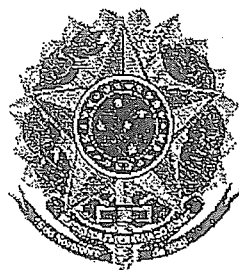
Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Após nova análise dos autos do processo em epígrafe solicitada por essa Secretaria, esclareço que não se verificou óbice jurídico ao prosseguimento do feito, bem como informo a regularidade da minuta de ato anexa aos autos, conforme a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 21 de julho de 2011.

Rodrigo Zerbone Loureiro  
Consultor Jurídico



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 097/2001 - SSR/MC

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

PERMISSÃO DE FM

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large loop and a trailing stroke.

---

Brasília-DF, Dezembro de 2001





## ÍNDICE

1. OBJETO
2. DISPOSIÇÕES INICIAIS
3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
9. ABERTURA E APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
14. PENALIDADES
15. DISPOSIÇÕES FINAIS
16. ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



CONCORRÊNCIA N.º 097/2001 – SSR/MC  
EDITAL

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado por seu Titular, torna público que estará recebendo dos interessados em participar desta Licitação, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, nas localidades indicadas no ANEXO I, na data de 11/03/02, às 09:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações, no Estado de Goiás, situada à Rua 13, nº 618, 1º Andar – Setor Oeste – Goiânia/GO – CEP 64120-060.

A licitação, na modalidade Concorrência, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27/08/62, pelo Decreto-lei nº 236, de 20/05/63, pela Lei nº 5.785, de 23/06/72, pelo Decreto nº 52.026, de 20/05/63, pelo Decreto nº 52.795, de 31/10/63 e suas alterações, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

## 1. OBJETO

1.1 O objeto desta Concorrência é a outorga de Permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, em cada uma das localidades indicadas no ANEXO I, pelo prazo de 10 (dez) anos.

## 2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer consultas sobre o conteúdo do Edital e de seus Anexos, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente ou através de objeto registrado, via postal, na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado de Goiás, situado conforme a seguir indicado, até 20 (vinte) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

Externamente:

Ao  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
Licitação de Radiodifusão - SSR/MC  
Rua 13, nº 618, 1º Andar  
Setor Oeste  
Goiânia/GO  
CEP 64120-060.



Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens dos documentos questionados;
- c) fundamentação do pedido;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas até cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, fazendo publicar no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no Estado, o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na salas de vistas das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os nas Secretarias das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a formulação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, a autoridade signatária do Edital fará publicar no Diário Oficial da União, aviso de alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, com prazo não inferior àquele inicialmente estabelecido para esse fim.

2.4 O Ministro das Comunicações se reserva o direito de revogar a licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão. Deverá anulá-la diante de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.4.1 O recurso contra o ato de revogação ou anulação da licitação observará o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "c" e § 4º da Lei n.º 8.666/93.

2.4.2 Não caberá qualquer indenização às proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada não houver expediente normal na referida Delegacia do Ministério das Comunicações, considerar-se-á o evento transferido para o primeiro dia útil seguinte, salvo manifestações em contrário da autoridade competente previamente divulgada.

2.6 A proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, que participar de licitação em várias localidades e sendo a vencedora, terá a quantidade de outorgas computadas a



partir da assinatura, pelo Ministro das Comunicações, dos atos de outorga referentes às primeiras localidades, até atingir o limite de outorgas estabelecido no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67 e, será desclassificada nas demais localidades.

### 3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação e Propostas.

3.2 O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a proponente que, mesmo indicando falhas ou irregularidades que o viciaram, não o fizer no prazo estabelecido no subitem 3.1, hipótese em que a correspondente comunicação não terá efeito de recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a preparação da Documentação de Habilitação e das Propostas a Comissão Especial de Licitação divulgará aviso no Diário Oficial da União, e reabrirá o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas.

### 4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Em consonância com o art. 7º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, poderão participar desta licitação:

4.1.1 As sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, sejam subscritas exclusivamente por brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida;

4.1.2 As Fundações.

4.2 É vedada a participação na licitação de pessoa jurídica que se enquadrar nas seguintes situações:

4.2.1 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, que esteja com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

4.2.2. Cujas falências haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata;

4.2.3 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto de execução do serviço, ou que venha a exceder os limites previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28/02/67.



4.3 Cada proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação por Edital. As Propostas Técnica e as Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individual e separadamente por localidade de execução do serviço.

4.4 Não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

4.5 Para os efeitos da presente licitação e da contratação respectiva é vedada a subpermissão.

## 5. REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

5.1 Para habilitar-se, a proponente estará obrigada a satisfazer as exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões, declarações e atestados a seguir especificados.

5.2 A proponente deverá provar sua Habilitação Jurídica com a apresentação de:

5.2.1 Ato constitutivo e suas alterações, ou a sua consolidação, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviço de Radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; no caso de Fundações, apresentar, também, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria;

5.2.2 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes.

5.2.3 Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, dos sócios e dirigentes da proponente, feita mediante a apresentação, somente, de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional, carteira de identidade, ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de reconhecimento de igualdade de direitos civis;

5.2.4 Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas; as certidões deverão ser firmadas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas;

5.2.5 Prova de que os dirigentes estão QUITES com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral;

5.3 A proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.3.1 Para as proponentes em atividade, apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da

lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

5.3.2 Para as proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial;

5.3.3 A proponente será considerada em boa situação financeira, e portanto apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quando o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura, devidamente atualizado, apresentados na forma dos subitens 5.3.1 e 5.3.2, comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

5.3.4 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelos distribuidores da sede da proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 90 (noventa) dias daquela referida no preâmbulo deste Edital;

5.4 A proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

5.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ/MF, no cadastro de contribuintes estadual e no cadastro de contribuintes municipal, relativos à sede da pessoa jurídica;

5.4.1.1 A proponente, cuja sede estiver localizada em Municípios e Estados onde haja isenção de inscrição, deverá apresentar Declaração de Isenção emitida pelo órgão competente;

5.4.2 Prova de regularidade relativa a:

a) Previdência Social;

b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

5.4.3 Certidão de regularidade fiscal passada por órgão do lugar da sede da proponente, ou equivalente, na forma da lei:

a) da Receita Federal ;

b) da Procuradoria da Fazenda Nacional;



c) da Fazenda Estadual ou do Distrito Federal e;

d) da Fazenda Municipal

5.4.4 Os documentos exigidos nos subitens 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3 deverão ter validade na data de recebimento das propostas;

## 6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, por localidade de execução do serviço, informando:

6.1.1 Tempo total diário de funcionamento da emissora, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.1, preenchendo o item 1 (um) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.2 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.2 do Edital, preenchendo o item 2 (dois) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.3 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado ao serviço noticioso, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.3 do Edital, preenchendo o item 3 (três) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.4 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.4 do Edital e preenchendo o item 4 (quatro) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.5 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.5 do Edital e preenchendo o item 5 (cinco) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.6 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.6 do Edital, preenchendo o item 6 (seis) do modelo apresentado no ANEXO III.

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelos dirigentes da proponente

6.3 A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

6.4 A Proposta Técnica apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante dele.

## 7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço, deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, que será pago em duas parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O pagamento da primeira parcela deverá ser comprovado por ocasião da assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, e a segunda parcela deverá ser paga no prazo de até doze meses a contar da data do referido contrato.

7.4 O valor proposto para pagamento da outorga não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado para a outorga, estabelecido no ANEXO I.

7.5 A Proposta de Preço pela Outorga apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante deste.

## 8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

8.1 A proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação, mesmo que deseje apresentar Propostas para mais de 1 (uma) localidade de execução do serviço objeto deste Edital.

8.1.1 As Propostas Técnicas e Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individualmente e separadas para cada uma das localidades de prestação do serviço objeto deste Edital, de interesse da proponente.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

a) da documentação prevista no subitem 5.2.1 deste Edital, no caso de dirigente(s);

8



b) de instrumento público ou particular de mandato, neste último caso com firma reconhecida, conforme Modelo do ANEXO VI, a ser entregue em separado, no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas respectivas, no caso de procurador(es).

8.2.1.1 Em qualquer caso, o(s) responsável(eis) pela entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas deverá(ão) apresentar, no ato respectivo, sua carteira de identidade ou documento equivalente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como Conjunto nº 1, Conjunto nº 2 e Conjunto nº 3, sendo os 2 (dois) últimos, por localidade de prestação de serviço de interesse da proponente, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

<b>CONJUNTO Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b> <b>Edital da Concorrência nº 001/01 – SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</b>	
Localidade(s) de Prestação do Serviço: Serviço/UF:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p style="text-align: center;"><b><u>Conteúdo:</u></b></p> <b>Conjunto nº 1 – Documentação de Habilitação:</b> <b>Habilitação Jurídica</b> <b>Qualificação Econômico-Financeira</b> <b>Regularidade Fiscal</b>	

<b>CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA</b> <b>Edital da Concorrência nº 001/01 – SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</b>	
Localidade de Prestação do Serviço: Serviço/UF:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p style="text-align: center;"><b><u>Conteúdo:</u></b></p> <b>Conjunto nº 2:</b> <b>Proposta Técnica</b>	

*[Handwritten signature]*

<p align="center"><b>CONJUNTO Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA</b>  <b>Edital da Concorrência nº 001/01 – SSR/MC</b>  <b>SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</b></p>	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Serviço/UF:	
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p align="center"><b><u>Conteúdo:</u></b></p> <p><b>Conjunto nº 3:</b>  <b>Proposta de Preço pela Outorga</b></p>	

8.3.1 A inclusão, pela proponente, entre os Documentos de Habilitação ou das Propostas, de qualquer elemento que implique violação do sigilo de uma delas, acarretará em desclassificação.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no item 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital, constem de um índice visando a facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações e atestados, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga, não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas e, deverão ser preferencialmente, datilografadas ou impressas em papel tamanho A4 (A quatro), com, até, 44 linhas por página e letras no tamanho 14 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, deverá ser apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da proponente no rodapé de cada folha, devendo, preferencialmente, cada uma das folhas estar numerada seqüencial e continuamente, por Conjunto, no ângulo superior direito.

8.8 Os documentos deverão ser apresentados em via original ou cópia legível autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou, quando for o caso, na forma de publicação em órgão da imprensa oficial.

8.9 As procurações e as declarações apresentadas na forma prevista neste Edital deverão, sob pena de não aceitação, se fazer acompanhar de comprovação, na forma da lei, de que

seus signatários têm, no âmbito da sociedade outorgante ou declarante, poderes bastantes para a prática daquele ato.

## 9. ABERTURA E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação e das Comissões de Assessoramento Técnico, bem como os trabalhos a serem por elas desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria MC nº 811, de 29/12/97, DOU de 30/12/97; suas alterações, legislação específica; bem como o estabelecido neste Edital.

9.2 É facultada às Comissões, autorizadas pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no original da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões das Comissões, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de reunião pública, também, pelos representantes legais das proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente solicitará aos representantes legais das proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, confrontando com os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigue a sua substituição.

9.4.1.1 Cada proponente poderá ter mais de 1 (um) representante legal para rubricar os invólucros fechados e os documentos, após a abertura dos invólucros, que agirão sempre isoladamente.

9.4.1.2 O representante legal poderá manifestar-se em nome da proponente, bem como rubricar os invólucros fechados, a Documentação de Habilitação e as Propostas das demais proponentes, referentes apenas a(s) localidade(s) de prestação do serviço de seu interesse.

9.4.2 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente determinará a inclusão em ata, quando necessário, de eventuais manifestações dos representantes das proponentes, reduzindo-as a termo, o qual ficará anexo à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão. Não será admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das proponentes. O Presidente, para boa ordem dos trabalhos, fará as advertências cabíveis, inclusive, se não atendido, solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento da sessão.

9.4.4 No dia, hora e local designados para as sessões públicas, a Comissão receberá, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga por localidade de prestação de serviço, em invólucros distintos, de acordo com o



Capítulo 8 deste Edital, que serão rubricados em todas as partes coladas, pelos representantes legais das proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

9.4.5 O Presidente, anunciará o nome de cada proponente, estabelecendo o critério para a abertura do Conjunto nº 1 - Documentação de Habilitação.

9.4.6 Após a abertura do(s) Conjunto(s) nº 1, por localidade, e rubrica dos Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação das proponentes para verificação.

9.4.7 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação, para os fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação.

9.5 A Comissão Especial de Licitação analisará, pela ordem, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo a publicação dos conceitos de **Habilitada** e **não Habilitada**, resultantes da análise, no Diário Oficial da União, intimando as proponentes para:

- a) interposição de recurso contra habilitação de terceiros;
- b) interposição de recurso contra a própria inabilitação.

9.5.1 Superada esta etapa da fase de habilitação, a Comissão Especial de Licitação publicará Aviso no Diário Oficial da União, intimando as proponentes para:

- a) apresentação de impugnação a recursos interpostos.

9.5.2 A publicação de que trata o subitem anterior, para os fins de cientificação das proponentes, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a Unidade da Federação (UF);
- b) a localidade de execução do serviço;
- c) o número da Concorrência;
- d) o serviço ou serviços objeto de cada Concorrência;
- e) a indicação de existência ou não de recurso por localidade/concorrência/serviço.

9.5.3 A relação dos nomes de recorrentes contra a habilitação de terceiros e contra a própria inabilitação, com a indicação dos respectivos concorrentes com documentos questionados, será fornecida diretamente pela Comissão de Assessoramento Técnico - CAT e disponibilizada no site do Ministério das Comunicações na Internet ([www.mc.gov.br](http://www.mc.gov.br)).

12

9.6 A proponente julgada inabilitada fica impedida de participar das fases subsequentes da licitação.

9.6.1 Após a fase de habilitação, serão devolvidos à proponente inabilitada, fechados, os invólucros relativos à sua Proposta Técnica (Conjunto nº 2) e Proposta de Preço pela Outorga (Conjunto nº 3), desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.

9.7 Ultrapassada a fase de habilitação, as proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecidos após a habilitação.

## 10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.

10.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação da Documentação de Habilitação ou após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a Sessão Pública para abertura das Propostas Técnicas.

10.2. No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas Técnicas, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas e das Propostas de Preço pela Outorga, intactas, das proponentes inabilitadas na fase anterior, abrindo posteriormente, por localidade, as Propostas Técnicas (Conjuntos nº 2) das proponentes habilitadas.

10.2.1 Após a abertura dos Conjuntos nº 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido habilitada para aquela localidade, será informado pelo Presidente a data de início de vista aos processos.

10.2.2 O resumo dos atos praticados durante a sessão será lavrado em ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

10.3 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade da Proposta Técnica de cada uma das proponentes com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada proposta, por localidade de prestação do serviço, procedendo ao cálculo, conforme estabelecido no subitem 10.7 deste Edital.

10.4 Somente serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem, pelo menos, a pontuação de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no Decreto nº 52.795/63, alterado pelo Decreto nº 2.108/96, de 26/12/96 - Regulamento de Serviços de Radiodifusão.

10.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado da avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata. O resultado da avaliação das Propostas Técnicas será publicado, por localidade de prestação do serviço, no Diário Oficial da União, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

10.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos, ou manifestamente inexecutável e incompatível com os objetivos da licitação.

#### 10.7 CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

10.7.1 Para a pontuação das Propostas Técnicas das proponentes habilitadas, por localidade de prestação do serviço, será atribuída a seguinte pontuação:

10.7.1.1 A pontuação P1 relativa ao tempo total diário de programação da emissora (Tt), em horas, observado o tempo mínimo de funcionamento fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e suas alterações, será:

- a)  $P1 = 0,75 \times (Tt - 16)$  pontos, para  $16 < Tt \leq 24$
- b) Condição Mínima: Tt = 16 horas

10.7.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.4, será:

- a)  $P2 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$ , para  $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima: T = 5%

10.7.1.3 A pontuação P3 relativa ao tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.5., será:

- a)  $P3 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$ , para  $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima: T = 5%

10.7.1.4 A pontuação P4 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.2., será:

- a)  $P4 = 78,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$ , para  $2\% \leq T \leq 4\%$
- b) Condição Mínima: T = 2%

10.7.1.5 A pontuação P5 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da Outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.3., será:



a)  $P5 = 18,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$ , para  $2\% \leq T \leq 4\%$

b) Condição Mínima:  $T = 2\%$

10.7.1.6 A pontuação P6 relativa ao prazo em meses (Pz), para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, será:

a)  $P6 = 8 + 40 \times [(36 - Pz) / (36 + Pz)]$ , para  $9 \leq Pz \leq 36$

B) Condição Mínima:  $Pz = 36$  meses

10.7.2 A programação constante da Proposta Técnica não deverá conter os percentuais relativos aos limites de tempo fixados e exigidos para cada tipo de programação, conforme determinado pelo art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

10.7.3 A valoração da Proposta Técnica da proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 10.7.1., conforme a seguir:

$PT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6)$  pontos.

10.8 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

## 11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

11.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação das Propostas Técnicas ou, após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga.

11.2 No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas de Preço pela Outorga, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas, intactas, das proponentes cuja Proposta Técnica tenha sido desclassificada, por localidade de prestação do serviço.

11.3 Proceder-se-á então à abertura dos Conjuntos nº 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido classificada naquela localidade.

11.4 A análise da Proposta de Preço pela Outorga será iniciada pela verificação de sua conformidade com o Edital e seus Anexos.

11.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, ou financeiramente incompatível com os objetivos da Licitação, em especial as de valor zero, as de valor simbólico ou irrisório e aquelas cujo valor seja incompatível com os custos envolvidos na execução.

11.5 Será atribuída a pontuação à Proposta de Preço pela Outorga, por localidade, das proponentes, cujas Propostas Técnicas tenham sido classificadas. O critério de pontuação utilizará a seguinte fórmula:

$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento A)

$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento B)

$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento C)

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmin = Valor Mínimo fixado para a Outorga

11.6 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

#### 11.7 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

11.7.1 Será considerada vencedora da Licitação, por localidade de prestação do serviço, a proponente habilitada e classificada na Proposta Técnica e na Proposta de Preço pela Outorga, que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$VP = (0,90 PT + 0,10 PP)$  pontos (Grupo A)

$VP = (0,50 PT + 0,50 PP)$  pontos (Grupo B)

$VP = (0,10 PT + 0,90 PP)$  pontos (Grupo C)

onde,

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da proponente;

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da proponente;

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da proponente.

11.8 Ocorrendo, em relação a uma mesma localidade de prestação do serviço, empate entre duas ou mais proponentes, a seleção far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

11.9 Concluída a fase de julgamento, o resultado final, por localidade de prestação do serviço, constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

11.10 Transcorrido o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para interpor recursos, a partir da divulgação do resultado final, sem que eles tenham sido apresentados, ou julgados os



recursos interpostos, a Comissão tomará as providências relativas à adjudicação à proponente vencedora.

## 12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 A permissão será adjudicada à proponente que tiver se habilitado e cujas Propostas Técnica e de Preço pela Outorga tiverem sido classificadas para a respectiva localidade de execução do serviço, e que tiver apresentado o maior resultado conforme o subitem 11.7.1.

12.1.1 O Ministro das Comunicações, à vista do relatório da Comissão Especial de Licitação proferirá sua decisão, homologando o resultado da Licitação, por localidade de execução do serviço.

12.2. A proponente deverá apresentar à Comissão Especial de Licitação, até 30 (trinta) dias após a publicação da homologação do resultado da licitação, cópia do ato de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

12.2.1 O Ministro das Comunicações encaminhará Exposição de Motivos ao Presidente da República, por localidade de prestação do serviço, que por sua vez fará encaminhar todo o processo ao Congresso Nacional, para deliberação, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

12.3 O Contrato de Adesão de Permissão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações e a adjudicatária, por localidade de execução do serviço, terá como objeto o constante no item 1 deste Edital.

12.4 A assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, por localidade de execução do serviço, dar-se-á após a ratificação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

12.5 A adjudicatária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato, a partir da data de publicação do decreto legislativo que ratificar o ato de outorga da permissionária.

12.5 O Ministério das Comunicações convocará a adjudicatária para a assinatura do contrato, no intervalo do prazo indicado no item 12.7, com 10 (dez) dias de antecedência;

12.6 Se a empresa vencedora não efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo estabelecido, decairá do direito de assinar o Contrato de Adesão de Permissão, devendo o Ministério das Comunicações convocar a segunda colocada, a qual deve aceitar as mesmas condições ofertadas pela primeira colocada, inclusive no que se refere aos termos de suas Propostas Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, as quais se tornarão parte integrante do Contrato;

12.7 A empresa convocada para assumir o lugar da eliminada poderá se manifestar no ato, por escrito, ou no máximo em dois dias úteis, após a Comissão efetuar a convocação respectiva. A não manifestação no prazo estabelecido será entendida como não aceitação da convocação, sendo convocada a próxima proponente pela ordem de classificação e assim sucessivamente.



12.8 Se nenhuma das proponentes remanescentes concordar em assinar o Contrato, nas mesmas condições da Proposta vencedora, será comunicado, através do Diário Oficial da União, o cancelamento da Licitação em relação a essa localidade de execução do serviço e o prosseguimento dos trabalhos em relação às propostas relativas às localidades seguintes, se for o caso.

12.9 O não pagamento da segunda parcela na data fixada por este Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

12.10 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela empresa vencedora em sua Proposta Técnica implicará o cancelamento da outorga.

12.11 O Ministério das Comunicações providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato do contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias subseqüentes àquela data.

12.12 A eventual recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e causará a decadência do direito de outorga, independentemente das ações legais que possam ser propostas.

### 13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

13.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por localidade de prestação do serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação de proponente;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da Licitação.

13.2 Da decisão relacionada com o objeto da Licitação contra a qual não caiba recurso, será admitida representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

13.2.1 A representação será dirigida à autoridade superior àquela que houver proferido a decisão.

13.3 Os recursos previstos nas letras "a" e "b" do subitem 13.1 terão efeito suspensivo, exclusivamente com relação à localidade de prestação de serviço.

13.3.1 Os recursos interpostos com relação a uma determinada localidade de prestação de serviço, não confere efeito suspensivo quanto à continuidade dos procedimentos licitatórios das demais localidades.



13.4 Interposto o recurso, a Comissão Especial de Licitação intimará as demais proponentes, nos moldes estabelecidos pelos subitens 9.5.1 e 9.5.2, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.5 O recurso será sempre dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação.

13.5.1 O recurso e sua impugnação serão interpostos mediante petição, protocolizada na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado cuja jurisdição abranja a localidade de execução do serviço ou no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

a) identificação e qualificação da recorrente;

b) o nome e a qualificação do(s) seu(s) signatário(s), que deverá ser representante legal da proponente, detentor(es) de poderes suficientes, comprovados, no caso de dirigente, pela forma prevista no subitem 5.2.1 deste Edital e, no caso de procurador(es), por meio de procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei, a qual deverá vir acompanhando a petição;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) fundamentação do pedido.

13.5.2 Recebido o recurso e as impugnações, se houver, a Comissão, se não reconsiderar o ato recorrido, encaminhá-lo-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, ao Ministro das Comunicações, com as informações que julgar necessárias;

13.5.3 O Ministro das Comunicações decidirá o recurso dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento com as informações da Comissão.

13.6 Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará nas Secretarias das Comissões, onde as proponentes poderão ter vista dos autos.

13.6.1 As Secretarias das Comissões funcionarão nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas;

13.6.2 Em nenhuma hipótese, será concedida vista ao processo fora das Secretarias das Comissões;

13.7 A anulação ou revogação da Licitação é ato privativo do Ministro das Comunicações.

## 14. PENALIDADES

14.1 A eventual desistência da adjudicatária em relação a uma determinada localidade, o não pagamento da primeira parcela na forma e no prazo previstos no Edital, injustificadamente, ou a eventual recusa injustificada em assinar o Contrato de Adesão de Permissão dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a seguinte penalidade:

14.1.1 multa de 10 (dez) vezes o valor ofertado pela outorga;



14.1.2 O disposto no subitem anterior não se aplica à proponente convocada para assumir o lugar da proponente vencedora que não aceitar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora.

14.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, assegurada ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do item 14.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.3 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

14.4 As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas nos subitens 14.1 e 14.2.

## 15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A data de vigência da Outorga de permissão é a data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

15.2 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão três decimais à direita da vírgula, arredondando-se a terceira casa, para cima, quando a quarta for maior ou igual a 5 (cinco).

15.3 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.



## 16. ANEXOS

16.1 ANEXO I - Especificações técnicas do serviço, por localidade de execução do serviço;

16.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade proponente;

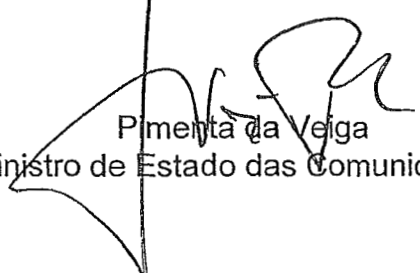
16.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço;

16.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço;

16.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Adesão de Permissão;

16.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração(particular).

Brasília - DF, 5 de novembro de 2001.

  
Pimenta da Veiga  
Ministro de Estado das Comunicações



## ANEXO I

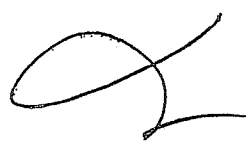
### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A large, stylized handwritten signature or mark in the bottom right corner of the page.

ANEXO I  
EDITAL DA CONCORRÊNCIA N.º 097/2001-SSR/MC  
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

ESTADO: MATO GROSSO

Localidade de Execução do Serviço	Tipo de Serviço	Canal	Classe	Grupo de enquadramento	Potência Efetiva Irradiada			Altura da Torre (m)	Obs.	Preço Mínimo da Outorga (R\$)	Data de recebimento dos documentos de Habilitação e Propostas
					Máx kW	Limitação					
						Az	KW				
MATUPA	FM	254	C	A	0,3					10.000,00	11/03/02
NORTELÂNDIA	FM	215	C	A	0,3					10.000,00	11/03/02
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	FM	204	C	A	0,3					10.000,00	11/03/02
NOVA OLÍMPIA	FM	203	C	A	0,3					10.000,00	11/03/02
PARANAÍTA	FM	203	C	A	0,3					10.000,00	11/03/02






## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO

REFERENTE AOS SÓCIOS E DIRIGENTES DA ENTIDADE PROPONENTE





ANEXO II  
MODELO DE DECLARAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da \_\_\_\_\_, declara(m)  
que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)



### ANEXO III

## MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_ CNPJ/MF: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Edital da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-SSR/MC Localidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): \_\_\_\_\_ (minutos)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos

programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

3. Serviço noticioso

programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100



5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.

Programas de serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses

7. Local, data e assinatura do(s) dirigente(s)





ANEXO IV

MODELO DE  
PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA  
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO



ANEXO IV  
Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

1. Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_

2. CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

3. Edital da Concorrência: nº \_\_\_\_\_-SSR/MC

4. Serviço \_\_\_\_\_

5. Localidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

6. Valor Proposto: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

\_\_\_\_\_  
Local e Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO POR LOCALIDADE DE  
EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A large, stylized handwritten signature or mark located in the bottom right area of the page.



## ANEXO V

### MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO CELEBRADO  
ENTRE A UNIÃO E A \_\_\_\_\_ PARA EXPLORAR O  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA DE  
FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE D  
\_\_\_\_\_ ESTADO D \_\_\_\_\_.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil \_\_\_\_\_, o Ministro das Comunicações \_\_\_\_\_, representando a União, e \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, representada por seu \_\_\_\_\_, assinam o presente Contrato, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, pelo Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, para explorar o serviço de \_\_\_\_\_, na cidade d \_\_\_\_\_ Estado d \_\_\_\_\_, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª - Fica assegurado à \_\_\_\_\_ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d \_\_\_\_\_, Estado d \_\_\_\_\_, o serviço de radiodifusão sonora de \_\_\_\_\_, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único - A execução do serviço é vinculado aos termos do edital de concorrência nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na Licitação pela permissionária, documentos que acompanham o presente Contrato de Adesão de Permissão como Anexos I e II, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2ª - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

Cláusula 3ª - A permissionária é obrigada a:

- a) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo Ministério das Comunicações;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 06 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato de Adesão de Permissão;





c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de \_\_\_\_\_ meses, contado da data de vigência da outorga;

d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes e sócios na administração de mais de uma empresa executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;

h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;

i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;

j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;

l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;

m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;

n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;



q) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

r) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização.

Cláusula 4ª - Na organização da programação, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;



j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, à transmissão de serviço noticioso, além do previsto nas letras "e" e "g" desta cláusula;

l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; (Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens -TV);

m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

s) manter em dia os registros da programação;

t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram presentes nesta cláusula.

Cláusula 5ª - A Proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 64 do Decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá percentuais propostos calculados com base neste novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª - A permissionária recolheu o valor de R\$ \_\_\_\_\_ pelo pagamento da primeira parcela do valor total da Outorga.

Cláusula 7ª - A permissionária deverá recolher o valor de R\$ \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, referente à segunda parcela do valor da Outorga, conforme data prevista no Edital.

Cláusula 8ª - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.



Cláusula 9ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único: A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da sociedade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª - A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª - Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar a permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único: As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", nessa Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª - O não pagamento da segunda parcela na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

Cláusula 16ª - Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial,



considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª - As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª - Fazem parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

- Anexo 1: Edital de Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - SSR/MC;
- Anexo 2: Proposta Técnica;
- Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém \_\_\_\_\_ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas e 3 (três) - ANEXOS, composto de \_\_\_\_\_ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

\_\_\_\_\_  
Ministro das Comunicações

\_\_\_\_\_  
Permissionária

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## ANEXO VI

### MODELO DE PROCURAÇÃO ( PARTICULAR )

A large, stylized handwritten signature or mark located in the bottom right area of the page.



## ANEXO VI

### MODELO DE PROCURAÇÃO ( Particular)

( Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

ÓBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.

A conjuer para exame.

Scheyla Belmiro do Amaral  
Mat. 1.578.948  
ASS/GAB/SCE-MC

JP

02/03/11



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722  
70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 30 /2011/GM-MC

Brasília, 02 de agosto de 2011.

Ao Senhor

**LUÍS ALBERTO DOS SANTOS**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

✓ MC 00513 2011  
- 53670.001086/2002

✓ MC 00514 2011  
- 53710.000297/2002

× MC 00515 2011  
- 53650.000347/2002

✓ MC 00516 2011  
- 53710.000307/2002

✓ MC 00517 2011  
- 53670.001101/2002

✓ MC 00518 2011  
- 53650.000351/2002

× MC 00519 2011  
- 53670.001095/2002

✓ MC 00520 2011  
- 53710.000478/2001

✓ MC 00521 2011 2 Vol  
- 53000.051345/2007

✓ MC 00522 2011  
- 53000.026968/2008

Atenciosamente,

  
**PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA**  
Coordenador-Geral